

ANA CARINE GARCÍA MONTERO

ANTENA PÚBLICA

As possibilidades educativas da TV Cultura de SC

FLORIANÓPOLIS

2004

ANA CARINE GARCÍA MONTERO

ANTENA PÚBLICA

As possibilidades educativas da TV Cultura de SC

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

FLORIANÓPOLIS
2004

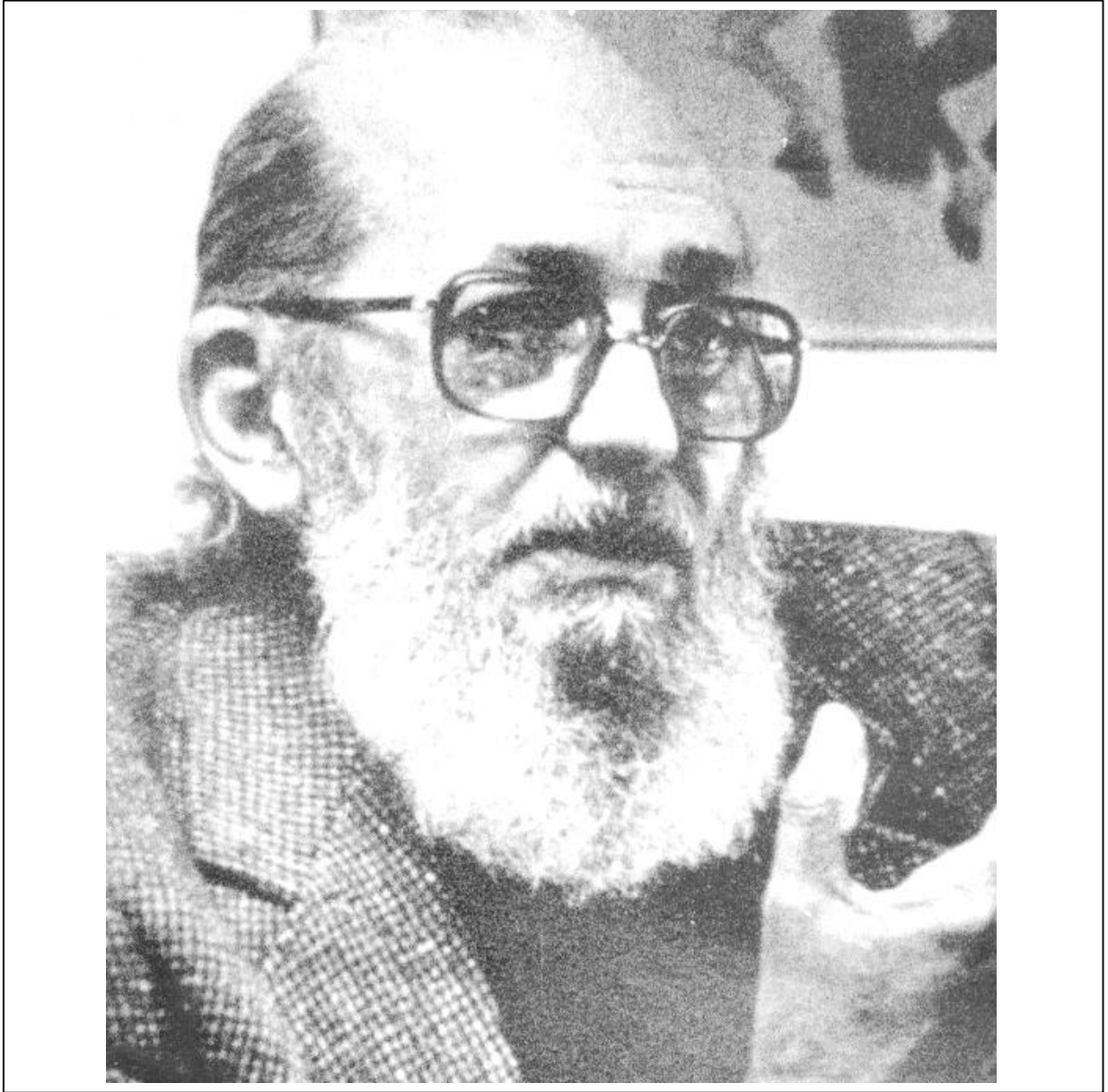
Dedico este trabalho a quem me conduziu ao 'mundo das idéias' quando eu tinha sete anos de idade. Uma mulher, que em tardes fagueiras lia a enciclopédia, 'o pensamento dos filósofos gregos' para mim. Esta pessoa é Maribel Montero, minha mãe.

Dedico este trabalho aos meus sobrinhos - Marcel, Duda, Arthur, Rebeca, Júlia - para quem eu quero apresentar o 'mundo das idéias'.

Dedico este trabalho ao Fran, meu amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Gilka Girardello pela compreensão e carinho com que me orientou neste trabalho. Agradeço a Moacir Loth pelo 'acervo' de informações e documentos sobre a TVC-SC que gentilmente me cedeu. Aos funcionários e diretores da TVC-SC pela atenção dispensada nas entrevistas de pesquisa de campo. Aos jornalistas James, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, e Silvio, do Sindicato dos Jornalistas/SC pelas valiosas informações. À colaboração inestimável de Carlos Alberto Freire Rezende do Departamento de Outorgas e Concessões do Ministério das Comunicações. Ao professor Laurindo Lalo Leal Filho pelas importantes reflexões que compartilhou comigo através do correio eletrônico. A Roberto Garcez pelo incentivo e opiniões.



"O mundo não é. O mundo está sendo".

Paulo Freire, 1997.

SUMÁRIO

Apresentação [8]

Resumo [11]

PARTE 1 - Epistemologia da TV

1. A TV na intersecção entre os campos da Educação e da Comunicação [13]

1.1 No campo da Educação: Educação como exercício da cidadania [15]

1.1.1 Educação para os meios [18]

1.1.2 Educar pela TV [21]

1.2 No campo da Comunicação: a comunicação da TV [23]

1.2.1 Pesquisa brasileira [31]

2. A TV em tempos modernos [35]

2.1 O poder da TV [37]

2.2 O *telespaço* público da TV [41]

2.3 O espetáculo da TV [46]

3. O debate sobre a TV pública [50]

3.1 No Brasil [50]

3.2 Na América Latina [52]

3.3 Na Europa e nos EUA [54]

3.4 Os caminhos da TV Pública brasileira [55]

3.4.1 A TV pública na Constituição [56]

3.4.2 O passado da TV pública [60]

3.5 Finalidade educativa da emissora pública [67]

PARTE 2 - Um estudo de caso

4. A TV CULTURA DE SC: uma emissora pública [74]

4.1 A Fundação Jerônimo Coelho [75]

4.2 Antiga 'nhã nhã' [80]

4.3 A TV Cultura de SC [89]

5. O Projeto Político Filosófico da TV CULTURA SC [97]

5.1 Texto e Contexto do PPF [99]

5.1.1 Fundamentos do PPF [99]

5.1.2 Finalidades do PPF [125]

5.1.3 Estratégias do PPF [127]

5.2 O PPF na atualidade [128]

6. Conclusão [132]

Bibliografia [134]

Anexos [143]

APRESENTAÇÃO

O desafio colocado por este estudo é o de caracterizar hoje as possibilidades educativas da TV Cultura de Santa Catarina, uma televisão pública que tem formalmente a finalidade de educar para a cidadania.

Para conseguir chegar às potenciais características educacionais do meio busca-se antes entender o que representa hoje a televisão – como instituição moderna e como espaço onde se trava a conversa simbólica pública – no contexto brasileiro. Esta parte do estudo deverá se caracterizar como introdutória. Não se pretende abordar a televisão na sua totalidade ou em profundidade, seja pelo viés tecnológico, sociológico, histórico, ou da comunicação, porque este tema é abrangente, já tratado por inúmeras teses escritas no Brasil. Apenas procura-se delinear princípios básicos que possibilitem avançar no estudo sobre a potencialidade educativa da TV Cultura de SC - e supostamente da televisão pública brasileira.

Hoje, existem no espectro do Brasil 158 emissoras de televisão de sinal aberto com função educativa e 280 emissoras comerciais¹ – que de algum modo também educam, como veremos adiante. As televisões comerciais nós as conhecemos bem. Assistimos a suas telenovelas e telejornais. Criticamos e aplaudimos seus programas. Mas, e as televisões públicas, nós as conhecemos? São realmente educativas?

Para avançar nestas questões, procura-se, em um segundo momento, chegar a conceitos mais ou menos permeáveis sobre *televisão pública* e seu *papel educativo*. A base para esta parte do estudo foi construída a partir de conversas realizadas com especialistas e personalidades em destaque nos fóruns brasileiros de discussão sobre a

¹ Dado retirado do relatório de canais de radiodifusão - Serviço de sons e imagens – TV - do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Ministério das Comunicações, outubro/2003.

televisão pública, e de artigos publicados na imprensa nacional².

Junto aos depoimentos que refletem uma concepção atual sobre o que pode ser *televisão pública*, revisamos a legislação que a instituiu e a história das emissoras brasileiras que têm função educativa. A partir daí são delineados conceitos sobre *televisão pública* e *função educativa*, que vão ser usados como paradigmas ou modelos para a análise da Televisão Cultura de Santa Catarina. Cabe adiantar aqui que se busca avançar em um conceito de *televisão pública* que ainda está em construção no Brasil.

Depois de contextualizar a TV pública brasileira parte-se para realizar um estudo de caso. Analisa-se a TV Cultura de SC, uma TV pública instalada em Florianópolis. Esta parte do estudo embasa-se na análise de documentos da emissora³, artigos publicados na imprensa local e entrevistas com instituidores⁴, diretores⁵ e profissionais⁶ da TVC-SC.

Esta emissora é mantida pela Fundação Jerônimo Coelho, instituída pelas duas universidades públicas instaladas em Florianópolis - UFSC e Udesc. A Fundação solicitou a concessão de um canal de televisão educativo ao Ministério das Comunicações, que foi outorgada, no dia 29 de dezembro de 1994, pelo então ministro Djalma Bastos de Moraes. Historicamente construída, e reflexo das ações políticas de grupos sociais, a TV Cultura de Santa Catarina é em princípio uma possibilidade educativa que está no ar.

Para chegar às possibilidades educativas da televisão, analisa-se detidamente o Projeto Político Filosófico, documento que embasa a finalidade educativa da emissora, e que foi escrito pelos professores instituidores da TV Cultura SC. A questão primordial,

² A saber: pesquisador e professor Laurindo Leal Lalo Filho um dos pesquisadores do país que mais estudou a televisão pública; Eugênio Bucci, atual presidente da RADIOBRÁS, Beth Carmona, presidente da Rede Brasil ; Jorge da Cunha Lima, presidente da ABEPEC e da TV Cultura; Gabriel Priolli, presidente da ABTU; Dep. Evilásio Farias da 'Frente Parlamentar em Defesa da Televisão Pública'; Beth Costa, presidente da FENAJ; José R. Garcez, ex-presidente da TVE/RS.

³ Atas de assembléias dos conselhos, ofícios e relatórios arquivados na secretaria da TV Cultura SC.

⁴ Instituidores entrevistados: Diomário de Queiroz (1º Presidente do Conselho Superior); Rogério Braz (1º Superintendente da emissora); Sérgio F. de Mattos (1º Diretor de Produção e Programação); Maria Luiza Belloni e Elizabeth Anderle (participaram da comissão que criou o PPF).

⁵ Foram entrevistados os atuais diretores da TVC-SC: Sidneya de Oliveira (Superintendente), Áureo Moraes (Diretor de Produção e Programação), João A. Vieira (Diretor Técnico) e Adilton Lobo (Diretor Administrativo).

⁶ 10 profissionais são contratados diretamente pela TVC-SC, outros são voluntários, bolsistas ou funcionários públicos ligados a UFSCtv. Entrevistamos: Nelson Moraes (cinegrafista), Joelmir S. Vieira (master), Eduardo A. Magani (jornalista), Pedro Paulo Melo (técnico), José Antônio de Souza (jornalista - UFSCtv), Deise Moritz (secretária), Ilcemar dos Passos (produtor - voluntário).

mais do que saber se a televisão educa, é perceber quais são as possibilidades da emissora educar para a cidadania.

A TV Cultura de SC tem uma *finalidade educativa* explícita tanto, no estatuto da emissora como na legislação que a rege. E é especificamente essa finalidade que modela a questão principal deste estudo e para a qual se procura resposta: quais são as possibilidades educativas da TV Cultura de SC?

RESUMO / RESUMEN

Nesta dissertação realiza-se um estudo de caso. Busca-se refletir sobre quais são as possibilidades educativas da TV Cultura de SC, uma televisão pública brasileira, localizada em Florianópolis. O estudo está estruturado em duas partes. Na primeira parte procura-se entender o que representa a televisão hoje na contemporaneidade, particularmente no Brasil, e depois construir os alicerces que fundamentarão os conceitos de 'televisão pública' e de 'função educativa'; estas discussões se darão na interface de dois campos, o da comunicação e o da educação. Na segunda parte, analisa-se a TVC-SC considerando os paradigmas construídos na primeira parte de estudo. Como efeito de estudo de caso levantam-se os antecedentes, o contexto e a história da TVC-SC. Na busca pela finalidade educativa do meio, realiza-se um estudo documental do Projeto Político Filosófico, documento que deveria embasar a atuação da emissora. No final procura-se refletir sobre as possibilidades educativas da TV Cultura de SC.

En esta disertación se realiza un estudio de caso. Se reflexiona sobre cuales son las posibilidades educativas de la TV Cultura de Santa Catarina (TVC-SC), una televisión pública brasileña, situada en Florianópolis. El estudio está estructurado en dos partes. En la primera parte se mira la televisión en la contemporaneidad, particularmente, del Brasil; y más adelante se construye las fundaciones que basarán los conceptos de 'televisión pública' y de 'función educativa'; estas discusiones serán dadas en el interfaz de dos campos, de la comunicación y de la educación. En la segunda parte, la TVC-SC es analizada considerando los paradigmas construidos en la primera parte del estudio. Como efecto del estudio de caso, se levantan los antecedentes, el contexto y la historia de la TVC-SC. En la búsqueda del propósito educativo del medio de comunicación, se realiza un estudio documental del Proyecto Político Filosófico de la TVC-SC, documento que tendría que basar el funcionamiento de la TV. En el final intentase reflexionar sobre las posibilidades educativas de la TV Cultura de Santa Catarina, una emisora pública.

PARTE 1 - Epistemologia da Tv

1. A TV nos campos da Educação e da Comunicação;

 2. A TV em tempos modernos;
 - 2.1 O poder da TV;
 - 2.2 O espaço público da TV;
 - 2.3 O espetáculo da TV;

 3. A TV pública em debate;
 - 3.1 No Brasil;
 - 3.2 Na América Latina;
 - 3.3 Na Europa e EUA;
 - 3.4 Os caminhos da TV Pública brasileira;
 - 3.4.1 A TV pública na constituição;
 - 3.4.2 O passado da TV pública;
 - 3.5 Finalidade Educativa da emissora pública;
-

Capítulo 1 - A TV nos campos da Educação e da Comunicação.

"A educação para a democracia, hoje, passa necessariamente pelo caminho da comunicação social".

Fábio Konder Comparato, 1991.

Na atualidade brasileira, o televisor representa o principal meio de comunicação tecnológico. Estamos vivenciando a comunicação através de outros aparelhos, como o celular, o rádio, o cinema, o computador. Mas a televisão é o meio de comunicação mais presente no cotidiano da maioria dos brasileiros. A emissão de sinais televisivos cobre 100% do território nacional. A televisão está presente na maioria dos lares e é assistida em média quatro horas por dia.

O escritor espanhol Joan Ferrés (1996:7) diz que “a televisão representa para os cidadãos das sociedades modernas aquilo que o totem representava para as tribos primitivas: objeto de veneração e reverência, símbolo de identificação individual e coletiva”. Para o autor, a televisão está inserida no cotidiano das pessoas, chegando até a determinar os hábitos do dia, do ritual familiar, e é a sua presença no contexto familiar, social, que provoca mudanças – o meio é a mensagem (McLUHAN:1969).

As observações de Ferrés podem ser adequadas à análise da relação do povo brasileiro com a TV. Não é raro perceber que as pessoas interrompem uma conversa para prestar atenção ao telejornal, ou realizam atividades antes ou depois da hora da novela. Raramente o comentário do outro dia não tem o noticiário da televisão como assunto, e a piada da vez não é em cima do jargão de algum personagem televisivo. Adolescentes e crianças andam pelas ruas vestidas com roupas e maquiagem semelhantes às da protagonista da novela. E sempre tem alguém defendendo que 'algo é verdade' porque viu

na TV. O televisor está tão presente na vida dos brasileiros que é quase impossível encontrar alguém no país que não saiba o que é uma televisão. Em um país com tantos contrastes e disparidades econômicas e sociais, o televisor é o eletrodoméstico mais vendido, deixando em segundo lugar a geladeira. Parece um dado irrelevante, mas, se pensarmos que a geladeira guarda a comida que sustenta o corpo, e que a TV alimenta a mente de idéias, veremos ao que é que a população dá mais importância. E é diante deste panorama que este estudo se coloca.

A TV assemelha-se a um totem, como fala Ferrés, porque está presente em praticamente todo lar brasileiro e é cultuado diariamente pelos familiares. Ocorre que, o televisor, mais do que inserir em cada casa um ritmo tecnológico, alimenta as mentes com informações, versões, valores e narrativas produzidos pelas empresas de comunicação. O consumo deste discurso televisivo certamente é mediado pelo 'capital cultural' (BOURDIEU:1989) de cada pessoa, pela convivência familiar e social. Mas esta situação não retira da TV a sua posição de totem na sociedade, símbolo de identificação individual e coletiva, que disputa poder com outras instituições sociais, como a escola e a família. É neste sentido que este estudo se coloca. Se a TV é uma das instituições sociais que a população toma como referência para identificar-se e identificar o outro, para ampliar conhecimentos e fundamentar valores, para adequar-se à convivência em sociedade, então a TV é um espaço educativo que tem a comunicação como base.

Daí surge importância de verificar quais são as possibilidades educativas do meio. O fato de que a televisão é um meio tecnológico de comunicação que está cada vez mais presente na vida das pessoas está obrigando os educadores e comunicadores a pensar particularmente sobre ela.

Para entrar neste intrincado universo que tem como base a tecnologia, vamos situar este estudo na intersecção entre os campos epistemológicos da educação e da comunicação, e dar uma olhada em como a TV está sendo vista pelos pesquisadores brasileiros destas duas áreas de conhecimento.

1.1 No campo da Educação: Educação como exercício da cidadania

Educar parece ser uma ação que ultrapassa ferramentas e instituições, confundindo-se com a própria experiência humana. “A educação existe onde não há escola” (BRANDÃO:1995:13), e também onde ela está presente. Ela está na televisão – e provoca a escola como veremos com Penteadó e outros -, está na família, na convivência e no cotidiano. "Na espécie humana a educação não continua apenas o trabalho da vida. Ela se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder" (Idem:14). A educação parece ser uma ‘instância’ por onde transitam saberes coletivos. No entanto, os saberes que ficam disponíveis para a educação do sujeito dependem de políticas e visões próprias de cada momento histórico.

A educação foi realizada e pensada de várias formas nas diferentes épocas da história humana (MANACORDA:1999). Com o surgimento do Estado Moderno, embasado nos preceitos iluministas, a escola⁷ se tornou a principal instituição social responsável pela educação na sociedade, e teve como função transformar indivíduos ‘imperfeitos’ em cidadãos⁸.

A idéia de uma educação ‘institucionalizada’ veio do velho continente para as Américas, junto aos ideais democráticos. Tratou-se de educar uma população inteira, a maioria das pessoas. O ‘povo’ teria um papel importante na construção da legitimidade do Estado Moderno⁹, era ele que daria o ‘aval’ ao novo modelo político e econômico (MARTÍN-BARBERO:1993:15).

No Brasil, de acordo com Bárbara Freitag (1986:127) foi somente no Estado Novo que a Educação institucionalizada “começa a assumir todas as funções que lhe são

⁷ A ‘schola publica’, mantida pelos cofres municipais, surgiu por volta do século IV D. C. do Estado Romano. “Nos tempos do domínio de Augusto e de Tibério, a criança, educada em casa pelos pais, aprendia depois dos 7 anos as primeiras letras na escola (loja de ensino) do *ludimagister*. Aos 12 anos ela estava pronta para freqüentar a escola dos *grammaticus* e, a partir dos 16, a do *lector*. Na sua forma mais simples esta é a estrutura de educação que herdamos e conservamos até hoje” (BRANDÃO:1995:52).

⁸ E a cidadania foi concebida como a condição social de direitos e deveres dos indivíduos. As instituições criadas representaram o mundo social objetivo, nele o sujeito poderia atuar e modificar-lo.

⁹ Esta população precisaria ser educada para chegar ‘às luzes’ do conhecimento e ter condições de construir e manter a democracia. Mas não foi somente o modelo político que precisava de pessoas politizadas, o capitalismo que se desenvolvia também precisava de mão de obra qualificada para trabalhar nas fábricas, manusear máquinas. Os dois o capitalismo e a democracia afirmaram-se, no transcurso da modernidade, como solução para promover o homem comum a sua condição de ser social, com livre arbítrio, com poder de ser, ir e vir.

atribuídas nas sociedades capitalistas modernas". Para a autora, em 1964, a educação começa a ser considerada uma força estratégica para obter desenvolvimento econômico e inserir o Brasil no capitalismo internacional. Datam desta época projetos gigantescos como o Mobral, que objetivava a alfabetização 'em massa' dos brasileiros.

Brandão (1995:92) lembra que a educação 'para todos' esteve sempre atrelada a modelos educacionais oficiais no país, que guardam a ideologia da classe dominante e do modo de produção capitalista. A educação, idealizada pelo poder político, acabou reproduzindo desigualdades e afirmando interesses econômicos. "Pois, do ponto de vista de quem controla, muitas vezes definir a educação e legislar sobre ela implica justamente ocultar a parcialidade destes interesses, ou seja, a realidade de que eles servem a grupos, a classes sociais determinadas e não tanto "a todos", "à Nação", "aos brasileiros" (Idem:60)".

Se a escola foi incumbida pela sociedade moderna de ser a principal instituição socializadora do indivíduo, hoje percebe-se que ela não está conseguindo cumprir tal função. "A instituição escolar vai perdendo seu potencial emancipador, para ir se transformando em mecanismo eficaz de regulação" (BELLONI:1998:143).

O educador e pesquisador latino-americano Guillermo Orozco é um nome proeminente nos estudos que relacionam a educação à comunicação. Ele entende que a escola precisa redescobrir seu papel distintivo frente aos meios:

A escola tem que se dar conta do que está acontecendo com as crianças em suas relações com os meios de comunicação, porque se a escola competir com os meios, vai perder a batalha, como já está perdendo. O caminho não é competir e sim fazer uma aliança estratégica: **servir-se dos meios** e dar conta de questioná-los sobre a aprendizagem que proporcionam às crianças e, para ser realmente relevante, fazê-lo de modo que todos os estudantes se formem de maneira mais completa, autônoma e mais crítica.(OROZCO:1998:77)

A questão que Orozco suscita é a de que os educadores não devem render-se a uma aparente primazia da tecnologia, nem tampouco colocar a instituição escolar acima de outras instituições que também educam – como a família, a televisão. Mas eles precisam repensar a educação que todas essas instituições promovem. “Temos que pensar nas pessoas, nos sujeitos, e isso mostra que o problema da vinculação da educação com a comunicação não é assunto de técnica, não é assunto dos meios, é assunto de um projeto

educativo, de metodologia pedagógica, de filosofia educativa”.(Idem:78)

Neste sentido, entende-se que a educação é maior que a escola ou que um modelo educacional instituído em um país. "A educação é maior que o controle formal da educação" (BRANDÃO:op.cit.:103). Ela não é sagrada, mas humana, realizada por pessoas em uma prática diária de, "luta pela cidadania, pelo legítimo, pelos direitos, é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão. A educação não é uma pré-condição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição" (ARROYO:2001:79). Não se trata de preparar alguém - infantil ou adulto - para ser cidadão um dia no futuro. - como a tese que excluía da cidadania o povo "imaturamente". Trata-se de uma prática diária e permanente de cidadania. Para Martín-Barbero (2000:55), "a escola deixou de ser o único lugar de legitimação do saber, pois existe uma multiplicidade de saberes que circulam por outros canais, difusos e descentralizados". E estes saberes são usados pelas pessoas de todas as idades e origens na sua formação pessoal.

É neste contexto que a televisão é cada vez mais debatida e chama atenção dos estudiosos do campo da Educação. Se por um lado a escola perde seu lugar de principal fonte de saber para a formação do cidadão, por outro a televisão disponibiliza uma quantidade de outros saberes que as pessoas usam na educação permanente.

Paulo Freire (1996:37) dizia que "educar é substantivamente formar" (op.cit.:37), e por isso "debater o que se diz e o que se mostra e como se mostra na televisão" lhe parecia "algo cada vez mais importante" (Idem:157). Para Freire, pensar em televisão ou na mídia em geral nos colocava o problema da comunicação, "processo impossível de ser neutro" (Idem). Neste sentido, ele lembrava que tanto a comunicação como a educação têm a ideologia como fundamento.

Segundo o pedagogo brasileiro, é preciso "compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo":

Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o reforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contrária, não poderia ser a educação só uma ou só outra dessas coisas. Nem apenas *reprodutora* nem apenas *desmascaradora* da ideologia dominante. (Idem:110)

Desta forma, entendemos que a educação que a televisão pode promover envolve comunicação dialógica de saberes e ideologias que intervêm no mundo, na vida das pessoas.

Os estudiosos brasileiros no campo da educação vêm estudando como se dá a educação que a TV promove. Neste estudo, vamos abordar algumas contribuições destes pesquisadores no sentido de entender como se pode educar para ver TV e como se pode educar pela TV.

1.1.1 Educar para os meios

O videocassete, o televisor, o computador vêm ocupando paulatinamente seu espaço dentro do recinto escolar. O ensino à distância cada vez mais é desenvolvido em universidades, unindo ferramentas do computador, do vídeo, de satélites. A linguagem de cada máquina é cada vez mais estudada e apreendida pela escola. A temática da televisão e seu efeito sócio-cultural são correntes nas pesquisas do campo da educação, e é neles que agora vamos nos concentrar.

Para 'educar para os meios'¹⁰ os educadores buscam entender, analisar, compreender a linguagem e a ação dos programas televisivos dentro da ótica escolar. Por isso muitos estudos acadêmicos se situam prioritariamente na recepção, na mediação ou nos efeitos que provocam nas crianças¹¹, jovens¹², adultos¹³, o conteúdo de programas¹⁴ e o

¹⁰ 'Educar para os meios', 'educação para os meios de comunicação', 'educação para as mídias', 'mídia-educação', 'mídias na educação' são expressões que os pensadores brasileiros da Educação usam para denominar uma corrente que busca integrar as novas TIC na escola -como ferramenta pedagógica e como objeto de estudo (BELLONI:2001:11).

¹¹ Ver FERNANDES, Magda Carvalho. O xou da indústria cultural na programação infantil da TV, 1991. ALARCON, Juana Elizabeth Carrera. Festas Equatorianas na TV, na escola e na fala dos alunos, 1992. LIMA, Maria Regina de Souza. Nos compassos do show: leitura crítico estrutural do programa xou da Xuxa e sua recepção pela criança na periferia da cidade de Recife, 1992. VENEGAS, Silvia Eloísa Fernandez. Olhar a televisão com olhos de aprendiz: A relação da criança com a linguagem publicitária televisiva, 1992. MARTINS, M. Aldenora das Neves S. Brincadeira Infantil do Imaginário ao Real: aspectos cognitivos e sociais, 1993. PORTO, Tânia Maria Esperon. Aprendizagem escolar e educação: uma experiência com a pedagogia da comunicação em 5ª série de 1º grau, 1996. MELO, Adriana Magalhães Alves de. A criança que aprende divertindo-se e a tela que diverte educando: a recepção infantil de programas lúdico-educativos ligados à educação ambiental, 2001

¹² Ver: BARROS NETA, Maria Anunciação P.. A Influência da TV na formação do adolescente: análise de alguns estudos produzidos na década de 80, 1995. SCHAEFER, Maria Isabel Orofino. A mediação escolar na recepção televisiva: um estudo das apresentações sobre AIDS construídas por adolescentes de Florianópolis, a partir das campanhas de TV, 1996.

¹³ Ver COSTA, Alice Rolim Pontes. A vez é nossa, uma tele-visão de como alfabetizar adultos, 1987.

meio televisivo¹⁵. Essas pesquisas enfocam prioritariamente os formatos de programas¹⁶, a temática dos programas¹⁷ e os efeitos psico-sociais¹⁸ que eles causam no telespectador.

A televisão ocupa um espaço significativo na vida do educando - que assiste à televisão mais tempo do que se envolve em atividades escolares, gosta de ver TV e aprende com ela, o que representa um desafio aos educadores. Para Penteado (1987:112), o ensino é comunicação - “não qualquer tipo de comunicação”, mas “comunicação dialógica”. Os dois, ensino e aprendizagem, estão imbrincados em um processo de comunicação e pesquisa. “Se não se conseguir estabelecer a comunicação, o intercâmbio, então o ensino não se fez: esboroou-se em sua intenção” (Idem). Por esta razão, a necessidade de buscar um método que consiga educar em ‘conflito’ e em ‘cooperação’ com a televisão. E de se criar uma ‘pedagogia da comunicação’¹⁹ que precisa ser comunicativa para ser educativa:

Uma Pedagogia da Comunicação que considere a realidade de vida do nossos alunos, hoje profundamente marcada pela experiência televisiva; que distinga ponto de partida de ponto de chegada, no trabalho escolar; que recorra à utilização da imagem e do processo dialógico, para a construção da consciência crítica do aluno; que conceba ensino como comunicação que conduz à aprendizagem, esta entendida como um produto de um processo de busca, de pesquisa, e ambos, ensino e aprendizagem, como aspectos interdependentes de um mesmo processo, e complementares. (PENTEADO:1999:9)

A autora nos apresenta uma pedagogia da comunicação que foi pensada desde a escola, mas que pode ultrapassar fronteiras institucionais, e ser referência para que se possa pensar numa pedagogia da TV, no sentido de “que conceba ensino como comunicação que conduz à aprendizagem”.

¹⁴ Ver COSTA, Rosa Maria Cardoso Dalla. A dimensão pedagógica do telejornal Aqui e Agora, 1993. BARUFFI, Alaíde Maria Zabloski. Estudo das mensagens de telejornais e suas contribuições para a educação, 1993. BARROS JUNIOR, Rui Coelho de. Telenovelas e educação, 1996

¹⁵ SANTOS, Juliana Souto. A teleeducação e questões da atualidade, 1996. UBERTI, Luciane. Diário de um bebê: governo da subjetividade infantil, 2002.

¹⁶ Ver: AZEVEDO, Maria Verônica R. Telejornalismo e educação para a cidadania: uma experiência de educomunicação, 2003. MAGALHÃES, Lígia Karam Correa de. Programa TV Escola, o dito e o visto, 1999.

¹⁷ ELISA, Rocha Sousa Fernandes. Educação sexual e telenovela liberação ou determinismo ideológico?, 1987.

¹⁸ BUAINAIN, Silvana Raquel Cerqueira Amado. Palácio de Espelhos: Televisão e Subjetividade, 1996.

¹⁹ *Pedagogia da Comunicação*, que engloba a Pedagogia Transformadora de Saviani, enriquecida pelo método dialógico e pelo uso do “ícone”, característicos da Pedagogia de Paulo Freire”(op.cit.:305).

Outra autora que analisa a relação da TV com a escola é Glaucia Guimarães²⁰. Para Guimarães (2000) as duas instituições - a TV e a escola - se aproximam e se afastam de acordo com o discurso que constroem. Quando a TV, aproxima-se da escola tradicional se torna: "autoritária, enfadonha e mais distante das expectativas, realidades e imaginários do aluno e/ou telespectador" (op. cit.:112). No entanto, quando a educação é associada à alegria, ao prazer, ela é mais aceita tanto na escola quanto na programação televisiva. "Ao que tudo indica a narrativa lúdica abre um espaço maior para o envolvimento, não só racional como também emocional, do aluno com o objeto de estudo" (Idem). No final do trabalho a pesquisadora coloca uma questão aos seus pares: "Será que este não seria um caminho para, na escola, se unir realidade e imaginário de modo a gerar interesse, prazer, satisfação por parte dos alunos e dos professores na construção de conhecimentos?" (Ibidem).

Esta é uma pergunta que também pode ser feita quando se pensa sobre como deve ser a programação televisiva que quer ser educativa, e nem por isso enfadonha.

No campo da Educação ainda se percebe certa resistência de educadores e pesquisadores brasileiros em aceitar uma ação educativa positiva dos meios de comunicação, especialmente da televisão. Ainda há uma forte divisão que Umberto Eco objetivou, ao diferenciar Apocalípticos – que vêem a mídia como nociva à formação do sujeito- e de Integrados – os que assumem sem restrições os benefícios que as novas tecnologias trazem para o desenvolvimento das sociedades.

Alguns educadores resistem à idéia de que a televisão pode ser usada como um instrumento pedagógico, mas reconhecem a potencialidade educativa do meio (DEMO:1998). No entanto, a presença massiva da televisão no cotidiano e no imaginário das pessoas é gritante, e os educadores não podem ignorar esta realidade.

Neste sentido, vamos analisar agora uma outra corrente, dentro do campo da Educação, que tem estudado a TV sob outra ótica, por trás das câmeras.

²⁰ Guimarães é pedagoga e em sua pesquisa de mestrado analisou o interesse dos alunos em sala de aula quando assistiam a dois programas educativos da TV Cultura de São Paulo: *Rá-tim-bum* (1989) e *Castelo Rá-tim-bum* (1993).

1.1.2 Educar pela televisão

Mesmo que a produção nacional no campo da Educação não se venha preocupando suficientemente com as possibilidades educativas do meio televisivo, as pesquisas existem²¹. Uma pesquisadora que vem trabalhando nesse sentido é Marluicy Alves Paraíso²². Ela analisou como o Canal Futura – o ‘canal do conhecimento’ da família Marinho – produz discursos na televisão que estimulam as pessoas agirem em prol de um modelo de educação nacional que não dependa do Estado – como quer o neoliberalismo. Para a autora, o Canal Futura autoriza artistas, empresários, atores sociais, a falarem sobre qual é o currículo, a escola, a educação que o país precisa. Desautorizando outros, constrói, assim, o modelo de educação e de currículo cuja implementação no país apóia. “É claro que, ao representar a escola pública como ineficiente, a televisão apresenta a si mesma como uma boa alternativa para a educação das pessoas. Isso no Canal Futura é feito de uma maneira impressionantemente eficiente” (PARAÍSO:2001141). A professora não analisa um ou outro programa da televisão, mas aborda o meio televisivo em sua função e ação educativa, inserido na sociedade atual. No entanto, o Canal Futura é de transmissão restrita, não é um canal de sinal aberto, acessível à população, como é a emissora educativa que vamos analisar neste estudo – a emissora educativa TV Cultura de SC.

A pesquisadora Neuza Maria Santana (1996) chega a abordar o meio televisivo de sinal aberto quando enfoca a ação educativa da TV Cidade Branca, integrante da Rede Matogrossense de Rádio e Televisão, afiliada à Rede Globo de Televisão. Para a autora, a TV ensinava às crianças e jovens normas de socialização da vida urbana, além de induzir ao consumo; em contrapartida, a escola pública perdia sua clientela principalmente para a televisão de massa representada pela TV Cidade Branca.

Outra contribuição importante nesta linha de estudo é a dissertação "Educação à distância: uma pedagogia no ar - pressupostos para uma pedagogia que utiliza a televisão como tecnologia educacional"(1994) de Winck Filho. O autor procura identificar o papel inovador que a televisão desempenha como modo de sistematização e meio de expressão do conhecimento. Sinaliza para pressupostos de uma possível pedagogia da televisão no

²¹ Autoras como Rosa Maria Bueno Fischer, Vânia Lúcia Quintão Carneiro e Tânia Maria Esperón Porto têm importante produção na área.

²² É professora da Faculdade de Educação da UFMG.

sentido da educação para a liberdade.

As pesquisas que versam neste campo sobre a função educativa de um meio televisivo, de sinal aberto, e com exclusiva finalidade educativa a que tivemos acesso representam uma ainda enxuta produção acadêmica. Três pesquisas merecem especial referência. A de Maria Luiza Belloni, que escreveu a tese "Tecnologia e Educação: A televisão educativa no Brasil" (1984), onde analisa como se deu a implantação das primeiras emissoras educativas do país. Outra, de Regina Ângela M. Duarte, autora da dissertação "A televisão como veículo educativo" (1990), onde analisa a televisão como bem público. E a de Maria Regina de Paula Mota, com a dissertação "TV Pública, a democracia no ar" (1992), que analisa particularmente o modelo de Televisão Pública como opção à democratização dos meios de comunicação, e aponta demandas relacionadas aos usos educativos da TV Pública, mas centra-se principalmente no contexto jurídico da emissora. Estas pesquisas serão mais destacadas quando falarmos da Televisão Pública.

É certo que este trabalho não vai dar conta de cobrir toda a produção acadêmica brasileira no campo da Educação, seja pela dificuldade em ter acesso a dados atualizados, seja pela dinâmica da produção acadêmica. Também não é objetivo deste trabalho fazer um panorama da produção acadêmica nacional, apenas pretende-se dar uma amostra do que está sendo produzido como forma de contextualizar esta pesquisa no campo da Educação. A seguir vamos entrar no campo da Comunicação.

1.2 No campo da Comunicação - A comunicação da TV

Na origem latina da palavra *comunicare*, comunicar significa 'formar laços comuns'. Trata-se de uma ação que envolve partes em um todo. Para não distanciar-nos do objetivo deste trabalho, estamos falando aqui da comunicação entre seres humanos, pessoas que se relacionam coletivamente, em grupos sociais.

De acordo com John Fiske (2001:52)²³ há duas definições para 'comunicação': uma vê a comunicação como um processo entre emissor e um receptor, "A envia uma mensagem para B, sobre o qual a mensagem tem um efeito determinado"; e outra, entende

²³ In O'SULLIVAN, Tim e outros. Conceitos-chave em Estudos de Comunicação e Cultura. Tradução: Margaret Griesse e Amos Nascimento. Piracicaba,SP: Unimep, 2001. p. 52.

a comunicação como negociação e intercâmbio de sentido, "no qual as mensagens, as pessoas-em-suas-culturas e a 'realidade' interagem para possibilitar a produção de sentido, ou seja, sua compreensão". Em ambas há a presença de duas ou mais partes, o que significa que a comunicação precisa do outro para acontecer.

Para Neumann (1990:13) a comunicação é "uma das maiores prerrogativas do homem, porque implica pensar, ter idéias, emitir juízos de valor. Ao transmitir ou partilhar estas idéias, o homem as codifica através de símbolos, palavras escritas e/ou faladas. A outra pessoa que ouve e/ou vê a mensagem a decodifica", e finaliza: "esta troca de informações entre as pessoas é o que chamamos de comunicação". O autor defende a idéia de que a comunicação é um processo ativo, amplo, que vai além da troca verbal, literária, visual ou simbólica. "É um processo que cria laços, envolve, amarra, influencia, dirige, manipula, oprime, reprime, liberta" (Idem).

É neste sentido que Miranda (1985) enxerga na comunicação um 'momento pedagógico' de formação social. A comunicação é

Toda e qualquer transmissão de idéias, quer seja através de processos convencionais, quer através da linguagem falada ou escrita, quer através de símbolos, quer através de aparelhamento técnico sonoro e/ou visual, mas é em tudo entendida como momento pedagógico a serviço ou contra a construção de uma nova sociedade". (op. cit.: 1985:5)

A autora está falando de todo tipo de comunicação humana, seja interpessoal, não-verbal ou através da mídia. Em todas há um 'momento pedagógico' que refaz a condição humana e a convivência social. Este conceito de comunicação se aproxima das idéias de Penteadó no campo da Educação, de sua proposta de criar uma 'pedagogia da comunicação' que precisa ser comunicativa para ser educativa. A noção de que existe uma relação intrínseca entre comunicação e educação vai estar presente nas análises feitas neste trabalho.

É certo que no transcorrer dos tempos o conceito de comunicação foi se transformando. E que o entendimento que temos neste estudo sobre a comunicação educativa que a TV pode realizar, por exemplo, contextualiza-se nas das reflexões produzidas neste momento histórico. No entanto, os estudos sobre os processos de comunicação são relativamente novos. Foi no início do século XX que surgiram as

primeiras teorias que buscaram entender e explicar os efeitos da comunicação - de massa.

Vamos abrir um parêntese para questionar o conceito de 'massa', muito usado no passado, nem tanto no presente. A idéia de uma comunicação para a 'massa' foi base de muitos dos estudos desenvolvidos a partir de 1920.

O termo 'comunicação de massa' é usado mais freqüentemente quando se fala do cinema, do rádio e da televisão.

A comunicação através destes meios delata uma noção de transmissão de idéias que usa uma certa tecnologia para alcançar um 'grande número de pessoas', uma 'população' ou uma 'massa'. A noção de comunicação de 'massa' está, então, ligada ao surgimento das máquinas que promovem a difusão de uma idéia a um grande número de pessoas, e teve seu início no começo do século XX com o surgimento do cinema e do rádio.

O conceito de 'sociedade de massa' aparece sempre ligado ao avanço tecnológico do homem, a idéia de abrangência, de público, mas principalmente à idéia de 'popular'. Na verdade, esconde uma outra questão, que é política e econômica. Autores contemporâneos, que abrem a cortina do conhecimento para enxergar mais longe, trazem novas perspectivas para entender o que é realmente a 'massa', o público dos meios de comunicação numa determinada concepção. É o caso de Jesús Martín-Barbero, escritor, filósofo e assessor do Instituto de Estudos sobre Culturas e Comunicação, da Colômbia.

Martín-Barbero (1993) confirma que o conceito de 'massa' surge bem antes de estar ligado à tecnologia, e suas raízes estão cravadas na base do Iluminismo. Ele diz:

La idea de una "sociedad de masas" es bastante más vieja de lo que suelen contar los manuales para estudiosos de la comunicación. Obstinados en hacer de la tecnología la causa necesaria y suficiente de la nueva sociedad - y por supuesto de la nueva cultura -, la mayoría de estos manuales coloca el surgimiento de la teoría de la sociedad de masas entre los años 30-40, desconociendo las matrices históricas, sociales y políticas de un concepto que en 1930 tenía ya casi un siglo de vida (op.cit.:31)

O mestre espanhol-colombiano se refere aqui ao pensamento dominante principalmente na Europa pós-revolução-francesa, quando intelectuais aristocratas começam a preocupar-se com a força que adquirem os movimentos populares dos

trabalhadores.

Hacia 1835 comienza a gestarse una concepción nueva del papel y el lugar de las multitudes en la sociedad, concepción que guarda sin embargo en sus pliegues huellas ciertas del "miedo a las turbas" y del desprecio que las minorías aristocráticas sienten por el "sórdido pueblo".(Idem)

Neste momento da história percebe-se uma ruptura entre 'massa' e 'sociedade', que está presente em boa parte da teoria dos séculos seguintes.

La teoría sobre las nuevas relaciones de las masas con la sociedad constituirá uno de los pivotes fundamentales de la racionalización con que se recompone la hegemonía y se readecúa el papel de una burguesía que de revolucionaria pasa en ese momento a controlar y frenar cualquier revolución. (Ibidem:32)

Fechando o parêntese, foi a partir de uma idéia distorcida de massa que surge nos Estados Unidos, no final da década de 20, a Teoria Hipodérmica da Comunicação.

Communication Research

Harold Lasswell foi um dos seus principais teóricos desta linha de pesquisa que foi denominada *Communication Research*. Este grupo via a sociedade como uma 'massa' amorfa que "obedece cegamente ao esquema linear estímulo-resposta", noção do behaviorismo (PAULINO:1999:17). Via o indivíduo como um átomo "que reage isoladamente às ordens e sugestões dos meios de comunicação de massa monopolizados" (IDEM). Lasswell entendia que o controle do processo de comunicação da 'massa' tinha quatro funções básicas:

*resguardar o status quo, para que nada afete o sistema de valores da comunidade;

*considerar o lugar que ocupa o indivíduo na sociedade para produzir uma resposta;

*transmitir a herança social;

*entretenimento; (Ibidem:18)

Segundo Paulino, a Teoria Hipodérmica "não reserva espaço para o sujeito social que constrói a cultura e a História" (Idem), que é apenas considerado como um organismo

que responde a estímulos.

Ainda dentro da Communication Research, nasce uma outra corrente teórica, nos EUA, chamada Estrutural-Funcionalismo, dos teóricos Lazarsfeld, Berelson, Gaudet, Merton, Katz, e Parsons. Para o Estrutural-Funcionalismo

"o sistema social é entendido como um organismo, no qual todas as partes desempenham funções determinadas para a integração e manutenção do sistema". Os meios de comunicação são estudados, portanto, como parte do sistema social, mas também como um sistema orgânico particular, cujo funcionamento se avalia pela função social que ele desempenha em relação ao organismo social como um todo. (op.cit.:19),

Paulino analisa a continuidade desta teoria até a atualidade. Segundo ela, "no percurso histórico, a abordagem funcionalista não desaparece, suplantada por outros paradigmas, ela se prolonga até hoje, por exemplo, com os estudos dos efeitos - conhecidos como a hipótese dos usos e gratificações - e com a hipótese de pesquisa dos efeitos a longo prazo denominada de *agenda setting*"(op.cit.:20).

Até a década de 70 a Communication Research ampliou seu espectro de estudo, incluiu o receptor nas análises, mas sem deixar de considerar "o sistema comunicativo como sistema que exerce funções e a comunicação como transmissão de informações" (Idem). De acordo com Paulino, em cinco décadas passou-se da idéia de que os meios de comunicação manipulam mentes, para chegar à das funções do meio, passando no caminho pela ênfase na persuasão e na influência.

Dentro das teorias da Communication Research surgiu por volta de 1940 a Teoria da Informação, que dispensava abordagem sociológica e fundamentava-se no modelo matemático da engenharia das telecomunicações (op. cit.:21), entendendo a comunicação como uma "transmissão" de uma fonte a outra. Seu principal nome era Claude Shannon.

Como se vê, o sujeito social, aquele que é dialético e dialógico, porque se constitui no processo de interação social, na inter-relação com o outro, no processo histórico e cultural, não é assim abordado pela Teoria Informacional. O "organismo social" e seu funcionamento sistêmico determinam a ação do sujeito, impossibilitando a existência fora dele, ou seja, o sujeito é visto como parte de um organismo, funcionando em determinado sentido, em função desse sistema. (op. cit.:22)

A tradição da Communication Research continuou se desenvolvendo com a apropriação do quadro referencial da semiótica. O novo modelo comunicativo construiu-se "em torno da análise das mensagens, da estrutura dos códigos e da estrutura comunicativa, salientando a ação interpretativa do receptor, abordando-o, portanto, de maneira mais relevante, dando maior importância à subjetividade" (Idem).

Teoria Crítica

Em oposição ao pensamento funcionalista desenvolve-se a Teoria Crítica, dos pensadores da Escola de Frankfurt, de orientação acentuadamente marxista.

Contemporâneos dos irmãos Lumière, Adorno e Horkheimer foram críticos contumazes do cinema, do rádio e da televisão. Eles criaram o termo 'indústria cultural' em 1947²⁴ e defendiam a idéia de que a cultura fora transformada em mercadoria. Esta ação tinha o propósito explícito de manutenção do *status quo*.

A violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho. (ADORNO:119)²⁵

A postura dos pensadores da Teoria Crítica foi criticada por Armand e Michèle Mattelart (2002), no livro "História das teorias da comunicação", onde se lê:

Ora, pode-se perguntar até que ponto a cultura de massas não é estigmatizada por Adorno e Horkheimer também porque o seu processo de fabrico fere uma certa sacralização da arte. É, na verdade, difícil não aperceber no texto deles o eco de um vigoroso protesto letrado contra a intrusão da técnica no mundo da cultura. (MATTELART: 2002:79)

Para Adorno e Horkheimer a produção industrial da cultura 'sela a degradação do papel filosófico-existencial da cultura' (op. cit.:78). Neste sentido, os programas televisivos dos meios de comunicação acabam virando apenas mercadoria.

²⁴ Na obra Dialética do Iluminismo, de Adorno e Horkheimer

²⁵ Dialética do Esclarecimento - Fragmentos filosóficos. Theodor W. Adorno, Max Horkheimer, p.119

A teoria crítica teve o aporte também de Marcuse, com a teoria do 'homem unidimensional' onde critica um mundo onde a "instrumentalização das coisas torna-se a dos indivíduos". De Benjamin, com sua análise da nova experiência da sensibilidade urbana - a idéia do *flâneur* - e a análise da obra de arte na reprodutibilidade técnica. E de Habermas, que prossegue com a crítica ao declínio do espaço público na sociedade moderna. Para Habermas, a solução apresenta-se através da gestão racional do espaço público da comunicação, ampliando-o para o conjunto da sociedade. (op.cit:82)

Estruturalismo

Outra corrente teórica da comunicação de massa que chega aos nossos tempos é o Estruturalismo. Surgiu na França na década de 60 e teve como alguns teóricos principais: Saussure, Barthes, Althusser, Baudrillard, Foucault e outros, que nem sempre se limitam aos cânones estruturalistas. "O estruturalismo estende as hipóteses de uma escola lingüística a outras disciplinas das ciências humanas (antropologia, história, literatura, psicanálise)" (MATTELART:2002:86). Esta teoria fortalece-se na semiologia que "tem como objeto todo o sistema de signos, qualquer que seja sua substância, quaisquer que sejam seus limites: as imagens, os gestos, os sons melódicos, os objetos e os complexos dessas substâncias que encontramos em ritos, protocolos ou espetáculos constituem, se não 'linguagem', ao menos sistemas de significação" (op.cit.:87). O estruturalismo foi criticado por conduzir a reduções consideradas mecanicistas do funcionamento da sociedade, "esse teatro que aparecia sem sujeitos" (op.cit.:101).

Estudos Culturais

Esta corrente desenvolveu-se por volta dos anos 60 na Grã-Bretanha e teve como precursor R. Leavis, nos estudos da crítica literária da universidade de Cambridge. Leavis opõe-se ao capitalismo industrial e ao papel que os meios de comunicação nele assumem, como efeito pernicioso sobre as formas de cultura tradicionais. Em 1964, na Universidade de Birmingham é fundado o Centre of Contemporary Cultural Studies (CCCS) por Richard Hoggart, Raymond Williams e E. P. Thompson. Estes autores rompem com a tradição literária que situa a cultura fora da sociedade e põem em seu lugar uma definição antropológica: "cultura é o processo global por meio do qual as significações são social e historicamente construídas; a literatura e a arte são apenas uma parte da comunicação social" (MATTELART:2002:105). Thompson entende que não há uma cultura, mas várias

culturas, e defende que a pluralidade da cultura precisa ser estudada com profundidade, ressaltando conflitos e modos diferenciados de vida em diferentes culturas e classes sociais. Esta corrente rompe também com o conceito de sociedade como 'massa' que tanto as correntes teóricas funcionalistas como as críticas haviam mantido. As pesquisas realizadas no Centro de Birmingham concentram-se na produção dos meios de comunicação - enquanto sistema complexo de práticas determinantes para o processo de elaboração da cultura e da imagem da realidade - e no consumo dos meios - enquanto espaço de luta e negociação de valores e sentidos entre práticas comunicativas diferenciadas. Esta corrente teórica abriga teóricos como Stuart Hall, David Morley, e John Fiske. Na América Latina, teóricos como Martín-Barbero e Guillermo Orozco vem estudando os processos comunicacionais desde a cultura, desde as mediações. Ao mesmo tempo em que esses estudos se aproximam da perspectiva dos Estudos Culturais de origem britânica, há neste continente uma produção científica que vê a cultura sob uma ótica especificamente latinoamericana, como podemos ver na seguinte colocação de Martín-Barbero (1993):

Emerge en América Latina una valoración nueva, profundamente nueva de lo cultural. No faltan quienes piensen que esa valoración es sospechosa: estaría encubriendo la evasión política resultante de la incapacidad para hacer frente a la crisis de las instituciones y los partidos. Esa sospecha acierta par aquellos casos en que "se hace cultura mientras no puede hacer-se política". Pero algo radicalmente distinto se produce cuando lo cultural señala la percepción de dimensiones inéditas del conflicto social, la formación de nuevos sujetos - regionales, religiosos, sexuales, generacionales - y formas nuevas de rebeldía y resistencia. Reconceptualización de la cultura que nos enfrenta a la existencia de esa otra experiencia cultural que es la popular, en su existencia múltiple y activa no sólo en su memoria del pasado, sino en su conflictividad y creatividad actual. (op.cit.:224)

Martín-Barbero entende que os meios de comunicação entram no processo democrático dos países latino-americanos como empresas de comunicação mas também como produtores de cultura: "Esto es, su carácter de proceso productor de significaciones y no de mera circulación de informaciones y por tanto, en el que ele receptor no es un mero decodificador de lo que en el mensaje puso el emisor, sino un productor también" (Idem:228).

1.2.1 Pesquisa brasileira

No Brasil, o campo da Comunicação ainda está em formação. Eugênio Bucci, na tese *Televisão Objeto: a crítica e suas questões de método*(2002) delimita o campo da comunicação na fronteira de outros três campos de conhecimento: a sociologia, a lingüística e a psicanálise. O autor tem como objeto de pesquisa 'a televisão', e suas reflexões vão fundamentar parte deste estudo.

Haussen (2000) detalha, embasada em pesquisa de Maria Immacolata Lopes, quais são os principais temas abordados nas pesquisas brasileiras sobre comunicação, na última década: problemas midiáticos, análise de discursos e pesquisas sobre mediações culturais. A autora prevê que a produção científica deste campo deva continuar nos temas da tecnologia e da cultura.

Em relação à tecnologia, tanto do ponto de vista específico da sua evolução e linguagens, quanto das interfaces com a comunicação. Por outro lado, a cultura deverá ser estudada em temas como das etnias, das identidades culturais e dos gêneros; das cidades e do meio ambiente; do multiculturalismo na questão global, das fronteiras e das migrações, por exemplo. E as abordagens poderão ser tanto do ângulo micro, mais empírico, baseadas em estudos de caso, como macro, mais teórico, buscando apreensões conceituais. (op. cit.:2000:14)

A produção acadêmica brasileira no campo da comunicação é extensa. Como o objetivo deste trabalho é tratar diretamente da educação realizada pela televisão pública, concentramos a garimpagem nas pesquisas realizadas nos últimos 20 anos, que enfoquem prioritariamente o meio televisivo educativo ou público. São inúmeros os trabalhos científicos neste campo que analisam programas²⁶ de televisão ou comparam programações

²⁶ Alguns exemplos: CAMARA, Raimundo Nonato S. A inserção do programa Castelo Rá-tim-bum nos propósitos da TV Cultura, a partir da sua produção, estrutura e conteúdo. São Bernardo do Campo/SP. 01.03.2001. USP/Ciências da Comunicação/Mestrado.SOUZA, Adriana Maricato de. Programas educativos de televisão para crianças brasileiras: critérios de planejamento propostos a partir das análises de Vila Sésamo e Rá Tim Bum. São Paulo, 12.12.2001. ECA/USP. MAGALHÃES, Cláudio Márcio. O visível e o invisível de um Castelo Imaginário e um Anjo Real - Angélica, Castelo Rá-tim-bum e programas infanto-juvenis em análise pelos caminhos da COM & EDU. UFMG/1999.

e emissoras de TV²⁷, mas, vamos nos ater aos que tomam uma TV pública ou educativa brasileira como objeto de estudo.

Alencar²⁸ realizou em 1983 um estudo de caso da TVE Amazonas. Levantou o quadro educacional e as expectativas que foram criadas pela implantação da televisão educativa. Fez uma análise de cinco emissoras educativas que estavam implantadas no país para afirmar que:

Por mais que se queira evitar, os fatos comprovam que os cálculos irrealistas da relação custo-rendimento; a falta de garantia orçamentária a médio prazo e, sobretudo a ausência de uma gerência qualificada e de uma administração flexível e eficiente (motivadas geralmente pelos críticos de escolha, onde prevalecem as amizades pessoais e os comprometimentos políticos) constituem a origem de todas essas dificuldades que a TVE brasileira tem enfrentado desde o início. (op.cit.:79)

Estas observações foram feitas por Alencar há 20 anos, no entanto, imaginamos que a situação das tevês educativas do país na atualidade não seja muito diferente. Nas conclusões sobre seu estudo de caso, a TVE Amazonas, o pesquisador reclama da falta de recursos e profissionais qualificados para cumprir os objetivos educacionais da emissora. No entanto faz uma crítica contundente à política administrativa do Estado que recebeu a concessão do canal, sem se preocupar com os objetivos educativos.

As diferentes políticas para utilização da TVE do Amazonas e a diversidade de projetos são frutos de uma administração que em nenhum momento, procurou perceber a problemática de educação, pelo menos na capital, e saber em que a Televisão poderia contribuir como solução. Justificar sua existência, sem ônus para o Estado, sem partir de objetivos claros, fora uma das preocupações do Governo.

Paralelamente a essa indefinição no campo do ensino, o Governo definia a TVE do Amazonas como veículo de apoio e difusão das

²⁷ Alguns trabalhos: LEAL FILHO, Laurindo L. O modelo britânico de rádio e televisão: a convivência entre público e o privado. SP: 19.06.1996, USP/ECA/CJE TANAKA, Misaki. Sem medo de ser espetáculo - O caso NHK: o jeito japonês de se fazer TV Pública. São Paulo, 01.12.2000. PUC/Mestrado Comunicação e Semiótica. APONTE, Manuel A D. Análise Comparativa da televisão pública do Estado de São Paulo e da República Dominicana: Rádio e televisão Cultura e Rádio e televisão Dominicana. São Paulo: 01.08.92. UMEESP/ Mestrado Comunicação Social. MELGAR, Edmundo A. A televisão educativa ibero-americana e a sua genesis. RJ: 01.03.95. UFRJ/ Mestrado Comunicação.

²⁸ ALENCAR, Rui Souto de. O papel da televisão educativa no Brasil: estudo de caso da TVE - Amazonas. 30.10.84. USP/ECA/CCA.

suas realizações e propaganda política da situação vigente.(Idem:144)

O uso da TV educativa para interesses partidários ou particulares marcou acentuadamente a história da televisão educativa brasileira, que atualmente quer afirmar-se como pública.

Uma exceção à regra seria o exemplo da TV Cultura de São Paulo que foi objeto de estudo de Cássia Regina G. dos Santos (1998). Em *Uma TV Educativa para o Brasil - Dimensões da trajetória da TV Cultura de São Paulo*, a autora levanta a história de um canal de televisão brasileiro que realmente se preocupou com a educação. Esta emissora praticamente modela o que se pensa hoje de programação educativa, e fez escola ao mudar o conceito de como se pode produzir programas educativos sem fazer da TV uma 'escola com antenas'.

À parte estas duas pesquisas que estudam a TV pública/educativa brasileira não encontramos outros exemplos. Sabe-se que enquanto esta dissertação é concluída outros estudos estão sendo realizados com o objetivo de analisar uma emissora brasileira que tenha função educativa.

Diante do quadro reduzido de estudos que focalizem a televisão educativa brasileira, como instituição educativa e como meio de comunicação que propõe a educação para a cidadania, entendemos que há muito trabalho a ser feito. De acordo com o Plano de Distribuição de Canais de Televisão - Educativa, elaborado pela ANATEL, existem no país 158 emissoras de tevê que nascem com propostas, e possibilidades educativas. Quais são elas? Onde estão? Estão servindo a proselitismos políticos, como o caso levantando por Alencar, ou estão produzindo programas educativos, como faz a TV Cultura de SP? Estas podem ser questões respondidas por futuras pesquisas realizadas neste campo.

No próximo capítulo vamos entrar nesse nebuloso mundo da televisão e buscar fundamentos teóricos para estudar a TV Cultura de SC, uma emissora pública com finalidade educativa - objeto deste estudo.

Capítulo 2 - A TV em tempos modernos

“No nosso tempo, a verdade é que a verdade já não está nos autos. Qualquer um é capaz de sentir, de perceber e de intuir que a realidade só é realidade de verdade quando aparece na televisão. De outro lado, aquilo que é elevado à condição de imagem eletrônica na visualidade televisiva adquire instantaneamente a chamada relevância pública²⁹”.

Eugênio Bucci, 2002.

Introdução

Discorrer sobre televisão é tarefa difícil. Já foi dito tanto e paradoxalmente, parece tão pouco. Entramos no século XXI com a certeza de que a televisão mostra tudo o que acontece. Não importa o fato, a tragédia, a realidade, mas o relato do fato. *AIDS arrasa populações inteiras na África. Bush ataca o povo iraquiano sem autorização da ONU. Satisfeitos, a par do que está acontecendo no mundo, deitamos e dormimos. No nordeste brasileiro, pessoas morrem de fome e sede. Assistimos e satisfeitos deitamos e dormimos.*

²⁹ BUCCI, p. 123.

Trazemos do século XX a sensação de que fazemos parte do mundo, assistido diariamente no horário nobre da tevê, e isto parece bastar.

Falar de televisão não é fácil, principalmente quando se é crítico. Como contrariar o gosto da maioria da população brasileira? No barraco mais simples da favela lá está ele, o televisor. Conectando aquela pessoa ao mundo; editado, mas o mundo que ela quer conhecer, onde vive. Diariamente mais de 40 milhões de televisores são ligados no país. As ondas hertzianas cobrem 100% do território brasileiro. A maioria da população brasileira é pobre e/ou miserável, não tem o básico para a sobrevivência digna. No entanto, tem televisão em casa. Este é um Brasil contraditório e real [por isso real]. Para falar sobre televisão no Brasil precisamos primeiro reconhecê-la como preferência nacional que faz parte da cultura brasileira.

A sociedade fundada a partir dos preceitos iluministas mudou, e muito. A Modernidade sustentada pela primazia da razão, onde um grupo de iluminados conduzia a massa bruta e analfabeta à superação da ignorância, pede para ser revisada. Não se trata de aceitar o fim da modernidade, porque muitas de suas metas não foram cumpridas e em alguns cantos do Brasil ainda nem começaram a sê-lo. Como diz Thompson (1998), “há poucos sinais precisos de que os habitantes do mundo neste final do século XX tenham entrado numa nova era, e de que as portas abertas pelo advento das sociedades modernas se tenham definitivamente fechado atrás deles” (op.cit.:17)³⁰. Trata-se sim de estabelecer uma relação entre as metas políticas, sociais, econômicas de um estado moderno que tem como fundamento instituições democráticas, e as necessidades *simbólicas* dos sujeitos contemporâneos. Neste *meio do caminho* é que queremos situar este estudo sobre a TV Cultura de Santa Catarina. Entre o plano das *instituições racionalistas* e o das *sociedades simbólicas*. Como instituição social e como *instância* de uma conversa coletiva contemporânea.

2.1 O poder da TV.

A televisão representa na atualidade brasileira o principal meio tecnológico de comunicação. É verdade que estamos vivenciando a comunicação através de outros

³⁰ Thompson, 1998, p.17

aparelhos, como o celular, o rádio, o computador; no entanto, a televisão é mais que um aparelho tecnológico que *difunde* à 'massa' informações e entretenimento sob a ótica burguesa, como dizia Adorno. O televisor presente nas casas de quase todos os brasileiros é um eletrodoméstico que propõe uma *conversa simbólica* entre pessoas e grupos sociais. Esse aparelho doméstico que transmite imagens e sons formados pelos raios catódicos – elétrons emitidos em movimentos rápidos pelo cátodo de um tubo de descarga – é um objeto do avanço da tecnologia. Seu preço é relativamente acessível a um grande número de pessoas que, através dele, tem acesso às mesmas informações e tipos de entretenimento. Mas, se considerarmos os efeitos da mediação produzida por este aparelho e "levarmos a televisão a sério" como recomenda Arlindo Machado (2002)³¹, teremos clara a influência que ela exerce na formação dos sujeitos e o poder que tem.

Sociólogo e jornalista, Laurindo Leal Filho (2001) cita Popper para dizer que a “televisão tornou-se hoje em dia um poder colossal; pode-se mesmo dizer que é potencialmente o mais importante de todos, como se tivesse substituído a voz de Deus”.

Fábio Konder Comparato (1991:300) acerta: “A televisão é, de longe, no Brasil de hoje, o principal veículo de comunicação nacional [...] essa maciça penetração no meio social faz da televisão um formidável instrumento de poder”. Mas, de que poder estamos falando?

John B. Thompson (1998), sociólogo inglês, é um dos autores contemporâneos que se destaca pelas análises que faz sobre a mídia na sociedade moderna. Ele observa os fenômenos da comunicação desde o campo da teoria social³². Talvez por ter uma visão externa ao campo da comunicação, Thompson consiga antever **o poder simbólico da televisão** dentre outros poderes da sociedade. Inspirado em Bourdieu, que escreveu em 1989 a obra 'O poder simbólico', Thompson caracteriza o poder simbólico das instituições sociais.

Thompson parte do princípio de que em todas as épocas da história o homem se

³¹ O autor propõe examinar a televisão de uma forma não tradicional, sem que seja considerada a única responsável pela banalização cultural.

³² “A teoria social tem muito a oferecer e a teoria social da mídia pode ajudar a situar o estudo da mídia lá onde, na minha visão, ele deve estar: entre o conjunto de disciplinas que dizem respeito à emergência, ao desenvolvimento e à estruturação das modernas sociedades e ao seu futuro”, diz Thompson, p. 15

preocupou em produzir e trocar informações e conteúdos simbólicos com outros seres humanos. Mas foi com o advento dos meios de comunicação tecnológicos que esta troca saiu de uma ambiência restrita a grupos para refletir-se em proporções globais. “De uma forma profunda e irreversível, o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno (op. cit.:19)”. Para o sociólogo a mídia detém um ‘poder simbólico’ quando promove a comunicação contemporânea, e a coloca em igual condição com os outros três poderes: o poder econômico, o poder político, o poder coercitivo (Idem:22)³³.

Vamos fazer uma rápida revisão do que são os outros poderes para Thompson, para adiante nos determos mais detalhadamente no poder simbólico. Inicialmente, para Thompson, o poder é um ‘fenômeno social’, que coloca toda pessoa – ou instituição - que tem capacidade de ‘agir’ para alcançar objetivos e de ‘intervir’ no que pode acontecer dentro da esfera do poder. Segundo o autor, o poder não está restrito a instituições ou grupos. **Todos os sujeitos têm poderes.**

Se hoje comumente associamos poder à política, isto é, às ações de indivíduos agindo em nome do estado, é porque os estados se tornaram particularmente centros importantes de concentração do poder no mundo moderno. Mas a importância das instituições estatais não nos deveria ocultar o fato de que o poder manifestamente político é somente uma forma mais especializada de poder, e de que **os indivíduos normalmente exercem poder em muitos contextos que pouco ou nada têm a ver com o estado** (Ibidem:21).

Neste sentido, Thompson, desmistifica a idéia de um ‘poder absoluto’ que tem ‘poder’ para aniquilar outros ‘poderes’. Segundo Thompson, os poderes se manifestam de acordo com os ‘recursos’ que cada um tem. O acúmulo de recursos constitui o que Thompson chama de *instituições paradigmáticas*, onde existe uma ‘base privilegiada para o exercício do poder’.

Mas a grande contribuição de Thompson para este trabalho é a de ver uma equivalência entre os quatro poderes: “a atividade simbólica é característica fundamental da vida social, em igualdade de condições com a atividade produtiva [econômica], a

³³ Thompson, p.22. Seguindo Michael Mann e outros...

coordenação dos indivíduos [política] e a atividade coercitiva [militar]³⁴”. Neste sentido, o quarto tipo de poder – que é o que particularmente nos interessa - é o simbólico, aquele que “nasce na atividade de **produção, transmissão e recepção do significado** das formas simbólicas (op.cit.:24)”, que se dá através da comunicação realizada pelas várias *instituições paradigmáticas* da comunicação social.

Se a atividade simbólica é uma característica penetrante da vida social, há, entretanto, uma grande variedade de instituições que assumem um papel particular historicamente importante na acumulação dos meios de informação e de comunicação. Estas incluem instituições religiosas, que se dedicam essencialmente à produção e difusão de formas simbólicas associadas à salvação, aos valores espirituais e crenças transcendentais; instituições educacionais, que se ocupam com a transmissão de conteúdos simbólicos adquiridos (o conhecimento) e com o treinamento de habilidades e competências; e **instituições da mídia, que se orientam para a produção em larga escala e a difusão generalizada de formas simbólicas no espaço e no tempo** (Idem:24).

Thompson preocupa-se particularmente com as instituições paradigmáticas que detêm o poder simbólico dos meios de comunicação, para isso faz uma análise detalhada dos seus recursos. Segundo o autor, “todos os processos de intercâmbio simbólicos envolvem um meio técnico (Ibidem:26)”. A estes meios técnicos ele atribui três aspectos ou recursos - fixação, reprodução e distanciamento espaço-temporal – que vamos usar no nosso trabalho para entender **o poder que a televisão tem**. Vamos a elas.

O atributo de fixação é o que 'permite ao meio técnico um certo grau de *fixação* da forma simbólica, ou sua preservação em um meio que possui graus variáveis de durabilidade'. As formas simbólicas podem **permanecer** no papel que ficou marcado pela tinta durante anos seguidos, numa pedra com gravura ancestral ou na fita de vídeo com entrevistas imperdíveis. “O grau de fixação depende do meio específico utilizado (op.cit.:26)”

O atributo da reprodução se refere à cópia das formas simbólicas [que vira mercadoria na indústria da mídia]. Este aspecto é muito importante para analisar a

³⁴ Thompson, p. 24

televisão. Descortina a ligação que existe entre o produto televisivo e a sua mercantilização, e “os objetos produzidos pelas instituições da mídia passam por um processo de valorização econômica³⁵”. Para Thompson ‘mercantilização’ quer dizer ‘valorização’ e por isso ele consegue aproximar a ‘valorização simbólica’ da ‘valorização econômica’. Na verdade, dá ao poder simbólico um valor de troca.

A ‘valorização econômica’ é o processo de atribuição de ‘valor econômico’ às formas simbólicas, um valor pelo qual elas podem ser trocadas no mercado. **Em virtude da valorização econômica, as formas simbólicas se tornam mercadoria**: objetos que podem ser vendidos e comprados no mercado por um determinado preço (op.cit.:33).

Um último aspecto de fundamental importância para fundamentar a análise do poder simbólico dos meios técnicos da comunicação refere-se ao *distanciamento espaço-temporal*, que com o advento das telecomunicações “trouxe *uma disjunção entre o espaço e o tempo*, no sentido de que o distanciamento espacial não mais implicava o distanciamento temporal (op.cit.:36)”. E para o autor, **este recurso modifica a abrangência** do poder simbólico.

Ao alterar as condições espaço-temporais da comunicação, o uso dos meios técnicos também altera as condições de espaço e tempo sob as quais **os indivíduos exercem o poder**: tornam-se capazes de agir e interagir à distância; podem intervir e influenciar no curso dos acontecimentos mais distantes no espaço e no tempo (Op.cit.: 29)³⁶.

Outros autores analisam as alterações nos conceitos modernos de espaço e tempo provocados pelo desenvolvimento tecnológico do nosso tempo. Anthony Giddens³⁷ é um dos mais citados³⁸. Neste estudo vamos usar o conceito de ‘telespaço público’ que Eugênio Bucci desenvolve no campo da Comunicação. Mais adiante. Por enquanto, basta-nos chegar até aqui com Thompson para entender o ‘poder da televisão’.

Podemos, então, dizer que a [emissora de] televisão é uma instituição ‘paradigmática’[que acumula recursos] do poder simbólico, que através de – fixação,

³⁵ Thompson, p. 33.

³⁶ O autor atribui uma nota onde dá autoria desta reflexão a Harold Innis.

³⁷ GUIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

³⁸ Ele desenvolve as categorias de ‘desencaixe’, ‘reflexividade’, ‘fichas simbólicas’, ‘sistemas peritos’ para analisar como se dão, na atualidade, as noções de tempo e espaço.

reprodução, distanciamento espacial-temporal - dos ‘meios técnicos’ **age e intervêm na produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas**³⁹. E ao produzir formas simbólicas está criando ‘bens simbólicos’ que têm valor de mercado. Por isso, a televisão tem poder: simbólico e econômico.

2.2 O telespaço público da TV

Até agora localizamos a televisão como instituição paradigmática do poder simbólico que se equipara a outros poderes. Verificamos que, entre os vários atributos que podem ter os meios de comunicação, está aquele que desloca as noções de tempo e espaço na contemporaneidade. A partir daqui vamos seguir pelo caminho traçado por Bucci dentro do campo de comunicação – em constituição – no que se refere à televisão como *instância* da comunicação.

Para Bucci (2002) “o que distingue a televisão frente aos outros eletrodomésticos é a possibilidade histórica que ela abre para o que chamaremos de *instância da imagem ao vivo* (op.cit.:20)”. Segundo o autor, a ‘instância da imagem ao vivo’ é o que modifica ‘as maneiras de se conceber socialmente a espacialidade e a temporalidade’. **A televisão modifica os padrões de tempo e espaço.** Neste nexos pode estar, mais que um atributo do poder simbólico da televisão, uma prova da potencialidade da televisão de nossos tempos.

A legenda 'AO VIVO' que aparece no canto da tela da tevê avisa: algo está acontecendo naquele exato momento. [Muitas coisas estão acontecendo naquele instante, mas somente aquela alcançou a notoriedade dada pela televisão.] Estamos assistindo um acontecimento em ‘tempo real’. Este acontecimento faz parte da ‘instância da imagem ao vivo’. Para o autor “o que está no ar, ao vivo, não são os acontecimentos, mas a **instância** na qual eles têm lugar. A televisão assim existe como o palco do mundo – e não o mundo, mas o palco do mundo, quem existe ao vivo (Idem:30)”. Quando ligamos o televisor para assistir o telejornal não percebemos que aquilo que estamos vendo foi produzido, gravado, horas, dias, anos antes. Assistimos o instante, o presente que a televisão nos dá. Quando ligamos o televisor - entramos no ar -, estamos colocando-nos em contato com um novo tempo, o tempo da televisão, onde presente, passado e futuro se misturam em um gerúndio:

³⁹ ‘tem capacidade de ‘agir’ para alcançar objetivos e de ‘intervir’ no que pode acontecer dentro da esfera do poder’ simbólico.

acontecendo. [“A imagem ao vivo institui a temporalidade: o acontecendo, o gerúndio sem começo nem fim⁴⁰”] Este é um novo tempo da comunicação social, que abre as fronteiras do espectro eletromagnético e delimita um novo espaço público, onipresente e fugaz.

A instância da imagem ao vivo reordena o espaço público e funda um novo. Aí, a televisão em suas múltiplas possibilidades tecnológicas – a televisão pelo computador, a televisão digital, via satélite, a cabo ou aquela que trafega nas ondas eletromagnéticas – é uma entidade única contida em muitas. A integração do planeta pela informação *on-line* é apenas uma das dimensões possíveis do mundo que aflora diante de si mesmo pela instância da imagem ao vivo. As redes múltiplas compostas pela Internet, pelos canais interativos de TV, ou mesmo pelas junções desses recursos com novos sistemas de telefonia constituem a disseminação multifacetada da instância da imagem ao vivo. Eis o espaço público da contemporaneidade, dado pela instância da imagem ao vivo, que combina ubiquidade e visibilidade. Totais. (Ibidem:30)

Para Bucci ‘falar de televisão é falar de espaço público’. Ele cria o conceito de **‘telespaço público’**, que resulta da adequação da ‘esfera pública’ de Habermas às características atuais da televisão – a instância da imagem ao vivo. Considera que vivemos, na contemporaneidade, a construção de um novo ‘espaço público’⁴¹, que é ‘burguês’[capitalista] na sua base, mas que inclui, ou relaciona-se com outros espaços públicos, através, e principalmente, da televisão. “Cumpre-nos, apenas, reconhecer que, sem o uso da imagem tal como hoje ela se apresenta na televisão, nas revistas, nos computadores, nos games, nos *outdoors* – e no imaginário -, os espaços públicos contemporâneos seriam impensáveis (Ibidem:112)”. **Portanto, a imagem ao vivo, que é própria da televisão, funda o ‘telespaço público’.** Este é o espaço público gerado pelas **‘instituições mediáticas, hegemônicas diante das outras instituições** na função de hierarquizar conceitos e valores’, e , ‘presidida pela imagem ao vivo’. Espaço televisivo, televisível, televisual. “Nele, os padrões de lugar e de tempo se alteram, abandonando a geografia e a cronologia como suas referências principais (Ibidem:124)”.

Continuando com Bucci, o espaço da televisão é o espaço da instância da imagem ao vivo - onde ela estiver -, e se confunde com o espaço da sociedade de consumo. Para o

⁴⁰ BUCCI, p. 157

⁴¹ Bucci prefere a adoção do termos ‘espaço público’ em vez de ‘esfera pública’ para ‘fugir da idéia de abstração sociológica’.

autor, o que impulsionou a formação do atual espaço público é o capital, [e agora lembrando Thompson] com todas as suas necessidades de se ‘reproduzir’ como ‘bem simbólico’.

Já não é suficiente o relógio para controlar o ‘tempo’ do trabalho humano. Agora, o capital não pode parar de circular [no que a tevê ajuda]. O consumo tem que continuar freneticamente, não pode parar. Lojas 24 horas. Atendimento 24 horas. “O mundo sem jornadas, sem intervalos, sem descansos, o mundo aberto 24 horas do dia (BUCCI:2002:155)”. Precisa expandir-se e ocupar o planeta, sem interrupções. A globalização da economia está acontecendo, freneticamente, avassaladora. [Se um país da América Latina está no caminho, afasta-se o país, como tango e tudo] É como se não existissem mais países com fronteiras e alfândegas, agora o capital estende-se, ultrapassa o controle político e insere-se no cotidiano das pessoas do mundo, ditando o ritmo. Este é o ritmo do capital, que o telespaço público absorveu. ”Em nada o telespaço público se assemelha aos espaços físicos firmemente delimitados que a modernidade cuidou de explodir. Muito longe dos velhos espaços estáticos, ele é circulação e comunicação – é movimento em tempo real(op.cit.:132)”.

Bucci tem razão ao afirmar que o capital financeiro dita o ritmo dos novos tempos. "A instância da imagem ao vivo é o que é *somente* porque o capital está on-line, em tempo real, em todos os lugares do globo ao mesmo tempo: é a expressão da temporalidade contemporânea (Idem:155)". Montar uma emissora de televisão tem um custo altíssimo. No entanto, em um país onde a maioria da população é pobre, existem 280 televisões comerciais, fora as repetidoras. Todas elas interessadas em manter o ritmo ditado pelo capital: circular mercadoria.

O espaço da televisão é o telespaço público. Tem limites, tempo e lugar. Existe mas é ‘simulado’ como não-lugar. Bucci toma de empréstimo o conceito de Augé⁴² para explicar que o não-lugar é o lugar de passagem, “é a própria função da circulação cristalizada em um espaço de não-permanência (Ibidem:136)”. Os não-lugares são os espaços que não incorporam o passado, a identidade, a história. São lugares de trânsito. No não-lugar não há identidade, nem passado, nem história ou lugar. No não-lugar a imagem

⁴² AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas:Papirus, 1994.

fala. – semáforos piscando, luminosos estimulando o consumo, sinais conduzindo o ‘flâneur’ de Benjamin -

O não-lugar é próprio de uma época (medida de uma época) em que a imagem apressa a comunicação e a circulação, quebrando as limitações (trincheiras) idiomáticas. É próprio da comunicação elementar dos infográficos, dos sinais visuais para os passantes, que indicam objetos, direções de fluxos, orientam procedimentos, mas não fixam o sentido assim como não fixam o sujeito (BUCCI:2002:138).

Quando assistimos à televisão vemos o mundo circulando na nossa frente. Sabemos que em Florianópolis houve um ‘apagão’ que deixou a cidade sem luz e água durante dias. E também que aconteceu mais um atentado terrorista no Iraque. Também que o Gugu produziu uma entrevista falsa com o Comando Vermelho, colocando em risco a vida de pessoas. Que a Xuxa lançou um filme para crianças. E as Casas Bahia têm promoções especiais anunciadas por um novo talento da mídia. Vemos, consumimos, e amanhã esquecemos, porque afinal, amanhã tem mais. “Agora, o fluxo é o único ‘princípio estruturante’ do espaço, no qual predomina o excesso (o que não circula é que está fora). Pois a imagem circula. E a mercadoria se reveste da qualidade de imagem para melhor circular (Idem:138)”.

A televisão é uma *instância*, um espaço célere. Ao simular o não-lugar destitui o presente de passado, de história, de causas e conseqüências.

A televisão efetivamente se oferece como campo de passagem – tem algo nela que é o não-lugar. Ela é passagem imediata. Mas sempre simulada. Ela *simula* a ausência de lentes, filtros, simula a ausência de mediações, isto é, põe-se como se não houvesse entre o que se retrata (aquilo a que se refere) e o espectador, e é nessa medida que ela se sobrepõe às demais espacialidades, encobrando-as e concorrendo para anula-las. Ao ser o lugar algum ela é um lugar qualquer, um lugar curinga. Sobrepõe-se aos lugares e assuntos que toma por objeto (Ibidem:139)”.

Mesmo que a televisão simule um espaço real onde tudo o que acontece está sendo visto e mostrado, é certo que, no que mostra, há realidade. O fato realmente aconteceu, neste momento da história. Foi mostrado um lado dele, uma fração, um viés. Mas a tevê mostrou o real, que aconteceu em um espaço determinado, em um tempo que existe. A televisão toma o lugar e transforma-o no não-lugar, no acontecendo sem interrupções. “É

certo que essa espacialidade pode ser contida pela televisão como fundadora, pela instância da imagem ao vivo, do *telespaço* público. *Mas ela não decreta a abolição em definitivo do tempo e do espaço: ela apenas modifica seus padrões (BUCCI:140)*”.

Poderíamos dizer que o padrão do tempo e espaço da TV é o espetáculo. Mas isto vai ser tratado no próximo item.

2.3 O espetáculo na TV

Até aqui usamos o conceito de ‘poder simbólico-econômico’ para entender a TV. Incorporamos a ele o conceito de *telespaço* público de Bucci, que responsabiliza a televisão – através da instância da imagem ao vivo – pelo padrão de um novo tempo e espaço na contemporaneidade. Agora vamos analisar este padrão de comunicação imposto pela televisão: o espetáculo. “O ritmo das imagens eletrônicas na televisão, síntese do ritmo do espetáculo, é a expressão estética dessa nova temporalidade, unificando passado e futuro no presente narcísico, hedonista – e tirânico (BUCCI:156)”.

Vamos começar com um exemplo que radicaliza a sociedade do espetáculo - conceito consagrado por Guy Debord⁴³. Existe algo mais espetacular atualmente na televisão do que os *reality shows*⁴⁴. Neles, como afirma Ivana Bentes, anônimos que se transformam em estrelas depois de ser espetáculo – mercadoria – revelam a “gênese das celebridades”: “Uma nova vida virá depois do capital midiático capitalizado durante a exposição às câmeras (BENTES:2003)”. São pessoas, seres humanos que aceitam encenar uma intimidade quase real para conseguir o status de mercadoria, mediatizada pela TV. “Tudo se confessa diante das câmeras e na TV. E tanto a confissão quanto a vigilância se tornam entretenimento, espetáculo e freqüentemente tédio (Idem)”. Naquela exibição não há lugar nem tempo – é o acontecendo. Na casa-palco não há relógios - o espetáculo é atemporal. A casa-palco é o não-lugar, onde aquelas pessoas estão de passagem, em trânsito. Dentro em pouco outras pessoas vão substituí-las, e virar mercadoria. Guy Debord (1997) tem razão quando diz que “o espetáculo é o momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social”. Aquelas pessoas se sujeitam àquilo por dinheiro, e pela fama que traz dinheiro. “A representação não é mais representação apenas. O espetáculo é, sim,

⁴³ DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

⁴⁴ os brasileiros assistiram a duas Casas dos Artistas e a quatro tantos Big Brother.

uma relação social que funde exploração do trabalho e linguagem. O espetáculo é, sim, capital. É para o capital que olha quem vê televisão”, sentencia Bucci (2002:254).

Mas por que as pessoas assistem tanto a esse tipo de programa? Por que as pessoas gostam tanto de assistir televisão? [No Brasil é assistida na média de quatro horas por dia.] Poderia ser dito que "a televisão tem sucesso porque é dirigida a determinados esquemas mentais, capacidades cognitivas, estruturas perceptivas e sensibilidades previamente existentes no indivíduo. Mas, ao mesmo tempo, a televisão potencializa e modifica tais esquemas, estruturas, capacidades e sensibilidades" (FERRÉS:1996:16). Martín-Barbero diz que se a televisão atrai é porque a rua expulsa: 'é dos medos que vivem os meios'. Mas poderíamos dizer também que as pessoas assistem à televisão para ver o que é 'vistoso', 'admirável', 'surpreendente', 'teatral', todos sinônimos de 'espetacular'.

O espetáculo sempre chamou nossa atenção, prendeu nossa admiração, bem antes de existir a televisão. Quando o arauto da antiga Grécia abria pomposamente as sessões de consulta pública do cidadão - Quem quer, quem pode dar um conselho útil à sua polis? (COMPARATO:1991:300) - na liturgia da democracia que surgia, não estava sendo ele protagonista de um espetáculo da democracia? Ou ainda, quando recebemos homenagens, vemos uma peça de teatro, ou somos elogiados por algum mérito pessoal, não nos sentimos um espetáculo?

A questão que tento colocar é a de ver que no espetáculo há uma dimensão maior do que a da mercadoria. E, se a televisão é espetáculo, será que esse espetáculo precisa transformar-se em mercadoria?

Há mais de trinta anos, Guy Debord cunhava o termo tão em voga – sociedade do espetáculo – e previa o que hoje é realidade. “o que era vivido diretamente tornou-se uma representação (DEBORD:1997:13)”. Debord dizia que “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens (Idem:14)”. Ou, dito de outra forma por Belloni, a “sociedade do espetáculo é a relação social mediatizada pelas imagens (BELLONI:2002)”.No entanto, tantos anos depois, Debord é 'recuperado pelas mídias que tanto criticava (Idem)'.

Quando assistimos nas televisões comerciais a programas e propagandas evidentemente dirigidos pela ânsia do capital, temos que afirmar que “o espetáculo é a

outra face do dinheiro: o equivalente geral abstrato de todas as mercadorias" (BUCCI:2002:248). Mas quando assistimos, por exemplo, a uma entrevista de Jesús-Martin Barbero, no programa Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo, não conseguimos afirmar que aquele espetáculo, aquela simulação seja a representação fiel do capital. Há mais do que o poder econômico ali. Há uma tentativa de recriar por dentro da televisão uma outra televisão, um outro espetáculo. Ao fazer uma análise crítica da televisão, Barbero, estava, dentro da instância da imagem ao vivo, sendo espetáculo, e recriando a TV por dentro. É verdade que a "a sociedade contemporânea é a sociedade do espetáculo(BELLONI:2002)", e que "as pessoas trazem para seu cotidiano algumas formas de sucesso e as reproduzem"(Idem). Mas não pode haver uma outra forma de espetáculo produzida pela televisão que sobreviva ao/no capitalismo? Porque afinal é no espaço público burguês que estamos neste momento da história. Mesmo que "o tempo do capital' imponha 'o tempo do espetáculo(BUCCI:2002:157)", e que a 'dinâmica do capital' esteja 'estetizada pelo espetáculo da imagem ao vivo', refazendo-se por meio dela"(Idem:159), não poderíamos recriar os padrões da televisão e produzir um espetáculo da cidadania?

Procura-se acreditar que sim. Como diz Ivana Bentes (2003): "Resta saber como tomar posse da TV e como fazer uma 'guerrilha no sofá'". Aquilo que Bucci chama de *telespaço público* pode ser uma arena onde se travem disputas que através da televisão, ajudem a recriar a televisão.

A luz no final do túnel pode ser o holofote ligado no estúdio de uma televisão pública. Dito de outra maneira, se a TV pública, que tem finalidade educativa, abrir-se como arena, como *telespaço* onde se trave a disputa pela hegemonia propiciando a produção simbólica distinta dos padrões atuais, dando visibilidade às pessoas e não ao capital, pode ser que conheçamos um novo padrão de televisão no Brasil. No próximo capítulo vamos conhecer melhor a TV pública brasileira.

CAPÍTULO 3 - O debate sobre a TV Pública

"Existe apenas um prazer maior do que ver e fazer televisão: pensar e imaginar uma televisão diferente, a pública".

Omar Rincón, Colômbia, 2002.

Introdução

Para fazer um estudo de caso da TV Cultura de Santa Catarina precisa-se antes situá-la no debate atual sobre TV pública. Há no país hoje, e como veremos na América Latina também, um processo de afirmação do modelo público de radiodifusão que caminha junto com a democratização destes países. A partir da análise de como está sendo fundamentada a TV pública, e de qual foi seu passado, conseguiremos contextualizar o caso em estudo.

Trata-se de entender como acontece a adequação da finalidade educativa das *televisões educativas*, que estão estabelecidas na lei e nos estatutos que as regem, dentro do novo modelo de *televisão pública*.

É este o contexto onde se insere este estudo da TVC-SC, tendo por um lado um modelo público de *instituição paradigmática* de televisão, que está em construção, e por outro, um entendimento deste meio de comunicação como *telespaço* público onde se trava a conversa simbólica brasileira.

3.1 No Brasil

Ao fazer uma panorâmica no debate que vem se travando no Brasil sobre a TV pública, distinguimos três correntes que buscam afirmar este modelo de televisão.

Uma, vinda desde a TV Cultura de São Paulo, junto a ABEPEC⁴⁵, na liderança de Jorge Cunha Lima, que diz:

Estamos entrando em uma nova etapa da televisão pública no Brasil que vai definir como estas emissoras vão se colocar no seu estado e no âmbito nacional. [...] São as TVs públicas que podem fornecer uma compreensão da informação para a formação de cidadãos críticos, indispensáveis ao futuro do país⁴⁶. (setembro/2003)

Outra, originária da TVE do Rio de Janeiro, na pessoa de Beth Carmona, que falou durante o encontro *O desafio da TV Pública*⁴⁷:

Estamos aqui para olhar para frente. A TVE vive um momento de reconstrução e de revisão de conceitos. Consideramos que essa é uma oportunidade para conversar sobre a missão da TV Pública, seus desafios, problemas e estruturas. Por isso, convidamos dirigentes internacionais de TVs Públicas consolidadas e respeitadas, para conhecer outros modelos, não para copiá-los, mas para levantar experiências diferenciadas, que podem contribuir para as nossas reflexões. [...] Neste momento, o nosso principal papel é o de poder articular esse encontro e proporcionar esse espaço de troca de experiências, para avançarmos no processo de consolidação da TV Pública brasileira. (junho/2003)

E, uma terceira, representada pelo Deputado Evilásio Farias, que de certa forma congrega as outras duas na Frente Parlamentar em Defesa da Televisão Pública⁴⁸.

A Frente Parlamentar em Defesa da TV Pública, formada por 259 deputados e senadores, é um instrumento que pode contribuir para a reversão da lamentável grade da programação exibida atualmente pela TV brasileira, por meio da promoção de debates com a sociedade civil organizada e da elaboração de leis que estabeleçam, por exemplo, um código de ética para essa programação⁴⁹. (setembro/2003)

Cada um dos depoimentos acima enfoca um aspecto ou caminho a ser seguido na

⁴⁵ Associação Brasileira de Emissoras Educativas, Públicas e Culturais.

⁴⁶ Trecho da fala que Cunha Lima proferiu no 19º Encontro da ABEPEC, em Brasília, 10/09/2003.

⁴⁷ O evento ocorreu no Rio de Janeiro, nos dias 11 e 12 de junho de 2003, promovido pela TVE Rede Brasil. Reuniu dirigentes de emissoras públicas, representantes do governo, de estatais, do mercado publicitário, da produção independente, além de três redes públicas estrangeiras - a inglesa BBC, a norte-americana PBS e a alemã SWR. Fonte: Graça Lago/TVE Rede Brasil.

⁴⁸ Em 10/09/2003 foi reinstalada a Frente Parlamentar em Defesa da Televisão Pública na Câmara Federal. A primeira tentativa aconteceu em 2000, liderada pelo mesmo deputado.

⁴⁹ Artigo publicado no Jornal Câmara, em 11/09/2003.

implantação da TV pública brasileira. Cunha Lima tenta consolidar um modelo para a televisão pública embasado no exemplo da TV Cultura (SP) e na qualidade de sua programação. A jornalista Beth Carmona vem procurando articular um diálogo nacional que discuta a televisão pública que se quer para o país. E o deputado Evilásio Faria quer pensar na regulamentação das leis que determine uma programação televisiva mais saudável do que a oferecida pelos canais comerciais. São vários aspectos relativos a uma mesma TV pública, o que demonstra que há um processo em construção. Este processo, no entanto, não está restrito ao Brasil, ultrapassa fronteiras, e é compartilhado em diversos outros lugares da América Latina.

3.2 Na América Latina

Também nos países latino-americanos o tema da TV pública suscita os mais variados enfoques, visualizados nos diferentes discursos dos estudiosos da TV⁵⁰.

Fuenzalida (2002)⁵¹, desde o Chile, entende que as televisões públicas dos países da América Latina foram gerenciadas por governos que as usaram como instrumentos de persuasão ou barganha política. Por isso, defende que as televisões públicas têm que transcender os governos, buscar a informação plural, e fazer das emissoras um "espaço de informação e discussão dos problemas sociais para avançar em direção a políticas nacionais para enfrentá-las, ao invés de pretender utilizar a TV como propaganda ideológica partidária ou governamental (op.cit.:176)". A análise do autor chileno mostra um caminho que pode ser seguido na afirmação da televisão pública como *instituição paradigmática* da produção simbólica/cultural da sociedade.

Os professores Omar Rincón, Jesús Martín-Barbero e Germán Rey escreveram na Colômbia, em 2000, um *manifesto* com os princípios que devem embasar, segundo eles, uma "televisão pública, cultural e de qualidade⁵²". A declaração é constituída por dez pontos:

⁵⁰ Vários autores de países da América Latina estudam as premissas necessárias para ser pensada a televisão pública cidadã. Alguns exemplos são: Valerio Fuenzalida e Diego Portales Cifuentes no Chile, Nora Mazziontti, na Argentina, Guillermo Orozco no México.

⁵¹ FERNÁNDEZ, Valério Fuenzalida. Por uma televisão pública para a América Latina. In RINCÓN, 2002. p.155-200.

⁵² MARTÍN-BARBERO, J, REY, J., e RINCÓN, O.. Televisión pública, cultural, de calidad. Revista Gaceta, nº 47. Bogotá: Ministério de Cultura, Mayo/Diciembre, 2000. p. 50-61. In RINCÓN, 2002, p. 30-31.

I. A televisão pública interpela o cidadão, enquanto que a televisão comercial fala ao consumidor.

II. A televisão pública deve ser o cenário do diálogo nacional intercultural.

III. A televisão pública deve promover o universal, que não passa pelo comercial.

IV. A televisão pública deve deixar de se programar como uma seqüência linear e curricular da escola, para ganhar o processo e o fluxo próprio das narrativas audiovisuais.

V. A televisão pública deve fazer programas de grande impacto, que se tornem fatos sociais e mereçam ser reprisados.

VI. A televisão pública deve recuperar o aspecto prazeroso, divertido, significativo, sedutor e afetivo que promovem a televisão, a cultura e a educação.

VII. A televisão pública deve ampliar as possibilidades simbólicas de representação, de reconhecimento e de visibilidade para a construção da cidadania, da sociedade civil e da democracia.

VIII. A televisão pública deve ser uma experiência cultural em si mesma, porque promove expressão, sensibilidades e sentidos.

IX. A televisão pública deve formar os telespectadores tanto no âmbito da leitura crítica das imagens como no do controle cidadão sobre as mensagens audiovisuais que são exibidas em toda a televisão.

X. A televisão pública deve se programar e se produzir por meio de um chamado público, através de processos de alocação de espaços transparentes e participativos, coerentes com as políticas culturais de comunicação e educação de cada país, e baseados no mérito dos realizadores e produtores.⁵³

Alguns destes princípios são incorporados e outros discutidos pelos defensores da TV pública, nos mais diferentes lugares da América Latina. O que se pode retirar para este

⁵³ Ao escrever o documento os autores não queriam finalizar a discussão, mas, ao contrário, provocar mais debate social sobre a televisão pública, na América Latina. E conseguiram. O resultado está objetivado na publicação "Televisão Pública: do consumidor ao cidadão", financiada no Projeto Latino-americano de Meios de Comunicação da Fundação Friedrich Ebert, do Equador. O impresso reflete o debate travado nas conferências mundiais do International Public Television (INPUT), que "reúnem profissionais de televisão de todas as nacionalidades", como indica a jornalista brasileira Teresa Montero Odonto, na apresentação do livro que publica o manifesto.

estudo, no entanto, é que o manifesto desenha o contexto do debate latino-americano sobre radiodifusão pública. Mostra uma quantidade de pontos que perfilam o caráter cultural do meio de comunicação público em discussão.

Tanto no ponto de vista de Fuenzalida, quanto no de Barbero, Rey ou Rincón, ou ainda, no dos dirigentes brasileiros, pode-se afirmar que há hoje na América Latina uma entusiasmada discussão sobre um modelo público de televisão, que busca fazer da TV pública um espaço público - um telespaço - de afirmação da identidade cultural e de resistência aos padrões de mercado - do espetáculo do capital. É um debate atual, que corresponde à afirmação das democracias destes países que estão em desenvolvimento e que buscam oportunizar a cidadania para todos.

3.3 Na Europa e EUA

A televisão pública é um tema atual do debate latino-americano. No entanto, é uma conversa antiga nos países europeus onde a televisão estatal foi fortemente instituída e aos poucos perde espaço para a televisão comercial.

De acordo a pesquisadora Vera Maria de Oliveira Nusdeo Lopes⁵⁴, o sistema estatal predominou na Europa, à exceção de Luxemburgo⁵⁵, até meados da década de 80. O monopólio estatal foi sendo quebrado aos poucos nos diferentes países europeus, como na França em 1964⁵⁶, Suécia em 1969⁵⁷ e Itália em 1972⁵⁸; na Bélgica⁵⁹ a partir de 1987, na

⁵⁴ Procuradora do Estado de São Paulo, a autora realizou, entre 1995 e 1996, uma pesquisa sobre a radiodifusão no Brasil, na Europa, nos Estados Unidos e no Japão que culminou com a sua dissertação e a publicação do livro "O direito à informação e às concessões de rádio e televisão" (Ed. Revista dos Tribunais, 1997). Informações retiradas do site <http://www.tver.org.br>

⁵⁵ Nunca teve uma emissora pública ou estatal.

⁵⁶ A França tem hoje quatro sociedades nacionais responsáveis pela televisão pública. As sociedades são financiadas por fundos públicos e pela cobrança de taxas dos proprietários dos aparelhos de tv. A direção e os conselhos administrativos das estatais são formados por membros indicados pelo Executivo, Legislativo, Conselho Superior do Audiovisual e por especialistas. É proibido inserir publicidade durante programas religiosos, infantis e telejornais. A França faz restrições a concentração de propriedade de emissoras. Informações retiradas do site <http://www.tver.org.br>

⁵⁷ Até a década de 70, o Estado detinha o monopólio, mas a programação era de responsabilidade de uma sociedade privada sem fins lucrativos. O conselho de administração era formado por 11 membros, seis indicados pelo Estado e cinco por acionistas da sociedade. A programação era dividida em três segmentos que não concorriam entre si. Fonte: <http://www.tver.org.br>.

⁵⁸ A Radio Audizione Italiana (RAI), sociedade de direito privado cujo capital pertence majoritariamente a uma outra entidade de direito público, o Instituto de Reconstrução Industrial, respondia pela exploração de rádio e televisão do país. Em 74 foi declarada inconstitucional, e hoje o sistema é misto na Itália.

Alemanha quando surgiram os primeiros canais privados em 1976⁶⁰, e na Grã-Bretanha desde 1954⁶¹, embora até hoje a BBC permaneça com a principal televisão pública do mundo.

Ao contrário da Europa, nos Estados Unidos as tevês têm origem comercial e estão majoritariamente em mãos da iniciativa privada, com exceção das educativas que se reúnem desde 1980 na PBS⁶² que é financiada por recursos públicos, privados e de instituições de ensino.

3.4 Os caminhos da TV Pública brasileira

Voltando ao Brasil, o que se vê é que o debate sobre televisão pública tomou corpo na última década. Após a abertura política e a promulgação da Constituição de 1988, surge no país um novo modelo de radiodifusão que ainda está em construção.

3.4.1 A TV pública na constituição

O artigo 223 da Constituição Federal cria o modelo público de radiodifusão brasileira. Este artigo representa um avanço em direção à democratização da comunicação no país.

Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos

⁵⁹ Somente em 1987 foi aprovada a abertura da televisão ao setor privado, nas comunidades valã (de língua francesa) e flamenga. Em ambas existem conselhos com membros do executivo para orientar e fiscalizar os serviços. As emissoras são financiadas por taxas cobradas aos proprietários de televisores e pela publicidade rigorosamente controlada.

⁶⁰ Duas entidades públicas federais são responsáveis pelos canais públicos, ARD E ZDF. Somente a partir da década de 80 a exploração privada dos meios de comunicação foi nacionalmente aceita. O pluralismo ideológico faz parte das exigências para canais públicos e privados. O financiamento dos canais são feitos com taxas cobradas aos proprietários de televisores e pela publicidade restrita a noventa minutos por dia.

⁶¹ Foi um dos primeiros países da Europa a admitir a exploração comercial da televisão. Em 1954 a British Broadcasting Corporation (BBC) perdeu o monopólio, mas até hoje continua sendo referência de programação e de modelo público de radiodifusão para o mundo.

⁶² A Public Broadcasting Service (PBS) é uma organização sem fins lucrativos constituída por 350 estações espalhadas por todos os Estados Unidos, Porto Rico, Ilhas Virgens e Samoa Americana. A PBS não produz nem financia programas, apenas veicula em rede programas produzidos por algumas estações (Boston e Nova Iorque) e por produtores independentes.

sistemas privado, público e estatal.

Regina Mota (1992) descreve detalhadamente as discussões na Assembléia Nacional Constituinte que levaram a inclusão de um 'sistema público' na radiodifusão brasileira. O deputado Arthur da Távola foi o autor da proposta. O deputado cuidou de incluir nela a palavra 'complementaridade', como forma de dar a entender que "nenhuma dessas três esferas consegue esgotar o espaço existente", e a opção pelo termo 'público' tinha o sentido de "evitar a conotação do senso comum, que atribui o sentido estatal a tudo que se caracteriza como público". Em um depoimento dado pelo deputado a Mota, percebe-se o que realmente significou a criação do sistema público de radiodifusão:

Abre um espaço para a democracia participativa correr ao lado da democracia representativa. Nós ainda estamos numa etapa em que os representantes da democracia representativa são adversários dos representantes da democracia participativa ou direta, quando ambas podem correr paralelas numa sociedade. Para que isso ocorra, ou seja, para que elas corram paralelas e para que a concepção de um sistema público corra ao lado de um sistema estatal, e para que os defensores desse sistema compreendam o seu avanço jurídico institucional, vai demorar algum tempo. (MOTA:1992:126)

Sob estas conotações ficaram estabelecidos no país os sistemas privados, públicos e estatais. Embora todos sejam de controle público, porque o espectro eletromagnético é um bem público administrado pela União que concede autorização para seu uso, e estejam subordinados ao mesmo artigo 221⁶³ da Constituição, abre-se agora a possibilidade de gestão pública do meio de comunicação.

Mota pontua com clareza os princípios destes três modelos, como veremos:

TV estatal (rede oficial onde o custeio é realizado através da alocação de verbas publicitárias federais e estatais, com a função de complementar a educação, e informar ações do poder público que são de interesse da população em geral. O critério de nomeação dos

⁶³ **Art. 221.** A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

seus dirigentes é político.);

TV comercial (concessão de serviço de utilização pública por tempo limitado, com a função de propiciar à sociedade programação cultural, educativa, informativa e de lazer, podendo visar ao lucro, desde que este não impeça o atendimento aos interesses públicos inerentes ao serviço. É custeada por recursos advindos da exploração comercial do veículo e faz uso da infraestrutura da rede pública para a transmissão, sem ônus para o explorador. Não está sujeita à taxação específica sobre o lucro.);

TV pública (pode ser gerida por instituições privadas ou públicas, desde que não visem lucro; sua função é servir aos interesses diferenciados da sociedade no que diz respeito ao acesso à produção e transmissão de eventos. Seu financiamento pode se dar através da alocação de verbas públicas definidas por lei, de recursos advindos do lucro da exploração comercial do serviço, de doações da iniciativa privada, de pessoas físicas e da assinatura dos usuários entre outros.)

Acontece que até hoje não há uma legislação que especifique os critérios de concessão para um canal público, nem quais são as bases conceituais deste tipo de emissora. Em 1990, no 24º Congresso Nacional, os jornalistas traçaram metas para atuar na democratização dos meios de comunicação. Um dos objetivos especificava: "Criação imediata de um sistema público - não privado nem estatal, controlado pela sociedade civil - de emissoras de rádio e televisão, com a incorporação de emissoras estatais" (*in* CALDAS:1995:171). Essa proposta continua sendo levada até hoje, pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e por uma série de outras entidades preocupados com o "papel contemporâneo da comunicação na construção da democracia e da cidadania" (*Idem*:172).

É nesse sentido que trabalham as diversas frentes do país que buscam afirmar a televisão pública na realidade brasileira. Por outro lado, o que existe, de fato, é uma rede de televisões educativas e culturais, universitárias e estatais, criadas por Portarias, que buscam migrar para o modelo constitucional público de televisão.

Beth Carmona (2004), atual Diretora-Presidente da TVE Rede Brasil, que já foi citada, entende que "O conceito de tv pública é relativamente novo no Brasil. As emissoras que hoje chamamos de públicas já foram estatais. Podem ser ainda educativas ou

culturais⁶⁴". O que a jornalista deixa a entender é que esses modelos que existiram até hoje vão ser as futuras tevês públicas brasileiras.

Para perceber como pode se dar esse processo de migração das tevês estatal e educativa para o modelo público, seguiremos o raciocínio de Laurindo Lalo Leal Filho (2003)⁶⁵. Ele parte do princípio de que: "o modelo institucional é o estabelecido na Constituição⁶⁶. Ele praticamente esgota as fórmulas de propriedade e controle da radiodifusão, que não escapam de três modelos: público, privado e estatal". Para saber se a emissora pertence ao modelo institucional público de radiodifusão, de acordo com Leal Filho, é preciso verificar a forma jurídica da instituição, em resumo:

Televisão pública é aquela de direito privado onde o Estado não pode ter qualquer ingerência (é o caso da Fundação Padre Anchieta). É como se fosse uma entidade particular, só que dirigida por conselhos públicos e supervisionada pelo Ministério Público. A estatal é de direito público, portanto controlada diretamente pelo Estado (Radiobrás, TVE etc) e a privada é a comercial, também de direito privado, mas controlada por empresas concessionárias de serviço público⁶⁷.

Sendo assim, a TVC-SC é, então, uma emissora pública porque é mantida pela Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho, que "possui personalidade jurídica de direito privado⁶⁸", e em um dos seus três conselhos congrega a participação da sociedade civil, além de suas contas serem supervisionadas pelo Ministério Público.

Neste caso, as outras emissoras educativas, comunitárias, universitárias, estatais poderão escolher o modelo que corresponda "a forma jurídica da instituição", que pode ser estatal - de direito público - ou público - de direito privado com controle público.

Como pudemos ver até agora, já existe uma base jurídica que dá forma à televisão pública e que pode afirmá-la como *instituição paradigmática*. No entanto, a expressão 'televisão pública' encerra muito mais do que acepções legislativas e institucionais. Ela traz

⁶⁴ Depoimento à autora, por e-mail, em 16 de março de 2004.

⁶⁵ Em correspondência pessoal pela internet.

⁶⁶ Ele se refere ao artigo 223 da Constituição que já foi citado anteriormente.

⁶⁷ Em correspondência pessoal pela internet.

⁶⁸ Artigo 2º, do Estatuto da Fundação Jerônimo Coelho. Em anexo.

consigo uma intencionalidade educativa de formação para a cidadania, que será fundamental para análise da TVC-SC. Sob outra ótica, enquanto um meio de comunicação social, ela pode ser vista como um espaço público - um teleespaço - onde deve se dar o debate de idéias, o confronto de valores, a produção de cultura. Neste sentido é necessário pensar em como fazer com que esse espaço seja realmente público, no sentido estrito da palavra: *de todos*. E ainda, visualizar a finalidade educativa do meio público que o diferencia do comercial.

Se as televisões educativas tinham, como é o caso da TVC-SC, finalidades educativas claras de ensino à distância, qual é então, agora, a finalidade da televisão pública? Ela deixa de ser educativa?

Para chegarmos à finalidade educativa da televisão pública, precisamos antes ver como se deu o intrincado processo histórico que hoje resulta na opção por uma televisão pública.

3.4.2 O passado da TV pública

Aqui, como em outros países da América Latina, a televisão comercial dita o padrão televisivo nacional - o espetáculo do capital. No Brasil, isto acontece há 54 anos. Ocorre que ao optar pelo modelo institucional da *televisão pública* os dirigentes das emissoras e os defensores da comunicação pública do país fazem mais do que escolher uma forma jurídica. Eles buscam criar um novo padrão para a televisão brasileira, que focalize a cidadania - o espetáculo da cidadania - e não o consumo. Este movimento em busca do caráter público dos meios de comunicação social entra na contramão da história da televisão brasileira, notoriamente comercial.

A *televisão pública* está sendo criada na atualidade do Brasil, após a promulgação da Constituição de 88, mas é preciso não esquecer que ela resulta de um processo histórico de avanço social. Traz como herança experiências da balzaquiana *televisão educativa* nacional, que como veremos, é uma história que se espreme entre o interesse 'privado' e o 'estatal'.

Para começar pelo início. Em 1950, Assis Chateaubriand, o dono dos Diários Associados, comprou nos Estados Unidos os equipamentos necessários para montar a

primeira emissora de televisão - a TV Tupi.⁶⁹ Surgia um novo meio de comunicação no Brasil, que, como o rádio, tinha um destino comercial. O discurso de Chateaubriand na inauguração da TV Tupi representa uma "pérola" na história da televisão brasileira.

Esse transmissor foi erguido com a prata da casa, isto é, com os recursos de publicidade que levantamos, sobre as Pratas Wolff e outras não menos maciças pratas da casa; a Sul América que é o que pode haver de bem brasileiro, as lãs Sams, do Moinho Santista, arrancadas ao coiro das ovelhas do Rio Grande, e mais do que tudo isso, o guaraná Champagne da Antártica, que é a bebida dos nossos selvagens. O cauim dos bugres do pantanal mato-grossense e de trechos do vale amazônico. Atentai e verei mais fácil do que se pensa alcançar uma televisão: com Prata Wolff, lãs Sams bem quentinhas, Guaraná Champagne borbulhante de bugre e tudo isso amarrado e seguro no Sul América, faz-se um bouquet de aço e pendura-se no alto da torre do Banco do Estado, um sinal da mais subversiva máquina de influenciar a opinião pública - uma máquina que dará asas à fantasia mais caprichosa e poderá juntar os grupos humanos mais afastados". (LEAL Filho:2000:154)

O sociólogo Renato Ortiz considera-o 'uma bela peça do surrealismo político latino-americano', com várias leituras, "uma delas é a busca de patrocinadores para um veículo que ainda não tinha público, outra é a idéia da formação da nacionalidade brasileira por intermédio de uma 'máquina subversiva'". (ORTIZ, apud LEAL Filho:2000:154).

Como se vê, a televisão brasileira surgia com finalidade puramente comercial, com a intenção de vender anúncios e moldar a opinião pública do consumidor. Em decorrência disto, quatro anos depois foi criado o Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa (IBOPE) que mediria a audiência e levantaria opiniões. "Com a iniciante força de comunicação da televisão, as agências publicitárias intensificaram as pesquisas de opinião para conhecer os hábitos de consumo do telespectador e qual o melhor horário para veicular seus produtos" (BARENDS:2001:83).

Desta forma, a TV Tupi - e mais tarde junto à Excelsior e à TV Rio - criam o 'padrão brasileiro de televisão', ligado a uma visão comercial que vinha do rádio, veículo

⁶⁹ Em 18 de setembro de 1950 foi inaugurada a TV Tupi de São Paulo. Participaram do show de inauguração nomes consagrados do rádio: Walter Foster, Lolita Rodrigues, Hebe Camargo, Lima Duarte, Dionísio de Azevedo, Flora Geny, Márcia Real, Wilma Bentivegna, Lia de Aguiar, Ivon Cury, Homero Silva. - LEAL Filho, 1996, p. 153.

dominante até então. Para Leal Filho,

A televisão brasileira é herdeira do rádio em todos os sentidos. Dele vieram a mão-de-obra pioneira, as fórmulas dos programas e o modelo institucional adotado. Diferentemente dos Estados Unidos, onde a inspiração estava no cinema, ou da Europa, onde o teatro era referência importante, aqui o rádio foi a matriz da televisão."(2000:153)

Mas o rádio não teve uma origem 'comercial', ao contrário. Por volta de 1920, Roquette Pinto, pioneiro do rádio no Brasil, vislumbrava um modelo semelhante ao adotado na Europa, que era público e mantido pelo ouvinte, "como até hoje acontece com as emissoras de rádio e televisão da BBC de Londres" (Idem:156). O Brasil, no entanto, não seguiu esse caminho, e depois de 1932 a legislação permitiu a introdução da propaganda. E o que é mais interessante, não foram somente as empresas beneficiadas com a outorga da concessão que começaram a explorar o veículo comercialmente. Até a Rádio Nacional - pública! - o fez acentuadamente. 'Se é verdade que o Estado utiliza e controla a Nacional através de sua superintendência, quando se olha a porcentagem da programação dedicada aos chamados 'programas culturais' observa-se que eles não ultrapassam 4,5%'.(ORTIZ:apud Leal Filho:op. cit.:157)⁷⁰

Nesse momento da história da radiodifusão brasileira acontece o que Leal Filho chama de 'articulação perfeita entre o privado e o estatal', que acabou com a função pública do meio.

A idéia de uma programação de nível elevado sucumbe diante dos interesses comerciais, não apenas nas suas relações essencialmente econômicas, mas, como se vê no exemplo da Nacional, também no âmbito político. Ao Estado não interessa uma programação diferenciada, nem mesmo na emissora por ele controlada. A programação sonhada por Roquette Pinto sobrevive apenas na Rádio MEC, sucessora da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, doada ao governo federal em 1936. Uma das cláusulas da doação exigia a manutenção da qualidade cultural da programação e proibia a venda de espaços comerciais. Foi o que permitiu manter viva a idéia da existência de emissoras livres das disputas por audiência, ainda que mantidas pelo Estado e não apenas pelos ouvintes como imaginava o seu fundador. (LEAL FILHO:2000:157)

⁷⁰ ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. Apud LEAL Filho, Laurindo Lalo. A TV pública. Brasiliense, São Paulo, 1988, p. 53

A preocupação que Roquette Pinto teve com a opção pública do rádio, refletiu-se anos depois na implantação das tevês educativas. E tenta reerguer-se hoje através da estruturação de uma televisão pública brasileira.

Mas, como vamos ver, a televisão educativa, ao contrário do que se pensa, também teve a sua origem ligada ao modelo comercial de radiodifusão. Maria Luiza Belloni (1984), na tese 'Tecnologia e Educação', relata bem as primeiras experiências no sentido de implantar a televisão educativa no país. Segundo a autora, ainda em 1950, alguns pioneiros na utilização do rádio como veículo pedagógico solicitaram ao governo federal a concessão de um canal de televisão para fins educativos. A concessão foi aprovada à Rádio Roquete Pinto, depois que dois anos haviam transcorrido da inauguração da TV Tupi. Enquanto na sede da Rádio Roquete Pinto preparava-se um estúdio provisório para receber a primeira televisão educativa do país, a prefeitura do Rio de Janeiro encomendava equipamentos nos Estados Unidos. De acordo com Belloni, foi efetuado o primeiro pagamento dos equipamentos e, quando estavam no porto de Nova Iorque, prontos para embarque, o prefeito do Rio de Janeiro foi substituído e o novo prefeito não efetivou a compra. “Este primeiro projeto de televisão educativa no Brasil, concebido por educadores pioneiros, fracassou, portanto, em razão da descontinuidade político-administrativa”.(BELLONI:1984:159)

Esse desleixo com o recurso público, pelo poder público, pode ter contribuído para a imponência da televisão comercial no país. Ainda segundo Belloni, em 1954, o governo federal concedeu à Rádio Rio, comercial, a exploração do canal TV Rio, comercial, mas exigiu em contrapartida que a emissora transmitisse durante dez anos duas horas diárias de programação educativa. “Assim, foi pela antena de uma emissora comercial que foram ao ar, no Rio ainda nos anos 50, os primeiros programas educativos pela televisão”. (Idem:160) Antes de surgirem as emissoras efetivamente educativas, foi através das emissoras comerciais que alguns programas educativos foram ao ar.

A ligação entre 'privado' e 'estatal' se deu no começo da história da televisão educativa. Temos o exemplo da TV Rio, que veiculava programação pública; também, a partir de 1963, em São Paulo, a veiculação em emissoras comerciais dos programas produzidos pelo Serviço de Educação e Formação por Rádio e Televisão, ligado à Secretaria de Educação; e mais tarde, em 1966, no Rio de Janeiro a produção da

Universidade de Cultura Popular (UCP) que juntava recursos públicos e empresariais para realizar programas educativos que eram transmitidos nas televisões comerciais. Belloni faz uma análise interessante sobre essa noção de programação educativa:

Esta estratégia, que atribuía a produção dos programas a uma instituição governamental e a difusão às redes privadas de televisão (em troca da concessão dos canais), parece das mais adequadas, em razão da grande economia de custos que ela representa. Além disto, este mecanismo está previsto nas leis que regulamentam a concessão de canais, que exige que os meios de comunicação tenham objetivos educativos e culturais. Teria bastado instituir normas complementares de regulamentação, assegurando horários compatíveis para a difusão dos programas educativos. Porém, como no Brasil há leis que parecem ter sido feitas para serem desobedecidas, a obrigação das emissoras de transmitir programas educativos nunca foi realmente respeitada em sua essência. (op.cit, p. 162)".

Todos os meios de comunicação do país têm função educativo-cultural, inclusive os que a exploram comercialmente.[artigo 221 da Constituição] No entanto, mesmo com algumas experiências bem sucedidas através da emissora comercial, a televisão privada cada vez mais foi restringindo a veiculação de programação educativa. De acordo com Benhur de Marco (1991), as emissoras [comerciais] extrapolam até mesmo as tímidas restrições contidas na legislação, que estabelecia a subordinação da exploração às ‘finalidades educativas e culturais’.

Depois de quase duas décadas de programação comercial na televisão brasileira, surgiram novamente manifestações em favor da existência de uma emissora de televisão que não visasse ao lucro e que tivesse uma preocupação específica com a educação e com a qualificação da programação. Segundo Alexandre Fradkin (2003), diretor da TVE Rede Brasil:

A televisão educativa foi implantada, no Brasil, sem obedecer a um planejamento que decorresse de uma política setorial de Governo. Algumas emissoras tiveram como raiz de sua criação razões de ordem política, outras deveram sua existência à tenacidade individual de idealistas, e poucas foram as que surgiram com objetivos explicitamente definidos.

Dezessete anos após a TV Tupi, surgia a primeira emissora educativa do país, que não visava lucro, nem queria vender produtos, mas apenas preocupava-se com a formação

do cidadão. Era a TV Universitária de Pernambuco, inaugurada em 1967.

Na seqüência "surgiram nove emissoras educativas cuja razão social e veiculação eram as mais diversas", garante Fradkin, que as enumera no quadro que segue:

EMISSIONA	RAZÃO SOCIAL	VINCULAÇÃO
TVE do Amazonas	Fundação Pub.	Estadual (Sec. Comunicação)
TVE do Ceará	Fundação Pub.	Estadual (Sec. Educação)
TVE do Espírito Santo	Fundação Pub.	Estadual (Sec. Educação)
TVE do Maranhão	Fundação Pub.	Estadual (Sec. Educação)
TVU de Pernambuco	Universidade	Federal (MEC)
TVE do Rio de Janeiro	Fundação Pub.	Federal (MEC)
TVU do Rio G. do Norte	Universidade	Federal (MEC)
TVE do Rio G. do Sul	Admin. Direta	Estadual (Sec. de Educação)
TV Cultura de São Paulo	Fundação Priv.	Estadual (Sec. de Cultura)

Primeiras emissoras educativas do país. Fonte: artigo de Alexandre Fradkin, 2003.

Até 1982, quando foi criado o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINTED)⁷¹, as televisões educativas do país não tinham propósitos comuns no "atendimento das carências educacionais" do país. O MEC já havia criado o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL), em 1972, com o "objetivo de coordenar as atividades de teleducação no país" (FRADKIN:2003), mas não obteve êxito. O Prontel foi substituído, como lembra Fradkin, pela Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT), e esta acabou por reunir as emissoras da época no SINTED, que mais tarde passaria a se chamar SINRED, incluindo também rádios educativas.

Estes foram os primeiros passos na estruturação das televisões educativas brasileiras, na época de 70/80. Por iniciativa e interesse dos profissionais e dirigentes das emissoras educativas implantadas nestes anos, surgia uma primeira rede de televisões públicas que tinha um propósito educativo. Fradkin (2003) descreve as primeiras experiências de emissoras educativas do país.

Cabe observar que, neste período, as emissoras priorizavam a veiculação de programas de caráter essencialmente educativo. Entre as experiências mais significativas podemos citar as seguintes: a TVE do Ceará, a TVE do Maranhão e a TVU do Rio Grande do Norte concentravam em suas programações a produção e a veiculação de programas didáticos destinados ao Ensino de 5^a a 8^a séries do 1^o Grau (as duas primeiras) e ao Ensino de 1^a a 4^a séries do 1^o Grau (a última). A TV Cultura de São Paulo tornou-se a pioneira na produção e veiculação de programas didáticos voltados para o Ensino Supletivo ao lançar, em 1969, o Curso de Madureza Ginasial. Em 1978, produziu e veiculou o Telecurso de 2^o Grau que, posteriormente, viria a receber a parceria da Fundação Roberto Marinho. Por sua vez, a FCBTVE, entidade implantada graças ao idealismo do Prof. Gilson Amado, produziu, em 1973 a primeira novela pedagógica destinada ao Ensino de 1^o Grau denominada "João da Silva" que foi inicialmente veiculada pelas emissoras comerciais TV Globo e TV Rio e que, a partir de 1976, passou a ser veiculada também pela sua própria emissora, a TVE do Rio de Janeiro. Em 1977, a TVE do Rio de Janeiro iniciou a produção do Projeto Conquista, um curso sob o formato de novela-aula, destinado ao Ensino Supletivo de 1^o Grau.

Na decorrência destas primeiras experiências foram surgindo mais emissoras educativas no país e a necessidade de ampliar a abrangência destas. Nesse intuito, em

⁷¹ Portaria MEC/MINICOM n^o 162.

1989, uma Portaria do MC permitiu que estações retransmissoras das televisões educativas inserissem "programas de interesse comunitário", em até 15% da programação total. Estas retransmissoras foram denominadas de 'mistas', o que mais tarde, foi legalizado na Portaria 236, interministerial, que disciplinava a concessão de canais retransmissores de caráter 'misto'.

No entanto, a má utilização, a politização e o abuso na veiculação de comerciais por parte dessas retransmissoras, aliados ao lobby liderado pela ABERT para eliminá-las, fez com que, em 1998, fosse promulgado o Decreto nº 2.593 que instituiu o novo Regulamento Dos Serviços de Retransmissão e Repetição de Televisão, extinguindo a retransmissão mista, mas abrindo a possibilidade da transformação das retransmissoras mistas já existentes em geradoras.

Atualmente, existem 158 emissoras educativas, geradoras, no país. Até 1999 havia 19, as outras foram concedidas durante o governo Fernando Henrique. A maioria destas emissoras, pelo que se levantou, existem apenas no papel. A ANATEL não tem controle sobre o uso que se está dando aos canais educativos.

A *televisão pública* da atualidade é herdeira dos percalços e conquistas da *televisão educativa*. Está aqui a origem da *televisão pública* brasileira, que tem um fio condutor perene de intencionalidade educativa para a cidadania. A balzaquiana *televisão educativa* do país tenta afirmar-se agora como *televisão pública*. Uma emissora que desde a sua origem não busca atender interesses particulares comerciais de empresários, nem o proselitismo estatal, mas pelo contrário, mira o cidadão, a formação do sujeito. A *televisão educativa* nasceu com vocação pública, porque busca servir *a todos*, e "este desafio aponta para demandas relacionadas aos usos educativos da TV pública" (MOTA: 1992:170).

3.5 Finalidade educativa da emissora pública

As televisões educativas foram criadas dentro da visão da sua época. Elas tinham no seu berço a noção pública defendida por Roquete Pinto. Mas na sua trajetória afirmaram-se como uma tecnologia educacional, uma ferramenta do MEC para combater o analfabetismo e realizar um reforço escolar através de um meio de comunicação de massa.

Nunes (1987) relata qual era o panorama político-educacional na época do

surgimento das televisões educativas:

Após o movimento militar de 1964, desencadeia-se uma repressão aos programas de educação de massas criados entre 1961 e 1964. Os que sobreviveram foram obrigados a restringir e revisar sua linha de atuação, como, por exemplo, o Movimento da Educação de Base (MEB). (NUNES:1987:68)

Na década de 60 o Brasil tinha "18,2 milhões de analfabetos absolutos acima de 15 anos (op.cit.:70)", e o governo militar procurou resolver o problema do analfabetismo através de três ações seqüenciais.

A primeira delas, recorda a autora, foi apoiar a Cruzada ABC, de professores pernambucanos que buscavam a "educação de adultos no sentido evangélico" (PAIVA, *in* NUNES:69). Os militares escolheram este projeto porque, segundo Nunes, contestava outros movimentos educativos de cunho cultural, como o Método Paulo Freire, e objetivava 'criar mão-de-obra para a indústria nascente no nordeste. Este projeto recebeu apoio do MEC, do Ministério do Planejamento e da fundação norteamericana United States Assistant Institute Development (USAID). A cruzada não obteve o êxito pretendido pelos militares quanto à erradicação do analfabetismo e foi criticada por especialistas da Educação como 'paternalista', por conceber o 'analfabeto como incapaz' e por ter material didático com 'orientação estrangeira'.

Uma segunda ação dos militares no sentido de erradicar o analfabetismo aconteceu em 1967 com a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), quando um Grupo Interministerial buscou criar condições necessárias para a alfabetização de pessoas de 15 a 30 anos, através das técnicas de leitura, escrita e cálculo. O MOBRAL surgiu com o propósito de alfabetizar as massas, caminho contrário ao recomendado naquele momento pela UNESCO. Para o sucesso da empreitada, o projeto foi instalado em 4.177 municípios, mantinha um quadro expressivo de funcionários, mas "acabou se tornando um dos maiores fracassos na história do ensino de massa no país" (NUNES:1987:73).

Junto aos propósitos de educação massiva do MOBRAL e a partir da criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) que possibilitava o uso do satélite ATS-F, o governo militar reservou "100 canais de televisão para fins educativos (op.cit.:70)".

Os primeiros centros de TV foram instalados em 1971, em 26 cidades brasileiras servidas pelo sistema EMBRATEL e dotadas de emissoras locais de televisão. Já se planejava uma grande extensão desses centros para a formação da rede integrada de TV Educativa. (op.cit.:77)

Pretendiam, os militares, fazer através das televisões educativas uma educação massificada da mão-de-obra do país, "sem considerar particularidades dos seus milhares de telespectadores (Idem:82)". Em 1967 surgia a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE), no Rio de Janeiro, com a finalidade de "produzir, adquirir e distribuir" material audiovisual educativo, que seria veiculado tanto nas televisões comerciais como educativas. Procurava-se com os programas produzidos "uma complementação do trabalho de sistemas educacionais regulares, à educação supletiva de adolescentes e adultos ou à educação continuada(Ibidem:78)".

As televisões educativas surgiram como tecnologia educacional e trazem até hoje os objetivos educacionais da época. Os Ministros da Educação e das Comunicações assinaram a Portaria 162, de 20 de agosto de 1982 que estabeleceu critérios para a programação das tevês educativas. Diz o artigo primeiro:

Por programas educativo-culturais entendem-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, **visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho**, além de abranger as atividades de **divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional**, sempre de acordo com os objetivos nacionais".

Vinte anos depois, continua vigorando a legislação que estabelece os critérios para o funcionamento das televisões educativas, como se pode conferir inclusive no site atualizado do Ministério das Comunicações. No entanto, a experiência das televisões educativas indica um outro caminho para a emissora pública.

Em 1998, Beth Carmona diz que a TV Cultura

(...)buscou dentro do conceito de educativo um entendimento mais amplo da palavra. A TV Cultura passou **a entender o telespectador no contexto da cidadania** e por isso passamos a trabalhar dentro de uma concepção mais ligada à televisão pública do que à televisão educativa. **Com compromissos educativos, mas também, como compromissos culturais.**(FÍGARO:1998:68)

O que diferencia a tevê pública das outras, aparentemente, é a intenção educativa, são os ideais de formação para a cidadania. Neste sentido, o que diferencia a emissora comercial daquela que é pública é justamente a finalidade educativa. O presidente da Fundação Padre Anchieta, Jorge da Cunha Lima, afirma que a TV Pública:

busca ser uma alternativa para o cidadão. e busca isso por alguns caminhos já aceitos pela embrionária rede de televisão pública: produzir uma programação educativa que não pretende substituir a escola, **mas complementar a educação do homem brasileiro para a cidadania**; divulgar cultura, mas não apenas os valores consagrados no mercado comercial da arte; implantar um jornalismo (...) que não faça da notícia um mero espetáculo, mas um retrato compreensível da realidade, que transforme formatos de captação, edição e divulgação de notícias, em que os repórteres não sejam meros prepostos da pauta compulsória e os apresentadores não pareçam ventríloquos de um moralismo farisaico de classe média"(LIMA:2000).

Se a televisão pública tende a evoluir no que diz respeito ao conceito do que é educativo - e o resultado, para alguns, parece ser a adoção do termo Televisão Pública -, então além de pensarmos em fazer programas educativos para a televisão educativa, devemos pensar na televisão pública como um meio educativo - o que dá forma a sua programação. Nessa perspectiva abre-se o leque de possibilidades de produção televisiva o que provoca uma outra discussão: **qual é o potencial educativo da televisão pública que a diferencia da comercial?** Antes de pensar em qual vai ser a 'fórmula mágica' para conseguir desenvolver linguagens educativas no meio, prefere-se cogitar sobre **quais princípios precisam ser pensados para fazer, de um meio de comunicação social público, um meio educativo.**

Ocorre que as *televisões educativas*, que praticamente foram implementadas no país pelos militares na década de 70, tinham o objetivo bem definido de complementar a formação escolar de estudantes e alfabetizar o país. Algumas práticas bem sucedidas, principalmente na TV Cultura de SP e TVE do RJ, durante a década de 80 e 90 mostraram que a televisão poderia 'educar' de forma mais abrangente. Beth Carmona, que nos anos 80/90 foi diretora de programação da TV Cultura de SP, lembra que:

A TV Cultura passou a entender *educação* como formação, como conhecimento, como busca pelo crescimento, como credibilidade, como respeito, respeito à inteligência. Começou a entender o telespectador no contexto da cidadania e por isso passamos a

trabalhar dentro de uma concepção mais ligada à televisão pública do que à televisão educativa. Com compromissos educacionais, mas também com compromissos culturais. (1996:69)

Neste sentido, pode-se entender que a *televisão pública* busca realizar uma *educação* diferente daquela realizada pela *televisão educativa* - voltada à formação escolar. A questão suscita um debate que é mais complexo do que parece ser. Trata-se de entender como se implementa o caráter educativo deste meio de comunicação social.

Tornero (2003) propõe que a educação seja entendida de forma mais ampla, diante deste novo cenário contemporâneo tanto educativo quanto mediático:

Estamos ante un nuevo concepto de educación. Más laxo, pero también más amplio y flexible. La educación se convierte en una dimensión envolvente del hecho civilizatorio. Abarca desde la ciencia a la vida cotidiana, desde la ética a las costumbres, desde el pensamiento filosófico hasta el sentido religioso. Nunca como hoy se pide tanto a la educación. Pero nunca como hoy la responsabilidad de la educación es tan compartida. (op.cit.)

Neste sentido, o autor espanhol acredita que:

No se trata ya de la televisión escolar, ni siquiera de la derivada del documental aplicado a educación. Las programaciones educativas surgen al calor de nuevas posibilidades y nuevos problemas. Los géneros son ya hipermediales - TV e Internet; TV e interactividad; TV y juegos en línea. Se requiere imaginación, comunidades nuevas, desarrollo de nuevas sensibilidades, apuestas internacionales, inversiones exploratorias, búsquedas de sinergias y consenso. Pero, si se avanza en este sentido, el concepto tradicional de televisión, de mass-media quedará cambiado. (Idem)

Este pode ser um ponto de referência ou caminho a ser percorrido por quem quer levantar possibilidades educativas na TV pública. Afinal se fala agora de um novo conceito de televisão, que por sua vez refere-se a um novo conceito de telespectador, público ou 'massa'. Uma televisão que objetive uma educação mais ampla da comunidade: mais crítica, mais exigente, interessada na participação, que quer 'aparecer' e ocupar seu lugar no espaço público. E, seguindo a indicação de Tornero, que busque a consolidação de um novo conceito de 'rentabilidade':

La defensa del espacio público por encima del espacio-mercado. La separación entre rentabilidad social y rentabilidad del capital. Consolidación de la participación y la aceptación por encima del

mero consumo. Todo esto es de vital importância para los medios" (Ibidem).

As possibilidades educativas da TV pública abrem-se para além do currículo escolar tematizado nos programas televisivos; para além de uma responsabilidade tutorial do meio com seu público. Realiza-se na própria expansão do meio de comunicação como espaço público - de todos - e não somente do capital.

Como ensinava o mestre Paulo Freire: "o problema é novamente político. A questão não está na televisão, mas no uso que se faz dela, em seu poder. Entendo televisão na medida que entendo poder". (FREIRE:1989:49)

PARTE 2 - um estudo de caso

4. A TV CULTURA DE SC: uma emissora pública

4.1 Fundação Jerônimo Coelho

4.2 Antiga 'nhã nhã'

4.3 A TV Cultura de SC

5. O PROJETO POLÍTICO FILOSÓFICO da TV CULTURA SC

5.1 Texto e Contexto do PPF

5.1.1 Fundamentos do PPF

5.1.2 Finalidades do PPF

5.1.3 Estratégias do PPF

5.2 O PPF na atualidade

6. CONCLUSÕES

CAPÍTULO 4: TV CULTURA SC: uma TV pública

"A comunicação era a infraestrutura necessária para a realização desse projeto político filosófico e educacional. Foi assim que foram definidos os fundamentos, as finalidades e as estratégias da implantação inicial da TV Anhatomirim".

Diomário de Queiroz - Instuidor da TVC-SC

A TV Cultura de Santa Catarina (TVC-SC), antiga Anhatomirim TV Educativa, está no ar, ininterruptamente, desde o dia 29 de dezembro de 1994. É o único **canal educativo** de sinal aberto da capital catarinense. Produz programação local e retransmite a TV Cultura de São Paulo. Atualmente integra a ABEPEC⁷² e reforça o coro nacional em defesa da *televisão pública* brasileira. Nas palavras da atual superintendente da emissora, professora Sidneya Gaspar de Oliveira, a TVC-SC:

É uma TV pública porque nós recebemos recursos públicos, ou pelo menos deveríamos receber. E como as mantenedoras são duas universidades públicas, com, também, missão realmente educativa pública nós então nos enquadramos também nisso. Porque nós temos um compromisso com o resgate da cidadania, um compromisso com a educação, um compromisso com a cultura, um compromisso com o regionalismo, um compromisso não só com a grande empresa, com o comércio, com o político. O nosso compromisso, que pelo menos a gente tem tentado até agora, é tentar fazer um compromisso com o povo, independente do presidente da fundação ser um reitor ou

⁷² Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais. Tem como presidente Jorge Cunha Lima e congrega 19 emissoras.

outro⁷³.

Esta posição coloca a TVC-SC no debate nacional que vimos no capítulo anterior. Se ela é uma emissora pública, o poderão ser também, então, as outras 158 emissoras educativas do país, que constam do Plano Básico de Distribuição de Canais da ANATEL⁷⁴. E isto parece alentador.

Acontece que, como vimos, atualmente no Brasil, ainda está em construção um modelo institucional para a *televisão pública*. O que existe, de fato, é uma rede de televisões educativas e culturais, criadas por Portarias interministeriais entre os ministérios das Comunicações e da Educação, que buscam migrar para o modelo constitucional público de televisão.

4.1 A Fundação Jerônimo Coelho

Logo após o escândalo da TV Caracol⁷⁵ foi instituída, em 30 de março de 1994, a Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho⁷⁶. Uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de "produzir e veicular material educativo, jornalístico e cultural através da radiodifusão de sons, de sons e imagens e outros meios de comunicação⁷⁷". As universidades públicas - UFSC e Udesc - criaram uma

⁷³ Depoimento à autora, em 9 de dezembro de 2003.

⁷⁴ Informação retirada de apostila com relação de canais de radiodifusão, serviços de sons e imagens, TV Educativa, do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, do Ministério das Comunicações. Outubro de 2003.

⁷⁵ Em 1980 já havia sido destinado um canal educativo para Florianópolis. Houve experiências fechadas no Instituto de Educação para a preparação da implementação de um canal educativo na capital, que entraria dentro de projeto do SINRED. A proposta de instalação da TVE não vingou e o canal não foi usado até 1992, quando Douglas de Macedo Mesquita instalou a TV Caracol. Mesquita era presidente da Telesc na época, comprou equipamento, construiu prédio, mas não conseguiu deixar a TV no ar. Foi acusado de montar a TV Caracol com verbas da Telesc. As outras TVs comerciais da cidade denunciaram o uso comercial que Mesquita foi fazendo de um canal educativo. Finalizou assim a primeira etapa de instalação de um canal educativo em Florianópolis, com duas experiências frustradas.

⁷⁶ O professor José Luiz Sobieraski apresentou justificativa escrita para que a Fundação levasse o nome de Jerônimo Coelho, em homenagem ao fundador da imprensa catarinense.

⁷⁷ Artigo 5º do Estatuto da emissora.

Fundação de direito privado, que foi integrada por 61 instituidores⁷⁸, sendo 30 vinculados à UFSC, 30 à Udesc e 1 à Cinemateca Catarinense. Os fundadores eram professores universitários que usaram seus nomes e dados de pessoa física para compor o quadro societário da instituição, além de contribuir com 60 URV (unidade real de valor da época) para a formação do Capital Inicial da Entidade. Assim, em Assembléia realizada nas dependências da Reitoria da UFSC, foi instituída a Fundação Jerônimo Coelho. Na mesma ocasião foi aprovado o Estatuto⁷⁹ da emissora, que ainda está em vigor, onde ficaram estabelecidos os alicerces da nova instituição.

O Estatuto explicitou como deveria ser gerida a Fundação, tanto financeira como administrativamente. A captação de receitas para a emissora poderia ser feita através de "doações e legados de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacional ou estrangeiras", além de receber em troca de prestação de serviços. Ficou também determinado que a Fundação não teria fins lucrativos e que a sua prestação de contas seria apresentada anualmente ao Ministério Público; além de também anualmente publicar "em jornal local, de circulação estadual, o relatório e o balanço de suas atividades, inclusive o demonstrativo do resultado do exercício"⁸⁰.

Para a gestão administrativa da Fundação foram criados quatro órgãos: Conselho Superior, Diretoria Executiva, Conselho de Produção e Programação e Conselho de Curadores. Estes órgãos constituem a estrutura da Fundação e a seguir serão descritos.

Conselho Superior: órgão deliberativo, máximo da Fundação. A presidência e vice-

⁷⁸ Antônio Diomário de Queiroz; Nilcéa Lemos Pelandré; Felício E. Margotti; Dilvo Ilvo Ristoff; Ana Maria de Mattos Juliano; Júlio Wiggers; César Zucco; Mário César Bittencourt; Sérgio Ferreira de Mattos; Francisco José Castilhos Karam; Luiz Fernando Scheibe; Louise Amaral Lhullier; Ricardo Miranda Bácia; José Luiz Sobieraski; Willibaldo José Neckel; Célio José Gerent; Luiz Oswaldo Coelho; Lineu Schneider; Lúcio José Botelho; Carlos Fernando Miguez; Leda Scheibe; Maria Luiza Belloni; Ademar Arcângelo Cirimbelli; Blasco Borges Barcellos; José de Pinho Alves Filho; Alaor de Jesus Corrêa; César Orlando Valente; Edemir Costa; Renato Carlson; Nilson Borges Filho; Vera Regina Martins Collaço; José Américo D'Avila; Rogério Braz da Silva; Hilton Amaral; Suely Gadotti; Rogério Anelito Cancelier; Oswaldo Momm; Paulo Henrique Xavier de Souza; Marcílio Fortes de Barros; Aroldo Schamback; Elisabete Nunes Anderle; Paulo César Cassol; Ivanir de Lucca; Marino Tessari; Juarez Fonseca Medeiros; Liberato Manoel Pinheiro Neto; Norberto Dallabrida; Sandra Regina Ramalho de Oliveira; Maria da Graça Soares; Mário Mayerle; Sandra Makowiecky Salles; Jarbas José Cardoso; Maria Suzanila Lopes Flores Melos; Mario César Moraes; Carlos Passoni Junior; Gilson Luiz Leal de Meirelles; Maria Helena Bier Maia; Pio Campos Filho; Dora Maria Dutra Bay; Johnny Hass; José Henrique Nunes Pires.

⁷⁹ Ver em anexo.

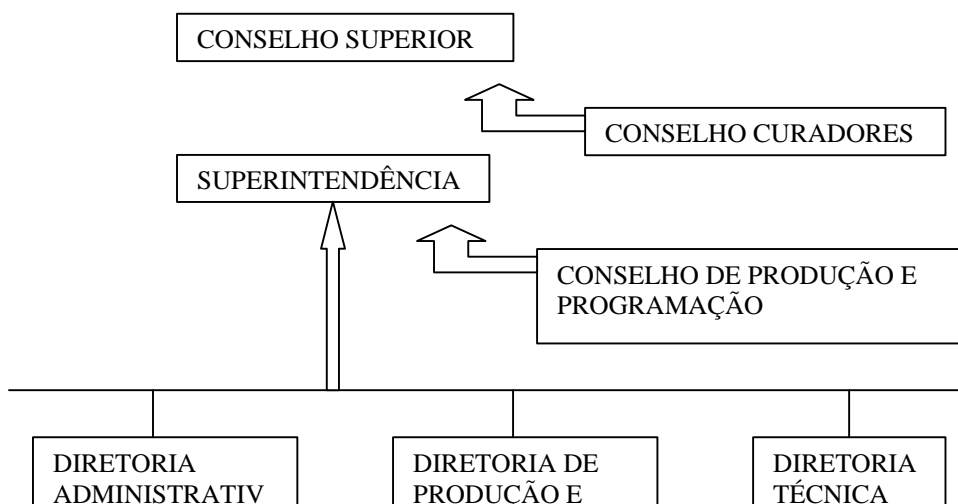
⁸⁰ Parágrafo Único do Artigo 10 do Estatuto.

presidência do Conselho Superior serão ocupadas pelos reitores das duas universidades públicas, sendo que estes alternarão os postos a cada dois anos. Fazem parte do Conselho Superior: o Diretor Superintendente da Fundação; 3 representantes da UFSC a critério do Conselho Universitário; 3 representantes da Udesc a critério do Conselho Universitário; o Diretor do Centro de Comunicação e Expressão da UFSC; o Diretor do Centro de Ciências da Educação da UFSC; o Diretor do Centro de Ciências da Educação da Udesc; o Diretor do Centro de Artes da Udesc; 1 representante do Conselho de Produção e Programação da Fundação; e 2 representantes eleitos pelos instituidores da Fundação. Todos têm mandato de 2 anos, com prorrogação, e podem indicar representante no seu lugar. Em suma, o Conselho Superior da Fundação é composto por 15 representantes das duas instituições fundadoras, que devem reunir-se a cada dois meses. É da competência do Conselho Superior:

- * traçar diretrizes gerais e finalidades;
- * aprovar planos anuais de trabalho da Diretoria;
- * aprovar orçamento anual e relatório da Diretoria;
- * aprovar quadro de pessoal e fixar política salarial;
- * eleger e destituir o Diretor Superintendente;
- * homologar nomes para Diretoria;
- * autorizar Superintendência a firmar convênios e acordos;

A Diretoria: órgão executivo máximo da Fundação. Compõe-se de um Diretor Superintendente; um Diretor Administrativo; um Diretor de Produção e Programação; e de um Diretor Técnico. O Diretor Superintendente é indicado pelo Conselho Superior, e por sua vez este indica os nomes que vão compor a diretoria da Fundação. O Estatuto não estabelece

vigência dos cargos.



Estrutura organizacional da Fundação.

O Conselho de Produção e Programação: órgão consultivo, que inclui a participação da sociedade civil. Os representantes deste Conselho são designados por suas instituições por um mandato de dois anos, que pode ser prorrogado por mais dois anos.

Compõe-se assim:

1. Presidente: Diretor Superintendente da Fundação Jerônimo Coelho
2. Vice-presidente: Diretor de Produção e Programação
3. Representante da UFSC: indicado pelo Reitor
4. Representante da Udesc: indicado pelo Reitor
5. Representante do Centro de Comunicação e Expressão da UFSC
6. Representante do Centro de Educação da UFSC
7. Representante do Centro de Artes da Udesc
8. Representante do Centro de Educação da Udesc
9. Representante da Associação de Professores da UFSC
10. Representante do Asudesc
11. Representante do Sindicato dos Funcionários da UFSC
12. Representante técnico-administrativo da Asudesc
13. Representante do Diretório Central de Estudantes da UFSC
14. Representante do Diretório Central de Estudantes da Udesc
15. Representante do Sindicato de Jornalistas de SC
16. Representante do Sindicato dos Professores do Estado de SC
17. Representante do Sindicato dos Radialistas de SC
18. Representante da Associação dos Artistas do Estado de SC
19. Representante do Governo do Estado de SC
20. Representante da Prefeitura Municipal de Florianópolis
21. Representante da Federação das Indústrias de SC
22. Representante da Associação Cultural Cinemateca Catarinense
23. Representante da Federação do Comércio de SC
24. Representante da Federação dos Trabalhadores no Comércio de SC
25. Representante da Federação da Agricultura de SC
26. Representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de SC

É neste Conselho que está garantida a participação da sociedade organizada de Florianópolis. Institucionalmente é neste órgão que se afirma o caráter público da

Fundação, e, por conseguinte, da emissora.

Ao Conselho de Produção e Programação compete:

Analisar os aspectos didáticos e pedagógicos bem como a forma da proposta de programação e emitir parecer para consideração da Diretoria, observando as diretrizes afetadas à área, formuladas pelo Ministério da Educação e Desporto;

Analisar os aspectos didáticos e pedagógicos do plano anual de trabalho aprovado pela Diretoria, emitindo parecer para consideração do Conselho Superior;

Assessorar e prestar informações ao Conselho Superior, bem como à Diretoria, sempre que requisitado, na área de produção e programação;

Internamente, os integrantes do Conselho podem criar comissões para tratar de temas específicos e ainda convidar especialistas em programação televisiva e educativa para assessorar nos pareceres. Os conselheiros devem reunir-se com o propósito de analisar a programação, pelo menos uma vez por trimestre.

Conselho de Curadores: órgão de fiscalização da Fundação. "O Conselho de Curadores reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por ano, para tomar conhecimento da documentação contábil, orçamentária, financeira e técnica que lhe devem ser apresentadas, de acordo com as normas vigentes, bem como para apreciar as demais matérias submetidas a sua deliberação⁸¹". Este conselho compõe-se de seis membros, três representantes de cada universidade - UFSC e Udesc -, com mandato de três anos, prorrogável por mais três. Ao Conselho Curador compete:

Examinar, periodicamente, e sempre que achar conveniente, os livros contábeis e papéis de escrituração de caixa e os valores em depósito;

Lavrar no livro 'Atas e Pareceres' do Conselho Curador os resultados dos exames a que proceder;

Apresentar ao Conselho Superior, até 31 de março de cada ano, parecer sobre o balanço geral e o relatório das atividades da Fundação no exercício anterior;

⁸¹ Artigo 34 do Estatuto da Fundação.

Após exame do Conselho Curador, e aprovação do Conselho Superior, a prestação de contas da Diretoria em exercício será examinada anualmente pelo Ministério Público.

Depois de instituída a Fundação Jerônimo Coelho, os fundadores aprovaram o Estatuto que reteria a atuação da Fundação, que foi posteriormente inscrita no 4º Sub Distrito do Cartório de Registro Civil, em Florianópolis/SC. Nascia assim a base jurídica necessária para a requisição da concessão do canal educativo.

4.2 A antiga 'nhã nhã'⁸²

A criação da Fundação Jerônimo Coelho constituiu a primeira etapa, o primeiro passo dado pelos professores universitários para conseguir implantar uma televisão educativa em Florianópolis. Antes da autorização oficial feita, pelo delegado do Ministério das Comunicações em Santa Catarina, Rômulo Coelho, ao Presidente do Conselho Superior e reitor da UFSC, Diomário de Queiroz, passaram-se meses de expectativa e ativa atuação da Diretoria Provisória da Fundação.

A Diretoria Provisória foi eleita na mesma assembléia que instituiu a Fundação, e vigorou até 31 de março de 1995. Os nomes que compuseram esta Diretoria foram:

Diretor Superintendente: Rogério Braz da Silva. (Udesc)

Diretor Administrativo: Juarez Fonseca de Medeiros. (Udesc)

Diretor de Produção e Programação: Sérgio Ferreira de Mattos.(UFSC)

Diretor Técnico: Renato Carlson. (UFSC)

O professor Braz havia terminado seu mandato como reitor da Udesc e agora assumia a superintendência da tevê. Ele idealizou, junto com o reitor Diomário de Queiroz, a implantação de uma emissora educativa. Os dois dirigentes das universidades públicas tiveram um papel decisivo na aglutinação de esforços dos diferentes setores das instituições. Acontecia que as duas universidades estavam pleiteando, junto ao Ministério

⁸² 'nhã-nhã' foi o apelido dado a Anhatomirim TV Educativa por quem não gostava do nome. Em 1998 a emissora acabou mudando de nome para TV Cultura de SC.

das Comunicações, a concessão de rádios e tevês educativas⁸³. Diante do impasse, os reitores uniram esforços, e superaram uma possível crise entre as instituições causada por uma possível disputa.

Nos meses que se seguiram, Braz foi porta-voz das universidades diante da sociedade local na defesa da implantação da tevê educativa. Publicou vários artigos na imprensa catarinense e articulou apoios político-financeiros, que objetivavam a realização do proposto pela Fundação. Em artigo publicado no Diário Catarinense, em julho de 94, Braz falava à sociedade catarinense sobre os esforços 'político e técnico' que vinham realizando a UFSC e a Udesc 'para fazer com que **volte ao ar**⁸⁴ um canal de televisão de caráter educativo. E ainda completava:

Neste momento, além de divulgarmos a boa nova à comunidade, queremos também ressaltar que não basta o interesse e a disposição das universidades para que esta iniciativa se concretize: um empreendimento desta natureza exige recursos substantivos, os quais, entendemos, deve vir da própria beneficiária, a comunidade catarinense.⁸⁵

No comando da Fundação, Braz tomou uma série de ações administrativas e políticas que possibilitaram a implantação da emissora educativa. O primeiro passo foi conseguir a cessão do prédio da Telesc⁸⁶ para instalação da TV, no Morro da Cruz. Em seguida articulou com o Prefeito de São José a doação de R\$ 30.000,00 para a compra do primeiro transmissor⁸⁷ de 2 kw⁸⁸. O dirigente usou o conhecimento e influência pessoal

⁸³ Os ânimos andavam exaltados dentro das universidades na época. Professores da UFSC questionavam o interesse da em pleitear a concessão para rádio e TV educativa, já que não tinham pelo menos um curso de comunicação social. Também havia divisão no apoio político para conseguir a concessão. A Udesc tinha o apoio de alguns deputados, a UFSC de outros, e contava com o apoio de Rodolfo Pinto da Luz na SESU/MEC.

⁸⁴ grifo da autora.

⁸⁵ Artigo "A volta da TV Educativa", de Rogério Braz da Silva, publicado no jornal Diário Catarinense, na seção 'Opinião', no dia 11 de julho de 1994.

⁸⁶ De acordo ao depoimento de Braz, Douglas Mesquita tinha construído instalações que seriam o braço da TV Caracol, no alto do Morro da Cruz. Sem utilidade para a Telesc, Braz solicitou a cessão do imóvel ao então diretor da Telesc, Valmor de Luca, que foi celebrado em convênio de cooperação mútua. Depoimento à autora, em 3 de março de 2004.

⁸⁷ Braz soube que Douglas Mesquita, da TV Caracol, tinha guardado em depósito um transmissor de 2 kw, que valia mais ou menos R\$ 20 mil. As duas universidades não tinham como pagar pelo equipamento. Braz falou com o prefeito de São José, Gervásio José da Silva, que era seu amigo pessoal. O prefeito mandou um projeto para ser aprovado pelos vereadores, e assim a Fundação recebeu uma doação de R\$ 30 mil, conseguindo comprar o transmissor. Depoimento de Braz à autora: em 3 de março de 2004.

conquistado em anos de serviço público, para conseguir nas duas universidades, junto a diferentes setores, a doação de mesas, equipamentos e materiais de escritório que foram instalados no prédio adquirido. O espírito empreendedor do dirigente fica explícito no depoimento: "Lá em cima nós já estávamos instalados. Para a burocracia: ia à Federal e conseguia uma resma [de papel], uma mesa, um arquivo; ia à Udesc e conseguia outra coisa. Praticamente nós colocamos no ar assim, com esse apoio significativo de São José, a tão almejada televisão educativa⁸⁹".

Desta forma, em 29 de dezembro de 1994, em um prédio emprestado, com algumas mesas e cadeiras, contados funcionários cedidos pelas instituições públicas e um transmissor de baixa potência as transmissões da Anhatomirim TV Educativa iam oficialmente ao ar.

Na solenidade de 'instalação oficial, com início das transmissões' da Anhatomirim TV Educativa, às 15 horas, no alto do Morro da Cruz, estiveram presentes instituidores da Fundação, personalidades da comunidade local, e a cerimônia foi presidida pelo Governador do Estado, Antônio Konder Reis. Chegava ao final mais uma etapa para a consolidação do canal educativo em Florianópolis, assim explicada por Braz:

Estaremos deflagrando a primeira fase de implantação da TELEVISÃO EDUCATIVA, que consiste na retransmissão do sinal da TVE do Rio de Janeiro. Já no início do próximo ano estaremos, numa segunda etapa, retransmitindo também o sinal da TV CULTURA de São Paulo em programação mista, e ao longo de 1995 daremos início à produção de programação local que consolidará o projeto da nossa "ANHATOMIRIM TV EDUCATIVA".⁹⁰

As etapas previstas por Braz foram realmente efetivadas como estava planejado. Mas burocraticamente o processo ficou emperrado, tanto, que até hoje a emissora tem apenas permissão para atuar como retransmissora. Naquele ano, a TV retransmissora podia ser de caráter 'misto'. Ou seja, legalmente podia retransmitir a programação da TVE do Rio de Janeiro ou da TV Cultura de São Paulo, e inserir programação local em 15% da

⁸⁸ Transmissor: Fabricação: Lys Eletronic Ltda; Modelo: AV - 2kw-V; Potência: 2kw; Código Certificação: 0101/90 (Dentel) Série 29541 Data 10/92.

⁸⁹ Depoimento à autora, em 3 de março de 2004.

⁹⁰ Ofício Circular nº 04/94 da Fundação Jerônimo Coelho, em 21 de dezembro de 1994.

programação total da geradora⁹¹. A retransmissão 'mista', no entanto, foi extinta pelo decreto 2.593 de 1998, que abriu a possibilidade de este tipo de emissora transformar-se em geradora.

A Portaria 742 do Ministério das Comunicações outorgou a permissão à Fundação para:

Executar os Serviços Especiais de Repetição e de Retransmissão Simultânea de Televisão, em VHF, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, através do canal 02-E (dois decalado para menos), utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando retransmitir os sinais gerados pela FUNDAÇÃO ROQUETE PINTO, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.⁹²

O documento teria validade até "a data em que entrar em operação, na mencionada cidade e no mesmo canal, estação geradora de televisão educativa". O que não ocorreu até final de 2003.⁹³

Braz comandou a Anhatomirim TV Educativa até 1997, quando se retirou por motivos pessoais. Nesse período a emissora educativa deu grandes passos em direção à consolidação de um espaço educativo de televisão.

Nessa gestão, a TV obteve uma antena parabólica receptora de satélite, outro transmissor, mais potente, de 10kw⁹⁴; comprou equipamento caro para instalação de

⁹¹ A grade de programação da Anhatomirim TV Educativa foi montada com programas escolhidos pela direção da TV. Assim, durante o dia a população de Florianópolis via tanto programas da TVE do RJ como da TV Cultura de SP. Essa programação 'mesclada' foi levada ao ar até que em 2003, quando a emissora passou a retransmitir somente a TV Cultura de SP, porque foi obrigada a optar entre as duas, por determinação da Anatel.

⁹² Portaria 742, de 29 de setembro de 1994, do Ministério de Estado das Comunicações, Djalma Bastos de Moraes. Em anexo.

⁹³ Pelo que se pôde levantar na pesquisa de campo, em 1996, ainda na gestão Braz, foi dada entrada no Ministério das Comunicações de um processo solicitando a transformação de retransmissora para geradora. Não há cópia de tal processo nos arquivos da emissora. A atual superintendente afirmou que em sua gestão deu entrada em outro processo solicitando a geração, mas não apresentou cópia. O Ministério das Comunicações não respondeu à solicitação de informações feita pela autora. O que se tem de objetivo, é que a Fundação consta no Plano de Básico de Distribuições de Canais da Anatel, como Retransmissora de TV, no canal 2-E. (fonte: Consulta realizada ao site <http://sistemas.anatel.gov.br/siscom/consulta/default.asp?nav=8&c=1>, em 8/4/04, às 11h53min58seg. Serviço 800 (ESPECIAL DE RETRANSMISSÃO DE TV).

⁹⁴ O MEC destinou R\$ 170 mil à Fundação para compra de transmissor e equipamentos. A Fundação Roquete Pinto doou equipamentos.

estúdio e ilha de edição, e um carro⁹⁵. Além disso, montou um quadro de funcionários contratados pela própria Fundação e outros foram cedidos pelas universidades e governo do Estado. Os recursos para aquisição de equipamentos, manutenção e folha de pagamento vieram da Prefeitura de Florianópolis, do Ministério da Educação, das universidades, de emendas parlamentares aos orçamentos da União, Estado e Município, de convênios.

O que se pode ver ao revisar documentos desta época é que Braz foi incansável na busca de recursos e parcerias. Um exemplo notório, e que pode ser até um exemplo único no país, é o 'Convênio de Cooperação Mutua', para implantação da Anhatomirim TV Educativa assinada por 40 entidades, "entre o Governo Federal, Estadual, entidades vinculadas à Administração Pública e entidades particulares⁹⁶.

Um mês antes da inauguração da TV, em 4 de novembro de 1994, foi realizada uma solenidade no Palácio Santa Catarina, para oficializar o Convênio. O documento estabelecia responsabilidades para cada instituição e as obrigações da Fundação, com o objetivo de "cooperação técnico-administrativa mútua para viabilizar o funcionamento da Rádio e TV educativa⁹⁷".

Surpreendentemente, também participaram do Convênio os dirigentes das quatro televisões comerciais da cidade - RCE, RBS, SCC e Barriga Verde, que se comprometeram a:

⁹⁵ Aquisição em 20/10/95, por licitação, de veículo 0 km, Parati, CL 1.6, 1995, no valor de R\$ 14.591,52, da Autolatina Brasil S/A.

⁹⁶ Ofício GG nº 15221/946 do Gabinete do Governador do Estado de Santa Catarina, em 31 de outubro de 1994.

⁹⁷ Convênio de Cooperação mutua, de 4 de novembro de 1994. Assinaram o Convênio: governador de Santa Catarina, Konder Reis; sec. SED, L. Ertel; sec. com. social, Waltre Zigelli; sec. SESU/MEC, Rodolfo P. da Luz; sec. plan. e fazenda, Guilherme J. da Silva; reitor UFSC, Diomário de Queiroz; reitor Udesc, R. Zumblik; prefeito Florianópolis, Sérgio Grando; prefeito de São José, Gervásio Silva; pres. Fecam, A. Schmidt Jr.; pres. fund. Pró-turismo de Fpolis, Tissot; pres. Epagri, Scherer; pres. sind. agências de propag. SC, Araújo; pres. fed. comércio SC, Matiewicz; dir. geral Fund. Cat. Cult., Iaponar; pres. Sinjoresc, Comelli; pres. sind. esc. part., Zinder; pres. SC turismo, A. Oliveira; superintendente RCE TV, Alberto Ferreira; pres. Acaert, Ross; dir. geral fund. meio ambiente, Danzelli; superint. Ibama-SC, Kouba; pres. fund. cat. desp., Otuki; pres. fed. agric. SC, Pedrozo; del. min. edu. e desp., Guesser; pres. fed. ind. SC, Douat; vice-pres. RBS TV, Pedro Sirotsky; del. min. com., R. Coelho; pres. Telesc, Lucca; pres. Sebrae, V. Lummertz; dir. pres. TV Barriga Verde, M. Odete; pres. Acafe, Villela; pres. sind. emp. de rádio e TV SC, Marcucci; pres. ADVB/SC, P. Prisco Paraíso; dir. pres. TV SCC, R. Amaral; superint. fund. Franklin Cascaes, S. Miguel; dir. pres. Celesc, Vitor Fontana; del. Embratel SC, Z. da Costa Jr.; pres. sind. radial., Hugo S. Lopes; dir. superint. fund. Jerônimo Coelho, R. Braz. O documento estabelecia responsabilidades e ações para cada instituição. O que nunca saiu do papel.

Participar de eventos acadêmicos sobre indústria cultural e cultura de massa.

Articular-se com a Fundação Jerônimo Coelho para veicular programa em rede.

Manter relações solidárias.

Além das emissoras comerciais o Convênio teve a assinatura da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert) - entidade empresarial - o que pode ser um exemplo notório de democracia, mas pode representar também um controle político sobre a atuação da nova emissora.

De qualquer modo, esse convênio exemplifica a articulação que foi feita para conseguir finalmente colocar no ar uma emissora educativa.

Cabe ressaltar que neste documento, como em outros, a justificativa que fundamentava as petições ou acordos feitos pela Fundação era sempre a de afirmar o caráter educativo da emissora através "da capacitação de professores de 1º e 2º graus (BRAZ:1994)", de "diversas campanhas na área da saúde, do meio ambiente, do trânsito (Idem)", e dos "esforços voltados para o Ensino à Distância(Ibidem)⁹⁸". Paralelamente à finalidade educativa formal, Braz também afirmava que queria criar "espaços para a discussão onde segmentos sociais, através de seus representantes, seriam os interlocutores deste meio de comunicação"(Ibidem).

O superintendente referia-se à participação da sociedade no Conselho de Produção e Programação, que foi instalado em dezembro de 1994. Durante toda a gestão do professor Braz, este Conselho teve uma acalorada participação dos seus membros. Foram realizadas reuniões mensais de onde surgiram projetos frutíferos. Um deles foi a redação do Projeto Político Filosófico - que analisaremos no próximo capítulo -, discutido e redigido com exaustão pelos membros do Conselho durante três meses, sendo aprovado na seção do dia 21 de março de 1995. Após aprovação do PPF, que nortearia as discussões do grupo, os integrantes do Conselho nos meses que se seguiram analisaram propostas de programas para serem veiculados pela Anhatomirim TV Educativa. Inicialmente

⁹⁸ Em ficha de cadastro da Fundação no MEC, anexo VI, do Plano de Trabalho: descrição do projeto, 1995. Arquivo da emissora.

discutiram a possibilidade de veicular produção local que já estava pronta, depois se pensou em abrir oportunidades para que produtores locais apresentassem projeto e piloto de programas que seriam analisados pelo Conselho.

Foi assim que, em 27 de junho de 1995, às 20 horas, ia ao ar pela Anhatomirim TV Educativa, o primeiro programa da emissora, "Olhar Catarinense", exibindo o vídeo 'Fortalezas da Ilha de Santa Catarina'. "O programa tinha 30 minutos de duração e objetivava exibir ao público os filmes de curta e média metragem realizados em cinema e vídeo por cineastas catarinenses"⁹⁹. No lançamento oficial do primeiro programa, que aconteceu no Centro Integrado de Cultura, em Florianópolis, foi distribuído um folder contendo o roteiro de apresentação de projetos aprovado no Conselho de Produção e Programação¹⁰⁰, que, como noticiou a imprensa local, representou "um chamamento a professores universitários, instituições públicas, produtores independentes e outros interessados em produzir programas para veiculação na TVE"¹⁰¹.

O relatório de gestão 94/97 pontua a quantidade de programas aprovados pelo Conselho de Produção e Programação neste período, além de outras ações neste sentido. Vamos detalhá-lo abaixo como forma de mostrar quanto empenho e atividade tiveram os conselheiros e diretores da emissora:

ATIVIDADES	RESULTADOS
Criação do programa local em parceria com o Projeto Larus	Produção do 1º programa local: Olhar Catarinense.
Criação de uma série de programas em parceria com a Epagri.	Produção da série: Universidade em Debate.
Criação de programa especial, em parceria com a Fundação Franklin Cascaes.	Produção do programa especial: O natal da nossa gente.
Criação de vinhetas institucionais	Divulgação da história e da geografia do Estado.
Criação do programa infantil "TV Maricota".	Não produzido por falta de recursos.'
Aprovação do projeto de programa "TV Saúde"	Não produzido por falta de recursos.'
Aprovação do projeto de programa "Meio Rural em Debate" em parceria com Epagri.	Foram ao ar alguns programas desta série
Produção vídeo de 12min., "Memória da TVE"	Construção de memória da emissora e prestação de contas de atividades.
Planejamento e execução da 1ª transmissão ao	Transmissão do evento "100 anos de

⁹⁹ Release da autora enviado à imprensa pela Agência de Comunicação da UFSC em 25 de junho de 1995.

¹⁰⁰ O professor Sérgio Mattos sugeriu em reunião do Conselho de Produção e Programação, da qual era presidente, que saísse uma convocação para que a comunidade tomasse conhecimento da possibilidade de veicular seus produtos através da TVE. Fonte: Ata da 3ª reunião ordinária do CPP.

¹⁰¹ Nota "TV Educativa", na seção Informe Geral, do Jornal O Estado, em 26/06/1995.

vivo	humilhação", promovido pela UFSC
Criação do minuto Anhatomirim produzido em parceria com Epagri.	Divulgação de orientações de utilidade pública (hino, meio ambiente, cultura).
Criação do programa "Universidade Aberta na TV", em parceria com UFSC.	Divulgação da produção e das atividades da UFSC; dos serviços disponíveis à comunidade.
Criação de clipes sobre centros históricos da Udesc e UFSC, em parceria com Projeto Larus	Divulgação dos cursos oferecidos e das atividades de pesquisa e extensão. (Fortalezas)
Criação de novas vinhetas institucionais	Diversificar as imagens veiculadas nos intervalos.
Criação da série de clipes "Ilhíadas"	Preservação da memória de artistas locais.
Produção de piloto e aprovação do programa local "Teleanhatomirim Jornal"	A ser implantado.
Produção de piloto e aprovação programa local "Santa Cultura"	A ser implantado.
Produção de piloto e aprovação do programa "Os clássicos"	A ser implantado.
Produção de piloto e aprovação de programa local "imagem também se lê".	A ser implantado.

Além destes programas e vinhetas, o Conselho de Produção e Programação da Anhatomirim TV Educativa analisou uma quantidade de outros programas que não foram aprovados ou não constam no relatório¹⁰². O ânimo, demonstrado por conselheiros e diretores neste período, começou a esmorecer diante da falta de receitas para produção dos programas. A televisão educativa entrava no quadro nacional das emissoras educativas, que, sem financiamento, não conseguiam colocar no ar programas diferentes daqueles veiculados pelas emissoras comerciais.

A professora Maria Luiza Belloni, que foi instituidora e participou do Conselho de Produção e Programação neste período, explicou, em entrevista realizada na pesquisa de campo, o que acredita ser a causa da falta de verbas destas emissoras:

"Eu considero que as tevês públicas ou educativas têm dificuldade de sobreviver porque não têm recursos financeiros assegurados, e essa falta de recursos decorre do caráter eminentemente comercial da radiodifusão brasileira" (...) Esse modelo é totalmente voltado para o consumo, com base na publicidade. Ele tem impedido a criação e sobrevivência de um maior número de tevês educativas ou de tevês públicas do Brasil".¹⁰³

Aquele "Convênio de Cooperação Mutua" assinado por diversas entidades da sociedade local antes da TV ir ao ar, não se efetivou de fato. A Anhatomirim TV Educativa

¹⁰² Como pudemos verificar na leitura das Atas do CPP.

¹⁰³ Depoimento à autora, em 3 de setembro de 2003.

foi esquecida pelos parceiros. O professor Diomário de Queiroz explica melhor esta situação:

Eles de fato assinaram um convênio 'chapéu' favorável à criação da TV Anhatormirim. Essa articulação se vê no sentido da viabilização do canal enquanto existência desse canal. Aceitar que ele existe. Agora, na hora de pagar as contas, a outra questão, o esforço ficou resumido à Federal e à Udesc. A verdade é esta. Houve a colaboração da Telesc. Havia a parceria com a TV Cultura, com o Besc, de um funcionário, da Casan. Mas realmente, os custos de operação e manutenção ficaram a cargo da universidade federal e Udesc. A TV foi vítima dos próprios percalços da administração pública. Ninguém podia supor, daquela época pra agora, que a Universidade Pública Federal e a estadual iriam passar por tão prolongado período de cortes constantes, permanentes, de orçamentos que lhe inviabilizavam praticamente toda aquela política de abertura para a sociedade, que prevaleceu na gestão, que foi penalizada pela necessidade de sobrevivência.

Assim, terminava a Anhatomirim TV Educativa. Com muitos projetos, muito trabalho visando o bem social, da comunidade local, e poucas verbas para sua manutenção.

O professor Braz entregou o cargo, o Diretor de Produção e Programação, Sérgio F. de Mattos, afastou-se para cursar doutorado, os conselheiros atuantes aos poucos abandonaram a militância. A TV não fechou, mas começava ali uma fase obscura na existência da única emissora com vocação pública, de Florianópolis.

4.3 A TV Cultura de SC

A base da emissora estava pronta, agora deveria tudo dar certo. A nova diretoria¹⁰⁴ assumiu em 19 de junho de 1998, ficando pouco mais de um ano no poder. Foi nesta gestão que o nome fantasia da TV mudou: a Anhatomirim TV Educativa passou a chamar-se TV Cultura de Santa Catarina. Neste período foi produzido o único telejornal diário da emissora, "Cultura Nove e Meia", que ficou poucos meses no ar. Também foi criado o programa, "Bar Fala Mané", apresentado por Aldírio Simões, que também teve vida curta na TV Cultura, sendo produzido depois, durante anos, no canal comercial SBT.

¹⁰⁴ Estava na superintendência Mario César Morães (substituiu Braz no final da gestão) que foi substituído por José Augusto Oliveira, que era o diretor administrativo, cargo ocupado depois por Rômulo Coelho; Diretor de Produção e Programação: Laudelino J. Sardá.

Ainda neste período, os dirigentes da TV Cultura de SC participaram ativamente da Associação Catarinense das Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert), entidade que congrega empresários das emissoras comerciais do Estado. E, fizeram os primeiros contatos com os interessados em montar uma Rede Pública de Televisão no Brasil (RPTV), que hoje tem 19 emissoras integrantes e é coordenada pela ABEPEC.

O professor José Augusto Oliveira, quando entregou o cargo de superintendente da TV Cultura de SC, na reunião do Conselho Superior de 16 de agosto de 2000, questionou a sustentabilidade da emissora pública.

A Ata 11ª da Fundação registrou o seu depoimento:

Diz que devido ao fato de não existir condições de se alcançar auto-suficiência, como nenhuma outra emissora educativa e cultural pública o consegue, o papel dos criadores da Fundação bem como do Governo estadual, precisam ser revistos. E enfatiza que se começarmos a veicular comerciais, concorrendo com as outras emissoras, extinguiremos as emissoras educativas do país.¹⁰⁵

O presidente do Conselho, reitor da UFSC, Rodolfo Pinto da Luz concordou com Jose Augusto, no que se refere à dificuldade de conseguir verbas para a emissora. Como registra a ATA 11ª :

O apoio do Governo do Estado e das Estatais é fundamental na manutenção de emissora, que não consegue cobrir os custos de produção dos programas apenas com os apoios culturais. Falou que as condições da UFSC também não permitem um apoio maior e que a proposta inicial era um apoio por parte das duas Universidades - UFSC e Udesc - de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), duplicado mais tarde esse valor, o que infelizmente não pode ser viabilizado.¹⁰⁶

Falta de verbas e outros motivos administrativos fizeram com que esta gestão acabasse, sendo substituída por uma Diretoria Pró-tempore, que ficou efetivada nesta Assembléia do Conselho Superior. Os nomes são os seguintes:

Diretora Superintendente: Sidneya Gaspar de Oliveira.

¹⁰⁵ Ata da 11ª reunião do Conselho Superior da Fundação Jerônimo Coelho, em 16 de agosto de 2000.

¹⁰⁶ Ata 11ª do Conselho Superior, em 16 de agosto de 2000.

Diretor Administrativo: Miguel Arcângelo Bröering.¹⁰⁷

Diretor Técnico: João Alberto Vieira.

Diretor de Produção e Programação: Áureo Moraes.

A professora Sidneya G. de Oliveira foi indicada¹⁰⁸ pelo reitor da UFSC, presidente do Conselho Superior. Por sua vez a professora indicou os diretores.

A nova superintendente da emissora pública propôs como primeiro passo, a junção do espaço físico da TV Cultura de SC com a UFSCtv, canal a cabo da UFSC, "a fim de redução de gastos".

Assim, começa uma nova gestão da antiga 'nhã-nhã', atual TV Cultura de SC, que misturou a infraestrutura de uma emissora pública de sinal aberto com uma TV universitária, de transmissão fechada. Neste período, os cinegrafistas em princípio tanto atendem as pautas de interesse universitário, quanto às da televisão pública¹⁰⁹.

Essa mesma duplicidade ocorreu com os equipamentos, estúdios, carro, ilhas de edição. A agenda diária de pautas a serem produzidas pela equipe quase sempre se concentra no campus da UFSC. Por uma questão de economia nos gastos, a TV pública, veiculou nos primeiros anos desta gestão, programas acentuadamente 'universitários', relegando a um segundo lugar as pautas na e com a comunidade.

No entanto, nesta nova gestão foram implementados projetos com o firme intuito de recuperar o perfil educativo e 'cultural' da emissora. A Diretoria da emissora escolheu o que deveria ir ao ar - o Conselho de Produção e Programação esteve desestruturado - e a

¹⁰⁷ Em abril de 2001 foi substituído por Adilton Lobo da Udesc.

¹⁰⁸ Como consta na Ata 11ª : Comunica o Magnífico Reitor, que com a saída do Professor José Augusto, ele indicou a Professora Sidneya Gaspar de Oliveira que já vinha desempenhando um bom trabalho na UFSCtv, já foi Diretora do CCE, Pró-Reitora, Ouvidora da UFSC, para a Superintendência, salientando que nada impede na participação da Udesc.

¹⁰⁹ Inicialmente, as duas emissoras - UFSCtv e TVC-SC - compartilhavam os mesmos diretores. Nos créditos dos programas da TVC-SC apareciam cargos e nomes da UFSCtv - como por exemplo, Diretor de Marketing, cargo que não existe na estrutura organizacional da Fundação Jerônimo Coelho. Na equipe de profissionais e bolsistas da emissora havia funcionários contratados pela TVC-SC, funcionários públicos da UFSCtv e funcionários públicos cedidos à TVC-SC.

partir deste momento a tevê produziu alguns programas: ¹¹⁰

VIDE VIDEO - Programa educativo e informativo que apresenta a produção acadêmica, cultural e científica da UFSC.

CANAL + SAÚDE - Programa educativo com informações e debates sobre problemas de saúde que ocorrem nas famílias, orientando a prevenção.

ABERTURA - Programa de entrevistas com o objetivo de aprofundar a análise dos grandes temas nacionais, reunindo especialistas de áreas como Economia, Ciência e Tecnologia.

ESPORTE E CULTURA - Programa esportivo, de 90 minutos de entrevistas, debates, comentários e enquetes, com uma hora de destaque para os dois maiores times de futebol da capital catarinense: Avaí e Figueirense. Valoriza o esporte amador e profissional.

UDESC NOTÍCIAS - Programa com agenda semanal das atividades da Udesc, englobando, sempre que necessárias cenas externas.

UNIVERSIDADE JÁ - Programa realizado pelos alunos do Curso de Jornalismo da UFSC. São boletins diários do que acontece na UFSC.¹¹¹

SEMANA UFSC - Programa informativo que destaca eventos ocorridos na UFSC, enfocando entrevistas, congressos etc.

COM WITTI - Programa de variedades e entrevistas apresentadas por Wittti Witthinrich, com quadros sobre gastronomia, estética, cultura e atualidades.

JUSTIÇA DO TRABALHO NA TV - O programa Justiça do Trabalho na TV, produzido pelo Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, está pondo em debate as Leis Trabalhistas e temas atuais pertinentes ao Judiciário frente à conjuntura nacional.

CÂMERA LIVRE - Programa informativo com debate de temas voltados à juventude com participação de grupos culturais.

CORETO ELETRÔNICO - Programa educativo e de

¹¹⁰ O texto que apresenta os programas foi retirado da página da TV Cultura/SC, que não está mais exibida: <http://www.tvcultura.ufsc.br>

¹¹¹ Tanto o Universidade Já e o Semana UFSC são programas produzidos por estudantes de jornalismo dentro de um projeto que envolve o Curso de Jornalismo e a UFSCtv - tevê a cabo da universidade que também é dirigida pela professora Sidneya de Oliveira.

entretenimento, aberto à população catarinense, sobre assuntos variados definidos de forma interativa, por profissional capacitado.

GIZ COM LEITE - Programa educativo que faz reforço escolar pela televisão, dirigido às crianças do ensino fundamental.

Além destes programas a TVC-SC até 2003 incluiu na sua grade local os seguintes programas: Persona, Documentário Nelson Motta, Unaberta, Camerata, Descobrimo Floripa, Nação Hip Hop, Prosa e Verso, Projeto Ilha e Projeto Cultura e Meio Ambiente.

De acordo com o Relatório 2002 da Fundação, o Laboratório de Ensino a Distância da Udesc está veiculando através da TVC-SC o programa educativo Educação à Distância. Este Laboratório também produziu ao vivo para o Brasil, três teleconferências, via Satélite, do programa Pedagogia a Distância.

O mesmo Relatório aponta que o Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, junto à Secretaria do Estado de Educação e a Univali produziram programas para o "Salto para o futuro" - programa da TVE do Rio de Janeiro -, veiculados nacionalmente.

Fazendo uma distinção entre a programação educativa e a cultural, consta no Relatório:

Na parte cultural, divulgando valores locais e preservando sua identidade, a TV Cultura SC produziu as séries "Cultura e Meio Ambiente: Caminhos, Trilhas e Cachoeiras da Ilha de Santa Catarina", mostrando as belezas naturais de Florianópolis e a importância da preservação do meio ambiente.

Produziu também os vídeos Centro Urbano e Vilarejos, e Fortalezas, do Projeto Fortalecendo o Turismo através da Cultura.

Essas séries foram produzidas com recursos do Ministério da Cultura, através da emenda parlamentar do Deputado Edson Andrino, e teve o apoio da Prefeitura de Florianópolis, que cedeu guias, técnicos e biólogos. O documento ainda relata que a Fundação procurou divulgar o trabalho de artistas locais e nacionais. Os programas que cumpriram com esta finalidade foram os Projeto 12:30, Semana UFSC e Com Wittl.

Além dos programas elencados a TVC-SC produziu e veiculou vinhetas temáticas

sobre racismo, meio ambiente, AIDS, fogos de artifício, e vinhetas sobre escritores da literatura nacional. Até 2003, a TV Cultura SC não produziu telejornal ou programa jornalístico, por causa de, segundo o Relatório, questões orçamentárias e de pessoal.

Como se pode ver, a TVC-SC produziu nesta última gestão uma série de programas com proposta 'educativa e cultural' e até agora não pôde produzir programas com proposta jornalística. Mas produziu, passou pela barreira da situação posta pela falta de recursos, queixa principal de todas as emissoras pública/ou/educativas do país. Na previsão orçamentária para 2003 podemos ter uma idéia de quanto custa manter uma TV pública nas condições da TVC-SC. Gira em torno de R\$ 200 mil , e a maioria dessa verba é pública. Entre as condições concretas para produção, estão as seguintes :

1. Uma antena¹¹² caríssima que transmite sinal a 1 milhão de pessoas estabelecidas em Florianópolis e Grande Florianópolis. Esse equipamento - assim como os outros - foi pago pelo recurso público com a participação das universidades.

2. A TV Cultura de SC tem prédio, câmeras, estúdio, fax, internet, salas de reunião, funcionários¹¹³ - sendo contratados pela Fundação: 2 cinegrafistas, 3 *master* (operadores do equipamento que 'coloca no ar' a emissora); 1 editor, 1 motorista, 1 auxiliar administrativo, 1 técnico de manutenção de equipamentos e 1 auxiliar de serviços gerais; os outros são cedidos do serviço público federal ou pertencem ao quadro da UFSCtv.

3. A TV Cultura de SC está ligada a duas universidades públicas que oferecem o conhecimento científico necessário para desenvolver programas de qualidade.

Infelizmente, a TVC-SC está inserindo propagandas nos intervalos dos programas, patrocinados por empresas privadas. Dessa forma, está disputando verbas no mercado da publicidade com as emissoras comerciais, quando já existe uma plataforma paga pela sociedade. Está veiculando propagandas que estimulam o consumo e não a formação para a cidadania do seu telespectador.

Em todos os destaques que fizemos para apresentar a TV Cultura de SC não

¹¹² Antena Super Plush Feyle e um transmissor VHS de 10 KW valvulado. Na avaliação rápida do técnico da emissora, este equipamento custa ao redor de R\$ 200 mil.

¹¹³ São 10 funcionários da TVC-SC, seis diretores, alguns servidores públicos e por volta de 10 bolsistas.

aprofundamos a questão do papel educativo da emissora ou das propostas educacionais para o meio. Isto porque nas ações realizadas hoje pela TVC-SC apenas pudemos observar a preocupação da sua diretoria com a Educação no texto de sua Missão formal: "promover a execução de programas educativos e culturais, divulgar dados, informações e trabalhos científicos, procurando fortalecer a política pública de comunicação e formação da cidadania"; assim como no texto da Visão assumida: "Ser conhecida como Televisão Pública de excelência na disseminação da educação, da cultura e dos valores regionais"¹¹⁴.

Na verdade, não se encontrou na pesquisa realizada nos arquivos da TV qualquer registro sobre seminários, discussões ou critérios sobre a Educação que se pretende realizar através da TVC-SC. Sabe-se que existem alguns critérios gerais nacionais que determinam o que não deve ser transmitido pela emissora pública:, apelo à violência, sexualidade, preconceito. Sobre os critérios que definem o que pode ser transmitido pela TVC-SC, fica a cargo da avaliação pessoal da superintendente da emissora, que diz se os conteúdos são ou não educativos ou culturais. Mas critérios próprios da emissora - a instituição paradigmática que detém poder simbólico - sobre de que Educação estamos falando quando nos referimos à TV pública, não foram encontrados. Ou melhor, foram encontrados no Projeto Político Filosófico escrito na inauguração da Fundação, em 1994, mas que, hoje como veremos, praticamente ninguém conhece na TVC-SC.

No próximo capítulo vamos analisar esse documento-base da TV Cultura de SC, para procurar fundamentar uma reflexão sobre as possibilidades educativas deste meio de comunicação pública.

¹¹⁴ Relatório de Gestão 2002, fonte: Secretaria da TVC-SC.

CAPÍTULO 5 - O Projeto Político Filosófico da TVC-SC

O PPF é um norte. Pouco a pouco tende a ser implantado. É um norte, é uma meta, um sonho, um referente. E é a única emissora que tem um referente desses na sociedade catarinense.

Sergio de Mattos - Instituidor da TVC-SC

O Projeto Político Filosófico representou um marco, uma base sólida que deveria nortear o funcionamento da TV Cultura de Santa Catarina. Neste documento estão objetivados todos os anseios e expectativas dos instituidores da emissora, assim como da sociedade organizada local na década de 90.

O primeiro superintendente da emissora¹¹⁵, Rogério Braz da Silva, logo na primeira reunião do Conselho Superior, em 29 de novembro de 1994 propôs criar uma comissão que tivesse a missão de escrever um documento estabelecendo as diretrizes básicas da nova emissora, a serem seguidas pela diretoria da Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho, que a administraria.

O documento foi redigido por professores indicados pelas duas instituições fundadoras para compor uma comissão¹¹⁶, presidida pelo Diretor de Produção e Programação da emissora, Sérgio Ferreira de Mattos. A proposta do grupo foi submetida

¹¹⁵ Até 31 de março de 1995 a Anhatomirim TV Educativa foi coordenada por uma Diretoria Provisória, assim composta: Superintendente, Rogério Braz; Diretor de Produção e Programação, Sérgio Mattos; Diretor Administrativo, Juarez Fonseca Medeiros; Diretor Técnico, Renato Carlsson.

¹¹⁶ Representando a UFSC, os professores Maria Luiza Belloni, Ricardo Barcia, Paulo Brito e Francisco Karam. Representando a Udesc, os professores Elisabete Nunes Anderle, José Roberto Cechinel, Eliane T. Lisboa e Sandra Regina Ramalho. A comissão foi presidida por Sérgio Ferreira Mattos.

ao Conselho de Produção e Programação¹¹⁷ da Fundação, que contava com a participação de representantes da sociedade civil. Foi analisado, discutido e recebeu diversas contribuições, resultando no **Projeto Político Filosófico**.

Em 1º de abril de 1995, ao apresentar o documento ao Conselho Superior, Braz justificava: "além das questões técnicas, políticas e financeiras, não poderíamos nos descuidar da que se relaciona à responsabilidade social de um meio de comunicação de massa".¹¹⁸ Desde o início da implantação da emissora educativa, notava-se assim uma preocupação com a construção transparente de um bem público e com o uso responsável de um meio de comunicação. A intencionalidade presente em cada etapa do processo de implementação da emissora apontava para seu caráter educativo.

O Projeto Político Filosófico (PPF) é entendido neste estudo como um documento referencial que denota o perfil educativo da emissora. Por isso, será objeto de estudo documental detalhado. Ao analisá-lo, vamos procurar encontrar a origem do caráter educativo da emissora e desvendar as possibilidades educativas da atual TVC-SC. Para tanto, busca-se fazer uma releitura deste documento à luz de teorias atuais, já discutidas no capítulo 1, e com o aporte das entrevistas realizadas com instituidores, dirigentes e profissionais da TVC-SC. Deverão resultar desta análise, que é, portanto eminentemente qualitativa e centrada no conteúdo dos documentos e entrevistas, uma contextualização e uma reflexão sobre qual a atualidade do PPF, buscando contribuir para um avanço na compreensão das possibilidades educativas da emissora estudada.

5.1 Texto e contexto do PPF

¹¹⁷ Participaram da 1º reunião do Conselho de Produção e Programação: 1.Marcos Muniz (DCE/UFSC), 2.Tânia Maas dos Anjos (Fecomercio), 3.Cristóvão Frando (Federação de Agricultura de Santa Catarina), 4.Ione Faes (Udesc), 5.Maria Luiza Belloni (CED/UFSC),6. André Sardá (Sindicatos dos Professores de Santa Catarina), 7.Carlos Perón (Fetaesc), 8.Carmen Coulthard (CCE/UFSC), 9.Sérgio F. Mattos (Diretor de Produção e Programação da Fundação Jerônimo Coelho), 10.Francisco Alano (Fecesc), 11.Salim Miguel (PMF),12. Hugo Lopes (Sindicato dos Radialistas), 13.Aloísio Amorim (Fiesc),14.Sandra Ramalho (CEART/UDESC), 15.Sérgio Murilo (Sindicato dos Jornalistas) e 16.Rogério Braz da Silva (presidente). Conforme Ata de 20/12/1994.

¹¹⁸ Discurso do Superintendente Rogério Braz, em 1º de abril de 1995, quando apresentou o PPF ao Conselho Superior da Fundação Jerônimo Coelho. Arquivo da emissora.

No capítulo anterior discorremos sobre o modelo institucional desta emissora de televisão. Chegamos à conclusão que a TVC-SC é uma emissora pública, de direito privado, com finalidade e intencionalidade educativa.

Vale relembrar que a concepção que usaremos de "educação através da televisão", já exposta anteriormente na fundamentação teórica, não remete a uma doutrinação do telespectador, que lhe ensinasse "o que deve pensar e o que deve fazer com a liberdade" (CARNEIRO:2003:21). Mas, pelo contrário, vê a educação como "processo de ensino e aprendizagem entendido como comunicação, diálogo, interação, construção de conhecimentos" (Idem:11), realizado através da emissora pública. Assim, a TVC-SC está sendo considerada neste estudo como produtora de cultura de modo amplo e não como "instrumental complementar de ensino" (ibidem:17).

O documento se divide em três partes: os FUNDAMENTOS, as FINALIDADES, e as ESTRATÉGIAS. A primeira parte - Fundamentos, mais extensa, coloca os princípios que vão ser o alicerce das outras duas partes - Finalidades e Estratégias. O documento ao todo tem três páginas e vamos analisá-lo na íntegra.

5.1.1 Fundamentos

Logo no primeiro parágrafo dos Fundamentos, a TVC-SC é apresentada em seu caráter público, deixando explícito que a educação que se queria promover não era a mesma das empresas que têm interesses particulares, que têm como finalidade o lucro. O texto diz:

A Anhatomirim TV Educativa, iniciativa conjunta das duas universidades públicas, UFSC e Udesc, deve evidenciar, em todos os sinais emitidos, seu compromisso com o caráter público de uma emissora de televisão, natureza que a diferencia de um canal comercial.(PPF § 1)

O 'caráter público' proposto no texto nos remete ao debate atual sobre Televisões Públicas, já esquematizado no capítulo anterior. Mesmo que a Anhatomirm TV Educativa, hoje TV Cultura de SC, esteja a cargo de uma fundação de direito privado - a Fundação Jerônimo Coelho - o PPF previa desde a sua constituição um 'caráter público' para a emissora.

Instituidor da Fundação, quando era reitor da UFSC, Diomário de Queiroz esclarece que o caráter público se define pelo aspecto finalístico: *para quê* se criou a emissora. Esta finalidade, segundo ele, orientou os trabalhos das pessoas envolvidas na implantação do canal educativo. "Esta busca do caráter público permeou todas as

discussões dos idealizadores da TV Anhatomirim e dos membros que compuseram o seu primeiro Conselho Superior", afirmou Queiroz na entrevista que fez parte da pesquisa de campo.

A opção pelo 'caráter público' da televisão ocorreu junto com a vontade dos professores universitários de que houvesse um canal de televisão para uso educativo. Revisando as entrevistas efetuadas na pesquisa de campo, nota-se que o modelo público de televisão aparece sempre ligado a uma intencionalidade educativa que objetiva a cidadania. Esta concepção fica clara quando Queiroz fala sobre a frustrada tentativa de aproximar a universidade à TV Caracol - que usou o canal educativo para fins comerciais, visto no capítulo anterior. O instituidor lembra que quando a TV Caracol foi ao ar "houve até uma aproximação da universidade federal com a TV Caracol para discutir as possibilidades de uma parceria". Mas a parceria não se efetivou, na opinião de Queiroz exatamente por não atender a essa vocação pública latente na universidade. "Ela acabou sendo inviabilizada, porque a universidade federal não poderia participar de um empreendimento que tivesse caráter de natureza comercial", ressalta o instituidor: "a idéia que prevalecia na universidade era a de que a TV educativa devia ser uma TV de caráter público, ou seja, *uma TV de todos*".

A televisão educativa seria de *todos* e trataria de assuntos comuns à coletividade. Mas, como, de fato, ficaria garantido o 'caráter público' da emissora? Institucionalmente, através da representação da sociedade civil no Conselho de Produção e Programação?

Como vimos no capítulo anterior, o Conselho de Produção e Programação conta com a participação de 26 membros que são designados, para um mandato de dois anos, pelos setores ou instituições que representam. Este conselho tem a competência de analisar e aprovar a programação que a TVC-SC põe no ar.

Resumidamente, participam do Conselho 14 representantes das universidades e 12 representantes da sociedade civil organizada em Sindicatos e Federações. A composição do Conselho demonstra ausência de categorias pertinentes, como psicólogos, antropólogos, médicos, advogados, ecologistas - e de organizações não governamentais (ONGs) da comunidade florianopolitana.

O Conselho de Produção e Programação foi um espaço criado institucionalmente

para garantir o 'caráter público' da emissora. Para contemplar a idéia de *uma TV de todos* criou-se um Conselho que congrega a participação civil na aprovação de programas que serão produzidos e exibidos pela TVC-SC. O mesmo não ocorreu com o Conselho Curador, que analisa as contas da emissora, nem com o Conselho Superior, órgão máximo. De ambos participam apenas professores universitários. Garantir o 'caráter público' institucionalmente, através da participação social em órgãos gestores, é o modelo seguido pela televisão inglesa BBC, exemplo de televisão pública no mundo¹¹⁹. A TV Cultura de São Paulo¹²⁰ e a TVE do RS¹²¹, também seguem esse modelo.

No caso da TVC-SC, no entanto, o 'caráter público' ficou definido institucionalmente na composição do Conselho de Produção e Programação. Pelo que se levantou na pesquisa, as reuniões, nos últimos anos, não acontecem trimestralmente como está previsto no Estatuto, e têm uma baixa participação dos representantes. "Eu tenho chamado para reuniões e não têm vindo. Em 2002 eu chamei e vieram duas pessoas", contou a atual superintendente da emissora¹²².

Mas, se institucionalmente não está fortemente garantido o 'caráter público' da emissora, dada a reduzida participação social, poderia este caráter estar se concretizando de uma outra forma? Será que o 'caráter público' proposto no PPF referia-se a uma *suposta presença* dos diferentes setores sociais locais na programação da emissora?

O texto que segue, do PPF, trata indiretamente desta questão. Mostra que realmente havia uma preocupação em abrir, em aproximar a emissora educativa das pessoas da cidade, e assim garantir seu 'caráter público'.

Este compromisso se caracteriza pela busca permanente de referências junto à comunidade, por a ela recorrer para obter parcerias e por pretender o atendimento às demandas explícitas e às necessidades latentes da população de Santa Catarina e, particularmente, da Grande Florianópolis, no que se refere à preservação e difusão da informação isenta e independente, da cultura popular e erudita e da educação formal, não-formal e informal. (§ 2)

¹¹⁹ O conselho gestor tem 12 membros.

¹²⁰ O Conselho Curador da TV Cultura de SP tem 45 conselheiros.

¹²¹ Conselho Deliberativo é composto por 25 membros.

¹²² Depoimento à autora, em 9 dez de 2003.

No discurso, no entanto, não encontramos indicações de como poderia se conseguir o 'caráter público' almejado no PPF, dentro de uma perspectiva institucional ou comunicacional. Como seria possível atender às 'necessidades latentes da população'? Para tentar refletir sobre as questões levantadas, analisaremos, com apoio da teoria, o que representa na atualidade esse 'caráter público' da emissora.

Considerado um dos teóricos da comunicação com maior peso hoje na América Latina, Jesús Martín-Barbero diz que "nos últimos anos, começamos a compreender a necessidade de inserir a compreensão do *caráter público* num mapa atravessado por três eixos: o da atual reconstrução conceitual do *caráter público*; a reconstituição dos *meios* e das *imagens* no espaço de *reconhecimento social*, e as novas formas de existência e exercício da *cidadania* (MARTÍN-BARBERO:2002:50)".

Barbero recorre a H. Arendt¹²³ e a R. Stennet¹²⁴ para entender o 'caráter público' no sentido do "que é comum, o mundo de todos", e que se refere a "aquele espaço da cidade" onde as pessoas "se juntam para intercambiar informações e opiniões, para perambular ouvindo e se entreter polemizando" (op.cit.:50). Ao incluir esta reflexão na análise do PPF, ficamos inclinados a ver a TVC-SC, em sua concepção fundadora, como um 'espaço social' – um mundo de todos - por onde circulariam idéias, opiniões e informações.

No entanto, para Barbero, o 'caráter público' não se restringiria à troca de idéias, mas encerraria um conceito de *cidadania* que está associado à idéia de "reconhecimento recíproco" e ao "direito de ser visto e ouvido". É nesse sentido que a imagem - da tv - nesse caso assume um status de visibilidade social. "O que os novos movimentos sociais e as minorias (etnias, raças, mulheres, jovens ou homossexuais) exigem, nem é tanto ser representados, como ser reconhecidos: *tornar-se visíveis socialmente na sua diferença*" (op.cit.:52).

Mesmo que *a visibilidade social das diferenças, dos movimentos sociais e das minorias*, como quer Barbero, não esteja explicitamente detalhada no PPF, há no documento, sim, uma clareza de propósitos a esse respeito, quando ali se apresenta a

¹²³ H. Arendt. La condición humana, Paidós, Barcelona, 1993. Apud RINCÓN, op.cit.

¹²⁴ R. Stennet. Carne y piedra. El cuerpo y la ciudad en la civilización occidental, Alianza, Madrid, 1997. Apud RINCÓN, op.cit.

TVC-SC como um espaço de comunicação dos diversos segmentos sociais:

Para tanto, a comunidade deve ser considerada como o conjunto de segmentos diferenciados, aos quais será garantida a **livre expressão de pensamento**, já que este canal se propõe a ser um **espaço de comunicação e integração destes diversos segmentos**. (PPF, §3)

Até aqui podemos entender que o PPF, procurava, sim, reforçar seu 'caráter público', na medida em que seus autores não buscaram em qualquer momento conter a TVC-SC dentro das amarras do interesse privado, seja através da universidade, do estado, ou diretamente do mercado.

O texto do PPF denota a busca pela diversidade, pela cidadania, pelo *reconhecimento recíproco*, sugere a idéia de fazer da tevê um espaço televisivo comum, de todos os segmentos. No entanto, quando tentamos reconhecer o 'caráter público' na programação do canal 2, ou nas práticas administrativas da TVC-SC, perdem-se algumas referências. Recorrem, insistentemente, as questões colocadas acima: *Mas, como de fato, ficaria garantido o 'caráter público' da emissora?*

Há uma multifacetada diversidade de 'segmentos sociais' na capital, o que torna difícil afirmar que estejam presentes no Conselho de Produção e Programação da TVC-SC, ou na sua programação. No entanto, o PPF propõe que a emissora seja um 'espaço de comunicação' de um 'conjunto de segmentos diferenciados' de Florianópolis, garantindo assim seu 'caráter público'.

Entrevistado em Florianópolis, em 2003, o presidente da Associação Brasileira de Televisões Universitárias (ABTU) e jornalista Gabriel Priolli comentou: “Contemplar a heterogeneidade cultural do país inteiro é uma meta que tem que ser, digamos, atendida da melhor forma possível. Mas não vamos imaginar que seja possível que um único canal possa dar conta de tudo isso¹²⁵”. Pelo que disse Priolli, pode-se entender que o fato de a TV não conseguir incluir todas as vozes, culturas e segmentos sociais na programação ou na gestão de uma emissora, não retiraria dela o compromisso de ter a heterogeneidade cultural como meta.

¹²⁵ Depoimento à autora. UFSC, 8/out/2003.

Voltando ao PPF, o que vemos objetivamente, é que o 'caráter público' almejado no documento acaba hoje se limitando às decisões práticas tomadas por um grupo de pessoas, diretores, produtores. Eles é que dizem quais são os conteúdos, os convidados e a finalidade dos programas, construindo uma conversa simbólica "particular", que a televisão transmite como sendo coletiva, como sendo "de todos".

Não há efetiva participação da comunidade na escolha dos programas, temas, conteúdos. As pessoas que são entrevistadas e que assim ganham 'visibilidade', na maioria das vezes são as mesmas que 'circulam' pelas televisões comerciais, como vimos no capítulo anterior. Quando uma ou mesmo umas poucas pessoas tomam para si a incumbência de escolher conteúdos ou temas que consideram ser de interesse público, não estão com isso atendendo ao 'caráter público' afirmado no PPF.

Desse modo a intenção educativa da televisão se evapora. "Um espaço impermeável não será público¹²⁶", mesmo que esteja imbuído das melhores intenções do mundo. Uma diretoria, ainda que com os propósitos mais democráticos, não pode, mesmo que queira muito, construir uma conversa de *todos*. "O que se pretende em um processo de comunicação aberta é expor idéias diferentes. Deixar que as pessoas percebam as diferenças, criar situações em que estas diferenças venham à tona, sejam percebidas", reflete Queiroz¹²⁷.

Estamos falando do que 'ganha visibilidade' na telinha, do 'direito de ser visto' que tem cada grupo social, como forma de provocar o processo de 'reconhecimento recíproco', de que fala Barbero, e de assim contribuir para a educação do sujeito. No momento em que um grupo decide o que deve ser do interesse de todos, quem tem o 'direito de ser visto' e 'ganhar visibilidade', o processo educativo de 'reconhecimento recíproco' pode ficar interrompido, e a TV acaba não cumprindo sua finalidade. Nas palavras de Bucci:

As idéias de "interesse geral" ou de "bem comum" são avessas a qualquer significação objetiva, como de resto é óbvio. Uma tirania pode se justificar em nome do interesse geral e do bem comum sufocando os espaços públicos. De outra parte, um espaço público pode tematizar apenas frivolidades e assuntos que só afetam a vida

¹²⁶ BUCCI, 2002.

¹²⁷ Depoimento à autora.FUNCITEC, 8/mar/04.

íntima das celebridades ou dos próprios indivíduos anônimos, e desse modo inibem as discussões daquilo que concerne a um interesse público, digamos natural. (2002:84)

Com esta reflexão se procura rever o modo como se fundamenta o 'caráter público' defendido no PPF da emissora educativa. Pelo que vimos, o caráter público poderia ser conseguido se as decisões sobre o que vai ao ar fossem, por exemplo, discutidas com a comunidade, atendendo "às demandas explícitas" da população local. E por outro lado, o caráter público poderia também ficar garantido sob outro aspecto, ao se dar visibilidade a caras e vozes diferentes, diversas, na programação televisiva, além da participação no Conselho de Produção e Programação. Dez anos após a promulgação do PPF, ao revisar o compromisso dos instituidores da TVC-SC com o 'caráter público' da emissora, Queiroz refina:

É o compromisso com o cidadão. Os cidadãos vistos como pessoas e não como clientes. O cidadão interagindo num processo de comunicação que é o de aprendizagem. O cidadão buscando na televisão uma forma de acesso a um processo de afirmação da sua cidadania e de acesso a informações que lhe deveriam dar condições de crescer, realizar-se enquanto pessoa, e de promover o conhecimento necessário, a valorização profissional, a valorização comunitária, a valorização de recursos físicos, materiais. Ver na programação da TV educativa, justamente esse processo educacional, que em última análise resultaria na melhoria da qualidade da sua vida, da comunidade, da região que se situa¹²⁸.

O grupo de professores que instituiu a Anhatomirim TV Educativa e escreveu seus princípios filosóficos no PPF parecia ter em mente que a emissora se implementaria como espaço público de comunicação da sociedade local. Olhavam a comunidade local como "o conjunto de segmentos diferenciados", aos quais seria "garantida a livre expressão de pensamento".

Nesta perspectiva, a TVC-SC parecia ser concebida como um 'espaço de comunicação' dos diferentes grupos sociais, no sentido usado por Bucci: "a comunicação no espaço público é aquela que se move ativa ou reativamente em relação aos vários públicos que nela se entrecruzam, aos vários segmentos sociais, à diversidade de modos de vida"(2002:86). Tal conceito absorve a noção de *espaço público* de trocas e diálogos, que

¹²⁸ Depoimento à autora.FUNCITEC, 8/mar/04.

potencializa a formação do sujeito.

Parece ser este o caminho traçado pelo PPF para que a televisão educativa conseguisse afirmar seu 'caráter público', e ser mais um "espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão" (ARROYO: 2001:79). Uma arena, um fórum, onde se dá o conflito, onde se trocam saberes, e onde acontece a mais plena educação. Assim sendo, pode-se entender que à medida que a TVC-SC *fosse comunicativa necessariamente seria educativa*.

Quando os professores que criaram o PPF e definiram o canal como um 'espaço de comunicação e integração destes diversos segmentos', falavam da população de Florianópolis e da Grande Florianópolis, região alcançada pelo sinal da tevê. A comunicação entre os vários segmentos da população deveria promover a formação para a cidadania dos moradores da capital.

No entanto, a proposta de um espaço público constituído pela televisão, o *telespaço público* proposto por Bucci e apresentado no capítulo 1, nos mostra que esta comunicação vai além dos limites geográficos e temporais. A TVC-SC é uma das *instituições paradigmáticas* (THOMPSON:1998) que constitui o *telespaço público*. A TVC-SC não tem como conduzir uma conversa coletiva paralela aos outros meios de comunicação, informação e formação da sociedade. Ela, junto com outras instituições paradigmáticas, compõe uma esfera onde o debate se trava - debate de idéias, de valores, de crenças. Não exatamente apegada a regionalismos, mas consciente de que o contexto do florianopolitano é a humanidade, e que seu tempo é, para usar o conceito de Bucci, o tempo do *acontecendo* célere e imagético.

Desta forma a TVC-SC, se se abrisse como um espaço público onde a comunicação social acontece, estaria cumprindo sua intenção educativa. O Projeto Político Filosófico revela, em alguns trechos, uma concepção da nova televisão como ferramenta, como um instrumento através do qual poderia se formar o sujeito, como está claro no texto que segue:

Nesta perspectiva, a Anhatomirim TV Educativa se define como **uma instituição formadora do cidadão**, o qual é considerado sujeito da comunicação, tendo sempre respeitada sua condição de ser humano, seus direitos de opinião e expressão, bem como preservada

sua privacidade; (PPF § 4)

Mas, o conteúdo analisado até agora sustenta uma outra concepção de instituição formadora do cidadão. Pode-se dizer que a TVC-SC buscaria ser um espaço público onde aconteceria a comunicação social, tornando-se por isso educativa. Não como uma entidade que inoculasse idéias pré-estabelecidas nas cabeças de indivíduos massificados, dizendo-lhes o que deveriam pensar e assim os 'formasse'. Mas dentro da perspectiva dos estudos de recepção, a qual defende que “a audiência é sempre ativa”. Nas palavras de Gomes(2002): "Em geral, postular a atividade do receptor significa postular que 1) os receptores são sujeitos sociais; 2) os receptores ‘carregam’ para o seu encontro com os *media* toda a sua cultura (...), a sua posição na estrutura social (...) e o contexto particular de sua inserção na sociedade, descrito em relação a fatores sociais tais como gênero, etnia, idade¹²⁹”.

Neste sentido, a TVC-SC seria entendida como espaço de comunicação onde o sujeito social contribui com a sua visão de mundo e retira dele o que quer aquilo de que precisa para a sua formação. Assim, pode ser entendido o texto que segue do PPF:

assim sendo, tem como preocupação essencial contribuir para o desenvolvimento da pessoa humana, sua percepção e sua consciência de ser participante de uma comunidade maior, ao mesmo tempo local e planetária. (PPF § 4)

É importante salientar, no entanto, que a integração de todos os sujeitos sociais em uma comunidade maior, ao mesmo tempo local e planetária, não está aqui sugerindo a idéia de 'cibercultura' tão em voga (LÉVY:1999). Mas almeja, isso sim, um reconhecimento da diversidade, propõe uma conversa simbólica entre sujeitos de diferentes partes do mundo. "O mundo não é. O mundo está sendo", lembrou Paulo Freire (1997). A vida está acontecendo, neste instante e no próximo, em todas as partes do planeta. As pessoas precisam vivenciar o *acontecendo* para sentirem-se integrantes da humanidade. Fazer parte do todo é uma necessidade de todos os cidadãos do mundo, assim como dos moradores de Florianópolis. Neste sentido, A TVC-SC, para cumprir sua finalidade educativa, precisaria abrir-se para esta polifonia de vozes e vivências. Teria que dar a sua

¹²⁹ Itânia M. M. Gomes: *Televisão, Telejornalismo e Recepção*. Anais da XI Compós, 2002, Rio de Janeiro

parcela no contrato social que busca a afirmação da cidadania. O próximo parágrafo do PPF indica um caminho:

Para a realização deste pressuposto, a Anhatomirim TV Educativa deve buscar a participação direta da comunidade, através das técnicas de interatividade, que não deve se restringir à utilização dos meios tecnológicos, mas se caracterizar também como forma de troca efetiva com a comunidade, podendo ser considerada fonte de dados para o planejamento e a avaliação da programação da emissora. (PPF§5)

Mais uma vez, vamos partir do discurso à prática, para conseguirmos enxergar de que interatividade e participação está se falando. Hoje, a TVC-SC tem canais interativos: o telefone de atendimento ao público, o fax e o e-mail. No programa de esporte atualmente no ar, que é ao vivo, pessoas da comunidade ligam para falar, elogiar ou opinar sobre futebol, e sobre o programa. Os outros programas recebem alguns e-mails, poucos. Há também o contato direto do apresentador do programa, da equipe do programa ou dos diretores da tv, com pessoas que circulam no mesmo meio social ou físico que eles, e que assistem a TVC-SC. Seria esta a interatividade imaginada pelos instituidores da televisão?

A interação e a interatividade foram examinadas em profundidade por diversos autores¹³⁰. Para nossos objetivos de análise é suficiente entendermos interação e interatividade como um único processo de comunicação que envolve duas ou mais partes, e que pode ter ou não máquinas na mediação.

Nuñes (2000) fez um estudo buscando ver quanto há de interatividade e de manipulação em alguns programas ditos interativos - Teledomingo/RBS e Opinião Nacional/TV Cultura de SP. O autor analisou cinco edições de cada programa, onde telespectadores ligam, enviam fax, e-mail. Nestes programas, que se diferenciam da maioria porque buscam acentuadamente a participação do telespectador, há interatividade em apenas 6 % e 8% do tempo total. Nuñes concluiu no seu estudo que:

O conceito de "programa interativo" apresentado pelos programas está carregado de manipulação uma vez que o telespectador pode se manifestar somente sobre determinados temas definidos pela

¹³⁰ (ENZENSBERGER, 1979), (BOURDIEU, 1996), (BELLONI, 2001), (XIMENES, 1993), (PRIMO, 1998), (SILVA, 2000), (MACHADO, 1997), (LÉVY, 1999),

produção e possui pouco ou nenhum poder de decisão quanto ao conteúdo dos programas. De outro lado há avanços democráticos consideráveis quando os telespectadores sugerem pautas, definem-se a respeito de políticas de Estado, questionam e só não vão mais adiante porque, como diz um apresentador do Teledomingo "o público pode falar, mas só um pouquinho". (NUÑES:175, *in* HAUSSEN:2000)

Seria através de alguns telefonemas ou enquêtes isoladas a única interatividade possível através da televisão?

Para analisar as possibilidades interativas da TVC-SC, vamos nos apoiar na reflexão de Thompson (1998) sobre a "quase-interação televisiva"¹³¹. Para o autor inglês, a televisão propicia um tipo diferente de interação. As partes envolvidas na interação não 'monitoram' as reações de aceitação ou rejeição pelo outro. Sendo assim, agem e comportam-se livremente, sem com isso interromper o fluxo comunicativo alheio. Por exemplo, quando conversamos com alguém pessoalmente, ou mesmo pelo telefone, estabelecemos um diálogo que vai sendo construído conjuntamente. Uma sobrancelha levantada, um silêncio da outra parte pode fazer com que a pessoa deixe de falar o que gostaria e mude o rumo da conversa. Através da televisão é diferente. Quando uma pessoa assiste à televisão e aponta o dedo para a tela e ri compulsivamente, ela está se manifestando, mas a outra parte envolvida, seja o produtor do programa, ou o entrevistado no *talk show*, não tem conhecimento da sua rejeição/aceitação. O programa começa e termina como tinha sido previsto. Pode ter ocorrido interatividade, em uma *quase-interação mediada*, quando e se a comunicação ocorreu.

Mas há ainda outro aspecto da interação promovida pela televisão. Refere-se ao *desencaixe*¹³² (GIDDENS:1991) da interação, no espaço e tempo, que Thompson chama de "experiência espaço-temporal descontínua". Nela as pessoas "tornam-se viajantes no espaço e no tempo envolvidos numa transação com diferentes estruturas espaço-temporais e num intercâmbio de experiências mediadas de outros tempos e lugares com suas próprias

¹³¹ Thompson classifica a interação social em três tipos: "interação face a face", que é o diálogo que acontece entre pessoas presentes no mesmo tempo e espaço; "interações mediadas", diálogo através de meios técnicos onde a troca de conteúdos simbólicos não estão dentro do mesmo espaço e tempo; e "quase-interação mediada", que realiza-se pelo meios de comunicação de massa, é monológica e se dissemina pelo espaço e tempo - dentro deste tipo encontra-se a interação pela televisão. (p. 77-107)

¹³² Por *desencaixe* Giddens entende o "deslocamento" das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço" (p. 29)

experiências cotidianas (THOMPSON:1998:86)". Isto faz com que o sujeito encontre na televisão informações do passado, do presente, da ficção, da realidade, local e distante, que acrescentem à sua formação/educação, liberando-o do condicionamento local. "A formação do self [eu] é cada vez mais alimentada por materiais simbólicos mediados, que se expandem num leque de opções disponíveis aos indivíduos e enfraquecem - sem destruir - a conexão entre a formação e o local compartilhado (op.cit.:181)".

Seguindo o caminho traçado por Thompson, podemos entender que a interatividade que a TVC-SC pode realizar é diferente daquela que acontece pessoalmente ou de forma mediada (telefone, carta). A televisão não tem controle sobre o momento e o lugar em que a interação acontece, assim como os telespectadores "têm muito pouco poder de intervir na quase-interação e determinar-lhe o curso e o conteúdo (op.cit.:90)". Ao mesmo tempo há um uso proveitoso e educativo do que é veiculado, já que o telespectador, quando interessado, retira material simbólico da programação da televisão e o usa em sua formação.

No entanto, a insegurança que interpela quem produz programas de televisão é grande. Uma televisão que se preocupa com o processo educativo do sujeito procura aproveitar o máximo do potencial televisivo do meio. Como seria possível otimizar o processo educativo na TVC-SC?

A resposta pode estar no próprio PPF, que propõe a participação direta da comunidade. Se entendermos que a TVC-SC provoca uma interatividade que poderíamos chamar de 'simbólica', diferente da pessoal e mediada, poderemos antever que com mais participação social haveria mais interatividade. Se estivermos falando de uma televisão que quer afirmar seu caráter público, então, certamente, a participação não deveria se restringir à utilização dos meios tecnológicos. A participação deveria significar mais do que estar presente no Conselho de Produção e Programação, ou do que mandar cartas e telefonar. "Falar de participação é juntar, de maneira inextrincável, o direito ao reconhecimento social e cultural, ao direito à expressão de todas as sensibilidades e narrativas nas quais se amoldam a criatividade política e cultural de um país" (MARTÍN-BARBERO:2002:58). Quando foi que a TVC-SC abriu a câmara em praça pública para provocar os cidadãos, como o arauto grego que anunciava: "quem quer, quem pode dar um conselho útil a sua polis?" Quando foi que a equipe da TVC-SC reuniu-se com moradores de um bairro

qualquer para provocar a participação social? O PPF é inequívoco:

A interação com o público e uma programação independente, bem como a educação do telespectador, devem se constituir em meios para alcançar a democratização do acesso à cultura e à informação. (PPF § 6)

A interação e a educação provocadas pela televisão representam mais que meios para alcançar a democratização. Constituem a própria democracia. "A educação para a democracia, hoje, passa necessariamente pelo caminho da comunicação social. A comunicação é, pois, o grande ponto de intersecção da vida política, social, econômica da atualidade" (COMPARATO:1991). Por isso a preocupação dos professores que criaram o PPF com a comunicação:

A programação da Anhatomirim TV Educativa deverá pautar-se pela ética na comunicação, cumprindo os **princípios estabelecidos na Declaração dos Direitos do Homem**, livre de qualquer tipo de preconceito ou discriminação. (PPF § 7)

Eles se referiam à liberdade de expressão, de comunicação, ao direito de ir e vir e de ter opiniões que detém todo sujeito social. Direitos garantidos na Declaração Universais dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, e referendados pelas nações dos países democráticos, como o Brasil, que no artigo 19 da Constituição Federal reconhece:

Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

O instituidor e primeiro superintendente da TVC-SC, Rogério Braz, citado anteriormente, denota, em artigo publicado num jornal de circulação regional, a importância que se estava dando, naquele momento da criação da televisão, à comunicação:

É claro que todas estas atividades, que constituirão a programação da emissora, deverão pautar-se em uma política de cultura de massa, que não pode ser outra senão a de preponderantemente "comunicar", em detrimento do apenas "informar". Isto porque, se o objetivo primordial de um canal educativo é usar o conhecimento para modificar e melhorar a realidade em que vivemos, é fundamental que a comunidade seja não só a receptora deste conhecimento, mas, prioritariamente, sua interlocutora. (BRAZ:1994)

O depoimento de Braz pode ser representativo da intencionalidade educativa que pairava no ambiente político onde se estava criando uma televisão pública. Os professores queriam fazer daquele meio de comunicação um espaço social onde os sujeitos se comunicassem nas suas diversidades e diferenças, promovendo dessa forma uma educação para a cidadania .

Também instituidora, e ativa participante da comissão que criou o PPF, Maria Luiza Belloni conta que se esperava fazer da televisão um espaço de todos.

Seria de esperar que uma televisão pública conseguisse envolver a comunidade, não apenas como espectadora, mas também como produtora de mensagens, de significados, através de debates, de modos, de formatos de programas que conseguissem fazer que a população de qualquer idade, origem sócio-econômica ou cultural e os segmentos sociais diversificados sentissem e percebessem esse veículo como um veículo de comunicação deles próprios, onde eles pudessem se comunicar, e não apenas ser comunicados.¹³³

O texto do PPF deixa clara a intenção de contribuir para a formação do sujeito cidadão, o que aconteceria através da troca de idéias, dialogicamente. Mesmo entendendo a sociedade na sua diversidade cultural, e propondo, como vimos, a comunicação entre segmentos sociais, seus autores deram uma ênfase especial a um grupo específico, no documento. Como podemos ver no parágrafo que segue, do PPF:

Especial atenção será dada aos públicos **jovens**, respeitando o Estatuto da **Criança e do Adolescente** e consagrando-lhes programação específica. (PPF § 8)

O texto revela o propósito de que a televisão educativa servisse especialmente ao jovem e a criança, vistos como merecedores de especial atenção. Este destaque aponta para uma distinção entre o adulto e a criança/jovem. Tal posição levanta uma questão, que vem sendo bastante debatida atualmente. Que noção de infância guarda este destaque no documento? Estariam os professores vendo as crianças como 'futuros adultos', 'futuros cidadãos'?

A noção de que a criança é essencialmente o adulto/cidadão de amanhã vem sendo

¹³³ Depoimento à autora, em 3 de setembro de 2003.

criticada por diversos autores. Como explica por exemplo Arroyo, cada idade exige uma realização própria, e não um preparo para outra:

Cada fase da idade tem sua identidade própria, suas finalidades próprias, têm que ser vividas na totalidade dela mesma e não submetida a futuras vivências que muitas vezes não chegam. Em nome de dia chegar a ser um grande homem, um adulto perfeito, formado, total sacrificamos a infância, a adolescência, à juventude. Hoje não é esta visão. A visão é que a totalidade da vivência tem que estar em cada fase de nossa construção enquanto seres humanos. (ARROYO:s/a:88)

A televisão educativa pode ser um espaço onde a criança e o adolescente complementem a sua educação. São inúmeros os estudos no Brasil, e fora dele, sobre os conteúdos, valores, linguagens que a televisão disponibiliza aos jovens. E como estes processam o que vêem, assistem.

Um exemplo é a investigação sobre como as crianças de um lugarejo remoto de Florianópolis recebiam a comunicação da televisão (GIRARDELLO:1998). Do ponto-de-vista da ação da televisão sobre o imaginário da criança, a autora concluiu que:

A televisão—enquanto meio—por si só não é prejudicial à imaginação da criança. Seus efeitos tóxicos ou benéficos dependem de seus conteúdos e linguagens, do contexto da recepção e da qualidade geral da vida da criança - física, afetiva e poética—não podendo ser isolados dos demais processos sócio-culturais.

Buckingham (2000:52) faz uma análise profunda de como o debate sobre a infância vem se travando, e entende que "ao negar o papel ativo das crianças na criação de sua própria cultura, e ao considera-los simples vítimas passivas, garante-se efetivamente a própria exasperação da infância".

Pode ser que os professores que escreveram o PPF já entendessem a infância como fase da vida humana que também produz cultura. E que a ênfase no texto tinha a intenção de corroborar a instituição escolar, que tem como público alvo a criança e o adolescente.

Esta idéia pode ver-se afirmada no parágrafo 12 do PPF:

Embora este caráter pedagógico deva estar sempre presente na programação para todos os públicos, a Anhatomirim TV Educativa se propõe a **contribuir mais efetivamente para a educação, em**

interação direta com as escolas de I e II graus e com Instituições de Educação Superior, estimulando a participação, propondo desafios inovadores, promovendo a troca de experiências. (PPF § 12)

Ao dirigir a produção da televisão educativa para uma educação específica, ligada à instituição de ensino, o Projeto dá uma meia-volta no caminho que estava sendo traçado até agora. Surge uma tensão entre ênfases diferentes. Por um lado o texto denota uma visão de televisão produtora de cultura, que se abre como espaço de trocas de saberes culturais, e assim expõe a sua intencionalidade educativa. Por outro, aparece uma idéia de instituição detentora do conhecimento que junto às instituições de ensino poderá contribuir "mais efetivamente para a educação".

A educadora Elizabeth Anderle, instituidora e integrante da comissão do PPF, lembra: "nós víamos bem claramente que a TV era um instrumento, que estava socializando conhecimento, fazendo uma troca com a sociedade¹³⁴". O ex-reitor da UFSC e instituidor, Diomário de Queiroz, diz que havia uma "concepção de uma emissora de natureza pública, e com o compromisso com a cidadania, com a formação livre¹³⁵". Para o jornalista Sérgio Mattos, instituidor e primeiro Diretor de Produção e Programação da emissora, "numa série de pronunciamentos, no PPF, a gente discernia que a gente trabalhava para a cidadania e não para o consumidor¹³⁶". Nos depoimentos coletados na pesquisa de campo, não aparece conotada a intenção de fazer uma correspondência direta entre a programação da emissora e o conteúdo escolar. Maria Luiza Belloni entende, que a TVC-SC deve divulgar "o que está se fazendo na educação formal", mas adverte que isto "não significa necessariamente produzir programas diretamente utilizáveis como materiais didáticos na escola¹³⁷". O depoimento de Rogério Braz, instituidor e ex-reitor da Udesc, pode vir a esclarecer a questão colocada acima. Braz conta que se pensava na época em "colocar realmente a televisão a serviço das camadas da maioria". Mas existia a necessidade concreta de conseguir implantar uma emissora com finalidade educativa. Precisava-se de recursos, de apoios governamentais. E "naquela época, estava sendo criada no MEC, a Secretaria Nacional de Educação à Distância. O grande objetivo era a formação de professores, para facilitar a aprendizagem do aluno". Então, Braz conta que surgiu a

¹³⁴ Depoimento à autora, em 4 de março de 2004.

¹³⁵ Depoimento à autora, em 8 de março de 2004.

¹³⁶ Depoimento à autora, em 11 de dezembro de 2003.

¹³⁷ Depoimento à autora, em 3 de setembro de 2003.

idéia de aproximar os objetivos da emissora que surgia aos interesses do governo. "Aquele foi um grande mote para a gente motivar o poder público, tanto o MEC quanto a Secretaria de Educação do Estado, a buscar nos dar condições financeiras". O empenho de Braz na implementação do canal educativo foi notório e importante. E ao explicar esta 'jogada política' de Braz, pode-se entender porque subitamente no texto do PPF surge um fim educativo diretamente determinado. A inclusão deste parágrafo no documento que norteia a atuação da TVC-SC provocou uma confusão de entendimentos sobre o que é educativo na programação televisiva, sobre como acontece a educação do telespectador. Esta confusão se estendeu até os tempos atuais, como podemos ver nas entrevistas com diretores que hoje comandam a televisão.

O atual Diretor Técnico e Supervisor Geral de Operações da TVC-SC, João Alberto Vieira, que também dirige programas, entende que a TVC-SC "é para ensinar, é para educar, mostrar como está funcionando a sociedade e onde é que ela deve se ajustar". Acredita que o público da TVC-SC é o "público classe A, que forma opinião e é vinculado à academia" e por isso a televisão "tem a preocupação de fazer uma programação para esse pessoal, os acadêmicos". Quando foi consultado sobre a possibilidade de a tevê promover na programação uma conversa simbólica entre os diversos segmentos sociais locais, e nisso consistir seu caráter educativo, o diretor respondeu:

Depende do projeto. Se as pessoas, cada personagem tenha um conteúdo definido. Se o projeto fosse educativo acho que passaria. Teria de avaliar o conteúdo desses personagens. Tu podes botar o 'bicho grilo' falar um monte de besteiras. Se passar um programa desses lá [SP], vão tirar todo mundo por 'bicho grilo', vão chamar nosso povo aqui de idiota. Se tu usar o personagem 'bicho grilo' para passar uma mensagem filosófica, e o 'manezinho' para passar o educativo aí acho que sim. Usar a linguagem do 'manezinho' para ensinar a pescar, uma morada barata, eu acho que sim. Usar para discutir abobrinha, acho que não. Aí tá perdido.¹³⁸

O Diretor Administrativo da TVC-SC, Adilton Lobo, acredita que "educação é diferente de ensino. No ensino você tem matérias fundamentais do conhecimento. Na educação você tem matérias fundamentais do desenvolvimento". Por esta razão, entende que os programas da TVC-SC "dão amparo ao ensino, ao meio ambiente, ao resgate de

¹³⁸ Depoimento à autora, em 9 de dezembro de 2003.

filmes antigos", e salienta que "a programação local vai buscar a questão do manezinho, até do esporte local. Isso tudo são grandes instrumentos didáticos¹³⁹".

No entanto, o Diretor de Produção e Programação, jornalista Áureo Moraes, acredita que "a TV tem que usar a linguagem da TV, que é uma linguagem que pressupõe uma serie de recursos, efeitos e possibilidades, e que seu conteúdo seja sadio. Assim, ela está educando". Para Moraes, a televisão não precisa reproduzir aulas para educar. "Se a TV se preocupar com as coisas da vida das pessoas vai estar educando, desde que mantidos os princípios de solidariedade, respeito".¹⁴⁰

A superintendente da emissora, Sidneya de Oliveira, entende perfeitamente que as emissoras educativas não estão obrigadas a reproduzir conteúdo escolar.

São os objetivos que se encontram no Estatuto, e que pra mim poderiam avançar mais um pouco. Está muito ligada ao que era a legislação dos anos 70, que a TV educativa só poderia dar conferências, assistir aulas e tudo o mais. Por isso nós mudamos o nome para TV Cultura. Enquanto geração pretendemos continuar com TV Cultura (SP) justamente para poder estar, legalmente, transmitindo e gerando as programações culturais. Apesar disso, nenhuma TV educativa está cumprindo essa lei.¹⁴¹

No Estatuto da Fundação¹⁴² há apenas um parágrafo que trata da finalidade, como já vimos antes: "a Fundação se propõe a produzir e veicular material educativo, jornalístico e cultural...". É um documento que estabelece poderes, estrutura administrativamente a Fundação e define obrigações dos Conselhos e Diretoria. O primeiro artigo do Estatuto, no entanto, determina que a Fundação estará "regendo-se pela legislação aplicável". A legislação aplicável às emissoras educativas, já vimos no capítulo anterior, praticamente resume-se no artigo 1º da Portaria Interministerial nº 651 de 15 de abril de 1999:

Por programas educativo-culturais entendem-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de

¹³⁹ Depoimento à autora, em 27 de novembro de 2003.

¹⁴⁰ Depoimento à autora, em 11 de dezembro de 2003.

¹⁴¹ Depoimento à autora, em 9 de dezembro de 2003.

¹⁴² em anexo.

orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais.¹⁴³

O conteúdo desta portaria assinada pelos ministérios da Educação e da Comunicação pode-se encontrar no link "Perguntas e Respostas" do Ministério das Comunicações atual:

O que é radiodifusão educativa? É o Serviço de Radiodifusão Sonora (rádio) ou de Sons e Imagens (TV) destinado à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, vise a educação básica e superior, a educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional.¹⁴⁴

Quando a professora Sidneya de Oliveira refere-se ao papel educativo, provavelmente ela está se referindo à legislação nacional que determina os critérios de concessão do canal educativo, e que indubitavelmente rege a TVC-SC e todas as outras emissoras educativas do país. Mas a superintendente não deixa de ver a educação como "tudo aquilo que leva à formação do cidadão", e que por isso a "TVC-SC pode ser considerada uma TV educativa". No entanto, salienta que "tudo que é cultural educa, mas não é o educativo que a tevê TVC-SC quer construir".

A confusão de entendimento sobre o que é educativo, ou, sobre qual é a finalidade educativa de uma emissora que tem 'caráter público', foge do âmbito do PPF e ganha abrangência nacional. Este é um problema dos 158 canais educativos que estão dispostos no Plano Básico de Distribuição de Canais da Anatel, e que, como vimos no capítulo anterior, migram para o modelo de Televisão Pública, sem, no entanto, ter base legal.

Não se trata, com esta análise, de descaracterizar a importância que o PPF deu à infância e juventude, à educação formal. Mas apenas de estimular esta discussão necessária sobre como se entende a finalidade educativa de uma emissora pública. Trata-se de não reduzir a ação educativa desse meio, limitando-o a um caráter finalístico.

¹⁴³ fonte: <http://www.mc.gov.br/biblioteca/publicações/educativa.htm>, em 25/11/99, às 22h56min.

¹⁴⁴ fonte: http://www.mc.gov.br/rtv/perguntas_resp/, em 2 de Abril de 2004, às 13h20min.

Como lembra Barbero:

Ao reduzir a comunicação educativa à sua dimensão instrumental, isto é, ao uso das mídias, o que se deixa de fora é justamente aquilo que é estratégico pensar: a inserção da educação nos processos complexos de comunicação da sociedade atual, no *ecossistema comunicativo* que constitui o *entorno educacional difuso e descentralizado* produzido pelas mídias¹⁴⁵. (2001:59)

Se a emissora educativa está sendo concebida como espaço público onde acontece a comunicação social de diferentes sujeitos, e por isso é educativa, não cabe a ênfase na ligação direta com a escola. A escola deve participar com certeza, mas, não nortear com exclusividade a produção televisiva. Ainda porque, como explica Belloni, "é extremamente difícil avaliar a importância da televisão enquanto instituição de socialização, devido à complexidade deste processo, no qual a interiorização das normas e valores transmitidos depende também da aceitação ativa das crianças e adolescentes, que lhes atribuem - ou não - legitimidade" (2001:35).

Provavelmente, os professores que instituíram a TVC-SC e escreveram os princípios do PPF anteviram o impasse provocado pelos parágrafos 8 e 12 do texto e esmeraram-se em pontuar as características da programação educativa. Como pode-se notar no parágrafo que segue:

A qualidade da programação deve assegurar sua atratividade, apresentando **produtos arrojados, de alta qualidade técnica**, estando **atenta a produções locais de vanguarda**: uma programação capaz de contemplar os **padrões estéticos** e o estímulo ao prazer, **sem perda do caráter educativo** e sem fazer concessões às fórmulas da TV convencional de massa. (PPF § 9)

Fala-se agora de 'qualidade', 'produtos arrojados', 'padrões estéticos', 'prazer' sem perder o 'caráter educativo'. Mas de que qualidade estaria se falando?

Atualmente, no Brasil, fala-se mais sobre a 'qualidade' técnica, estética, narrativa que a TV Pública deve buscar e deixa-se, talvez intencionalmente, de mencionar a sua 'qualidade' educativa. Revisando depoimentos internacionais, recortamos um cujo tom

¹⁴⁵ MARTÍN-BARBERO, Jesús, REY, Germán. Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva; trad. De Jacob Gorender. - São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001, p. 59.

parece consensual no debate nacional. Alyce Myatt, ex-vice-diretora de programação da PBS/Public Broadcasting Service, emissora pública dos EUA, entende que:

Qualidade vai além de uma produção bem cuidada, som apurado e pesquisa de opinião. Envolve o investimento na narrativa, na técnica de contar histórias, seja em atrações de natureza ficcional ou documental. Fora isso, o problema maior de uma rede pública se limita ao plano do financiamento¹⁴⁶.

Uma outra opinião, esdruxulamente oposta, mas também representativa no contexto desse debate, pode ser exemplificada pela opinião do apresentador Ratinho. Ele disse, num evento em Florianópolis (2001)¹⁴⁷, que a qualidade era dada pela audiência, e nesse sentido seu programa “tinha qualidade porque tinha boa audiência”.

Neste estudo, no entanto, busca-se entender a 'qualidade' proposta no PPF, dentro de um outro entendimento, o de que a TVC-SC é produtora de cultura e tem a cidadania como finalidade educativa. Vamos recorrer mais uma vez a Barbero para conseguir enxergar melhor esta questão. Barbero entende que "a tecnologia rearticula as relações entre comunicação e cultura". Neste caso, a TVC-SC, como meio tecnológico, estaria rearticulando a cultura local, pela comunicação que promove.

Deixar as culturas se comunicarem já não mais significa, então, colocar em andamento movimentos de mera propagação ou divulgação, e passa a significar a *ativação* da experiência criativa e da competência comunicativa de cada cultura. (MARTÍN-BARBERO:2002:70)

Neste caso, a 'qualidade' pretendida pelo PPF poderia ser alcançada através da excelência comunicativa do meio público. Quanto mais comunicação entre culturas a emissora promover, mais criatividade e competência estará adquirindo.

Para Barbero, "qualidade, na televisão cultural" significa:

1. que trabalha em cima de uma concepção multidimensional da competitividade: profissionalismo, inovação, e relevância social de

¹⁴⁶ . Matéria publicada no Jornal do Brasil. **Mais ar para a TV pública**, por Cláudia Amorim e Rodrigo Fonseca. In Clipping FNDC, 11/06/2003.

¹⁴⁷ 10º Congresso Catarinense de Rádio e Televisão, realizado em Florianópolis entre 13 e 15 de agosto de 2001.

sua produção.

2. envolve a articulação entre *atualização técnica e competência comunicativa*, para a interpelação/construção de públicos - ou seja, que ao mesmo tempo em que dá abrigo à diversidade social, cultural e ideológica, trabalha constantemente na construção de linguagens comuns.

3. *qualidade* significa uma clara identidade institucional, essa "imagem de marca" que somente a televisão cultural pode alcançar em base a uma proposta peculiar e diferenciadora de programação e linguagem audiovisual, onde se articulam gêneros e faixas, tanto por idades como por temáticas e expressividades.

Neste sentido, pode-se entender que existe uma ligação entre programação de qualidade e finalidade educativa da emissora pública. Conseguir 'qualidade' passa, então, pela suposição de que a TVC-SC busque *ter competência comunicativa para ser educativa*. Ao abrir-se como espaço público de troca de informações, idéias, e valores entre os diversos grupos sociais, estaria promovendo a educação do sujeito.

O próximo parágrafo do PPF reflete a intenção educativa que permeia o documento. Está clara a noção de 'espaço' de *ativação*, como diz Barbero, da experiência criativa.

Para tanto, a Anhatomirim TV Educativa se constitui em **espaço de criação e pesquisa sobre conteúdos, linguagens e formatos inovadores, contribuindo para o avanço do conhecimento**, uma vez que representa um ponto de confluência dos esforços desenvolvidos pela Educação Superior Catarinense para atender seu compromisso social, especialmente nos campos da educação e informação, da cultura e da arte popular e erudita. (PPF § 10)

As universidades, federal e estadual, tinham o mesmo compromisso público com a sociedade que almejavam para a televisão educativa. As universidades também eram públicas e buscavam a qualidade na excelência dos seus propósitos. Esta aproximação entre a finalidade educativa da emissora pública e a da universidade pública está presente durante todo o texto. Parece ter estado clara, para os professores, a ligação entre o caráter público e o caráter educativo da emissora.

Enquanto emissora pública, sua função é informar, divertir e educar ao mesmo tempo e **em todos os programas**, os quais deverão se singularizar por seu caráter educativo. (PPF § 11)

O texto refere-se à produção dos programas, que deveriam manter, independentemente das formas, um caráter educativo.

Raymond Williams (1975), quando estudou a televisão enquanto uma forma cultural, já em 1970 via uma distinção entre uma aula meramente televisionada, e a educação pelo ver, a educação pela visão, como forma nova de educação pela imagem. Segundo Williams, "existe uma complicada interação entre a tecnologia da televisão e as formas recebidas de outros tipos de atividade cultural e social" (1975:54) E são elas que forneceram a base para a programação da televisão. No entanto, o autor percebe que a televisão também criou formas culturais novas, como o 'drama documentário', que através da apresentação de outras formas de vida, de trabalho, de condição social, encoraja as pessoas a "tentar experimentar o processo mais do que ser ensinado acerca dele" (Idem). Outra forma inovadora da televisão destacada por Williams é a 'discussão'. Ele rejeita o 'talk show', porque considera que nesse tipo de programa o que importa não é o que a pessoa diz, mas o fato de alguém o estar dizendo. A 'discussão' a que se refere Williams é aquela que é tornada disponível ao público: "uma conversação sustentada e definida em uma intimidade de interação".

As formas culturais, tanto as produzidas pela inovação da televisão quanto as assimiladas por ela, deverão estar presentes nos formatos e conteúdos da programação televisiva para denotar assim a intencionalidade educativa da emissora pública. As formas culturais em diversidade na programação vão demonstrar como na emissora é entendida a educação que o PPF propõe promover pela TVC-SC. Os programas com formatos inovadores vão demonstrar qual é a intenção da emissora.

A Anhatomirim TV Educativa deve atuar no estímulo à cultura e a arte local, no reconhecimento das diversidades cultural, funcionando como porta-voz dos anseios e expressões mais vivas da comunidade onde se insere. (PPF § 13)

Entende-se a idéia de 'porta-voz' da comunidade, não no sentido de falar por alguém, de comunicar em nome de alguém. Mas na figuração de ser um *ágora* da comunidade, onde as vozes falam dos seus anseios e se expressam.

Quanto à informação, esta deverá também guardar coerência com estes pressupostos, adotando novas formas de jornalismo e trazendo ao público temas ausentes no telejornalismo convencional,

contribuindo para a conscientização do telespectador, tornando-o um crítico, inclusive, do próprio "media". (PPF § 14)

O texto refere-se especificamente à informação, que é material de trabalho do jornalismo. A questão que se abre aqui é entender que o telejornal é uma das 'formas culturais' da televisão de que falava Williams. Por isso, a emissora educativa deve guardar 'coerência' com os 'pressupostos' que a constitui, inclusive na escolha da informação jornalística. No caso da TVC-SC, os pressupostos já examinados guardam uma intencionalidade educativa voltada à cidadania. Eles buscam afirmar o 'caráter público' da emissora, que se abriria como 'espaço de comunicação' dos diversos segmentos sociais/culturais. O processo educativo começaria na identificação de até que ponto os jornalistas se sentem "participantes ativos no processo de construção social" (TRAQUINA:1993). E ainda, quais são os critérios e pressupostos que usam na hora de escolher, entre todas as sugestões que chegam à redação, o que é pauta, o que é notícia. Com que critérios fazem o julgamento inicial sobre se a "história" é ou não 'importante' (WHITE:1993). Sem querer desconsiderar princípios como os de abrangência, relevância, e atualidade, fundamentais no jornalismo, procura-se neste estudo entender estes princípios no ambiente da comunicação pública, que tem uma intencionalidade educativa própria. Levando em conta os pressupostos do PPF, o telejornal da TVC-SC deveria, por exemplo, refletir a 'importância' das diversas opiniões que existem nos mais variados segmentos sociais, contribuindo para que *todos* pudessem ganhar 'visibilidade' social.

Nas palavras de Lima (1982:33), "não basta, como supõem os devotos da comunicação de massa, saturar o ambiente de informação", e com isso acreditar que se está oportunizando a educação do sujeito cidadão. O telejornal de uma emissora é um produto, uma forma cultural própria da televisão. Mas é *uma* das formas culturais da TV. As informações que transitam pelo telejornal não podem perder o nexo com as outras informações que circulam pelo meio televisivo, nas 24 horas que ela está no ar.

No último parágrafo desta primeira parte do PPF, 'Fundamentos', percebe-se a lisura na formulação dos pressupostos apresentados no documento.

A busca de recursos para a concretização de suas ações não deve comprometer sua autonomia administrativa e de programação, assim como os fundamentos aqui propostos. (PPF § 15)

Desde o primeiro parágrafo até o último, afirma-se o 'caráter público' da emissora.

Os recursos conseguidos com apoios culturais, investimentos e doações vindas da universidade, do governo, do banco, da empresa, não poderão preponderar sobre os pressupostos 'filosóficos e educacionais' da emissora. Um *norte* está precisamente delineado nos Fundamentos do PPF.

5.1.2 Das Finalidades

Os Fundamentos do PPF embasam o tópico das Finalidades estabelecidas no documento e pontuadas neste item. As Finalidades são praticamente redundantes em relação ao conteúdo anteriormente apresentado. Por isso, vamos fazer uma releitura de apenas alguns pontos que aparecem aqui com mais ênfase. É preciso lembrar que estamos entendendo 'finalidade' no sentido de intenção, propósito. Neste sentido, as 'Finalidades' da TVC-SC, estabelecidas no PPF, são as seguintes.

- * Contribuir para a **formação da população** através de uma programação de alta qualidade informativa e cultural, que **contemple também as manifestações culturais e artísticas locais**;
- * Contribuir para a **educação continuada**, abrindo espaços para **ações de educação à distância** desenvolvidas pelas universidades e outras instituições;
- * Assumir **responsabilidades de caráter educativo**, contribuindo para a **educação formal e não-formal**, bem como para a **educação informal**, que deve permear toda a programação;
 - * Atender preferencialmente às demandas e **necessidades latentes dos públicos jovens**, dentro e fora da escola;
 - * Contribuir para a **democratização da esfera pública** e para a resolução de problemas da comunidade, criando espaços para o debate democrático e construtivo;
 - * Desempenhar o papel de porta-voz da comunidade, **divulgando** seus problemas, anseios e produção;
 - * Implementar linha editorial comprometida com a verdade, a isenção e a independência, propiciando meios para a **leitura crítica da realidade e do próprio "media"**;
 - * Propor ao telespectador novos modos de ver, ouvir e perceber a realidade, através de sua **proposta alternativa de emissora**;

Pode-se compreender deste texto que : 1. continua a duplicidade no texto entre 'espaço de comunicação público' e 'instituição que forma o cidadão'; 2. agora afirma-se mais claramente a democracia; e 3. busca-se uma proposta alternativa de televisão. Vamos analisar estes aspectos.

É interessante como aparecem no texto duas intenções de educação através da mídia, que podem ser entendidas como opostas,. O texto sugere a existência de uma disputa entre duas vozes que lutam para estabelecer-se e para definir a televisão que se teria. Uma delas propunha uma televisão mais pública, que se abrisse como espaço público de trocas e debates entre diversos grupos, de todas as faixas etárias- crianças, jovens, adultos, idosos - e que, através de um processo de comunicação aberto provocasse a educação do sujeito. A outra voz parecia defender a idéia de uma emissora educativa nos moldes do Ministério da Educação, que 'divulgasse', 'comunicasse' conhecimento didático para o público que precisa - principalmente o jovem - formar-se na direção da cidadania. O PPF previa que a TVC-SC veiculasse no mesmo canal vídeos com 'formatos inovadores' de temáticas variadas, e aulas de **educação continuada** dirigidas a alunos de algum curso de **Educação à Distância** desenvolvidas pelas universidades? Como se constrói uma grade de programação combinando vídeos de educação formal, não-formal e informal? As discrepâncias que saltam do texto parecem estar mesmo fundamentadas em 'estratégias políticas' para conseguir a implantação de um canal público. Este é um impasse, e um problema postulado pela própria legislação brasileira de radiodifusão, como vimos no capítulo anterior.

Uma segunda questão que o texto suscita é o comprometimento político de um meio de comunicação público com a Democracia. Este não passa somente pela defesa dos ideais democráticos, mas efetiva-se na ação institucional de uma televisão que participe da 'resolução de problemas da comunidade, 'democratizando esferas públicas' e criando espaços para o debate democrático e construtivo'.

Ainda um último ponto, levantado nas Finalidades do PPF, que ressalta questões até agora não detalhadas, diz respeito à idéia de fazer da televisão uma "emissora alternativa". Este cunho é mais usado em referências às televisões comunitárias, ou a experiências televisivas de abrangência controlada. Ao **propor ao telespectador novos modos de ver,**

ouvir e perceber a realidade' , o texto do PPF propõe aqui qual é a educação que se queria promover através da televisão pública. Desvela-se aqui a intencionalidade educativa que permeou estas duas partes do PPF. Tratava-se de fazer da 'telinha' da TVC-SC uma arena onde se vê, ouve e conhecem pessoas, valores, verdades, culturas. Longe do estereótipo da TV comercial, e mais longe ainda da tentativa de controle sobre o que devia ser visto, ouvido e pensado. O PPF delineava uma tevê que queria *ser comunicativa para ser educativa*.

5.1.3 Das Estratégias

Neste último ponto, o PPF define com exatidão como se pretendia fazer da emissora de sons e imagens uma televisão pública.

- * Programação baseada na interatividade, com **participação direta de públicos diferenciados**, buscando ao mesmo tempo assegurar a **expressão da opinião pública**, formar o telespectador crítico e divulgar o trabalho da emissora;
- * Utilização da capacidade instalada, através do **estímulo à produção independente e do intercâmbio com produtoras e emissoras públicas nacionais e internacionais**;
- * **Estabelecimento de inter-relações com instituições** educacionais, artísticas e culturais, visando iniciativas conjuntas;
- * Utilização de seus espaços pela UFSC e Udesc como um vetor para a criação e a pesquisa em todas as áreas, contribuindo para o avanço do conhecimento;
- * Programação de alta qualidade técnica, com conteúdos atrativos, arrojados e de vanguarda;
- * **Questionamento ao padrão estético vigente**, propondo modelos diferenciados das fórmulas de sucesso tradicionais dos veículos de massa;
- * Abertura de espaços para **discussão das questões locais** com representantes da sociedade e do poder público, assegurando a expressão da opinião pública e visando **a busca de soluções**;
- * **Busca de parcerias** e apoio cultural em instâncias públicas e privadas, **preservando sempre a autonomia** de produção e programação;

O texto é inequívoco quando projeta a emissora dentro do seu papel de instituição -

paradigmática - inserida e participante de um centro de poderes; e quando desenha por onde deve afirmar seu caráter educativo de meio de comunicação público.

5.2 O PPF na atualidade

O PPF é um documento suficientemente preciso para que a diretoria e os profissionais da TVC-SC consigam, a partir dele, implementar um canal público de comunicação, pelo menos do ponto de vista dos conteúdos apresentados. No entanto, verificou-se na pesquisa de campo realizada com profissionais da emissora que **o PPF é um documento que praticamente ninguém dentro da equipe que hoje trabalha na TVC-SC conhece.**

Atendendo à solicitação de alguns entrevistados que tinham medo de sofrer algum tipo de represália, as declarações dos profissionais entrevistados não terão identificada a autoria. Apenas um dos 10 entrevistados sabe o que é e já leu o PPF. Trata-se do único depoimento entre todos os entrevistados na emissora - incluindo diretores e profissionais - que mostra uma opinião formada sobre o documento. Este profissional sente "que precisamos rediscutir o Projeto".

Pelo que estamos percebendo, na prática precisamos, primeiro, lembrar as pessoas que estão chegando de que existe um projeto. Porque as pessoas que pensaram esse projeto estão em outros lugares há muito tempo. Porque, como a tevê a cada período muda a sua administração, cada administração traz novas pessoas e essas novas pessoas entram na rotina sem, no entanto buscar a sua fundamentação filosófica. Então nós precisaríamos fazer isso. E em precisando fazer isso, precisamos sim, buscar uma reformulação, porque a sociedade não é estática. E aquele documento está estático há algum tempo.

O entrevistado entende que é fundamental recuperar os fundamentos filosóficos da emissora para conseguir fazer com que ela encontre seu *norte*.

É só pegar a grade de programação e comparar com o documento que criou a filosofia da tv. Quantos programas temos, efetivamente, que levam o estudante, o público, enfim, a recuperar informações, recuperar conhecimento? Não tem. Por isso nós estamos clamando até pela redescoberta deste documento para que se possa aí, redirecionar a tv, adequando àquilo que a sociedade está a exigir hoje.

Outro profissional da tevê diz que nunca ouviu falar do PPF e queixa-se disso, dizendo que deveria saber da existência de um documento assim. "Até porque, as pessoas sabem que eu trabalho na TV Cultura, e me perguntam, têm idéias, projetinhos".

"Não. Só ouvi falar agora" disse esse profissional com cara de espanto, quando perguntado sobre se conhecia o PPF. Quando inquirido sobre qual era a finalidade da emissora, respondeu: "educativa, acho". Este entrevistado entende que "fica tudo a mesmice das outras emissoras", e indica:

Poderia ser mais aproveitado este canal. Ter mais programas voltados à educação. Acho que tinha que ter um canal aberto para a sociedade, não sei como, como ia ser divulgado isso. Para a população saber o que realmente quer.

Outro profissional acredita que "tem programas que estão no ar, que não tem nada a ver com a TV Cultura", e que a emissora deveria estar "interagindo com as escolas". Para ele é preciso que alguém tome a iniciativa e diga: "Vamos trabalhar, tem uma televisão que pode fazer muita coisa e não é feito".

Ainda um outro profissional, descontente com a atuação da TVC-SC, criticou:

Acho que a gente está falhando né? Na verdade deveria ter mais programas voltados para a cultura mesmo da região, principalmente dos municípios que ela cobre. O problema é que a gente acaba fazendo programas voltados para a comunidade universitária. Acho que deveria ter programas que focassem mais para a comunidade, para a cultura da comunidade, pra cultura local, pra a gente de fato ter uma tv pública. E também abrir espaço para as pessoas virem aqui e darem a idéia do seu programa, darem a sugestão. Ter esse canal, não só um canal de ida, mas de ida e de vinda para que a gente de fato poder fazer uma tv de todos.

Este profissional nunca tinha lido o PPF, nem sabia que o documento existia. No entanto, parece compreender perfeitamente qual o caminho que deve trilhar uma televisão pública.

Foram incluídos aqui estes trechos de entrevistas com a intenção de levantar uma questão que não está contemplada no PPF. Trata-se de perceber que o processo educativo de uma emissora pública não tem um ponto de partida e outro de chegada, a exemplo do entendimento linear do processo de comunicação, de um emissor para um receptor.

O processo educativo é comunicativo, dialógico, aberto. Não tem fronteira. Ele se estende pela humanidade, envolvendo sujeitos sociais que estão dentro e fora da emissora pública.

Nesse sentido, poderíamos dizer que faltou ao PPF destacar como se daria a comunicação educativa no interior da própria emissora. O cidadão que nela trabalha também produz cultura. Ele também quer ganhar 'visibilidade social', participar do 'reconhecimento recíproco' que a emissora pública propõe. Ele quer estar no Conselho de Produção e Programação, na conversa simbólica, fazer parte do todo, como pode-se ver nesta fala: "sentar todo mundo com vontade de trabalhar, quem está no cargo de diretor, quem não tem noção do que é uma televisão, sentar e discutir, o que pode ser feito, o que o povo quer ver na TV". Nos depoimentos recolhidos percebeu-se que estes profissionais também podem e querem fazer da televisão pública, um espaço de *todos*.

6. CONCLUSÃO

A TV Cultura de Santa Catarina institucionalmente não é uma TV comercial. Considerando a atual legislação brasileira podemos considerá-la uma TV pública, porque é constituída por uma fundação de direito privado que não visa lucro, e objetiva o bem comum, público.

No entanto, para afirmar-se institucionalmente como TV pública precisa abrir-se ao controle público. Em apenas um dos conselhos que a dirige há representação da sociedade civil - que não comparece às reuniões. A participação da comunidade local no controle da emissora pode fazer com que a TV seja reconhecida como bem público, bem de todos. A estrutura da TVC-SC ainda é muito hermética.

Também, a TVC-SC como espaço público - teleespaço -, onde se dá o debate de idéias e a afirmação da cidadania, tem que desfazer as amarras que a prendem à pedagogia universitária e pensar, como quis Paulo Freire, na pedagogia para a vida.

O Projeto Político e Filosófico da TV Cultura de Santa Catarina, antiga Anhatomirim TV Educativa, é uma base sólida que perfeitamente pode mostrar o caminho a ser seguido para afirmar uma atuação educativa da TV pública. Mas está esquecido em alguma gaveta da emissora. Os professores universitários que criaram o documento deram uma grande contribuição para esta emissora [e para as 158 TVEs do país]. Falta agora, dar o segundo passo. Fazer com que os diversos segmentos da comunidade conheçam e contribuam com o projeto de atuação da TVC-SC.

Os Fundamentos estabelecidos no PPF, desconsiderando pequenas interrupções maniqueístas, orientam a emissora para o caráter público, como espaço que se abre para a comunicação dos diferentes segmentos sociais, reconhecimento de culturas, visibilidade de sujeitos.

Neste sentido, pode-se dizer que as possibilidades educativas da TVC-SC encontram-se no próprio processo educativo, que tem a comunicação como base e insere-se na produção simbólica de uma sociedade. O contexto da emissora pública é a cultura

dos povos, espaço de resistência e expressão de valores e crenças. É na cultura que as pessoas comuns aceitam ou rejeitam uma idéia, incorporam ou descartam uma regra. Este é o espaço onde a pessoa humana determina os rumos da sociedade, diante dos determinismos de um modelo econômico que não abastece a todos e de um modelo político que não garante perfeitas condições de cidadania.

Ao mostrar, dar visibilidades às diferenças e diversidades culturais, e dar voz à cultura dos povos é que a televisão pública pode cumprir com seu papel pedagógico. Ao abrir-se à potencialidade emancipatória da cultura estará multiplicando suas possibilidades educativas.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido^a de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ALENCAR, Rui Souto de. *O papel da televisão educativa no Brasil: estudo de caso da TVE - Amazonas*. São Paulo, 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

ARROYO, Miguel Gonzalez. O significado da infância. In *A educação infantil nos Municípios: a perspectiva educacional*. Belo Horizonte, MG: S^a. p. 88-92

ARROYO, Miguel G. Educação e Exclusão da Cidadania. In BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel e NOSELLA, Paolo. *Educação e Cidadania*. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

BARENDTS, Nathalie Braun. *A ação de difusão cultural do canal de televisão franco-alemão TV-Arte*. São Paulo: 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

BELLONI, Maria Luiza. A televisão como ferramenta pedagógica na formação de professores. *Educ. Pesqui.* [online]. jul./dez. 2003, vol.29, no.2 [citado 25 Março 2004], p.287-301. Disponível na World Wide Web:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000200007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1517-9702.

_____. Palestra: *A formação da sociedade do espetáculo: gênese e atualidade do conceito*. Florianópolis, 22 de outubro de 2002.

_____. O que é mídia-educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 78)

_____. Tecnologia e formação de professores: rumo a uma pedagogia pós-moderna? In *Revista Educação & Sociedade*. São Paulo: ano XIX, nº 65, p. 143-153, Dezembro/1998.

_____. *Tecnologia e Educação: A televisão educativa no Brasil*. França, 1984. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Universidade PARIS V, Faculté René Descartes, U. E. R. Sciences de l'Education.

BENTES, Ivana. Guerrilha de Sofá ou a Imagem é o Novo Capital. Artigo disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>> Acesso em: 17 mar 2003.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade. Trad. Carlos F. Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRAGA, José Luiz. Comunicação e Educação: questões delicadas na interface. São Paulo: Hacker, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 33. ed. - São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos: 203)

BRAZ, Rogério. A Volta da TV Educativa. *Jornal Diário Catarinense*. Florianópolis: 11 de julho de 1994. Seção Opinião.

_____. Novas propostas da TVE/SC. *Jornal Diário Catarinense*. Florianópolis: set 1994. Seção Opinião.

_____. Nova parceria no ar. *Jornal Diário Catarinense*. Florianópolis: 12 de janeiro de 1995. Seção Opinião.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. - Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A., 1989. Coleção Memória e Sociedade.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Trad. Maria Lúcia Machado. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BUCCI, Eugênio. *Televisão Objeto: A crítica e suas questões de método*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

BUCKINGHAM, David. Crecer en la era de los medios eletrónicos, Tras la muerte de la infancia. Tradução de Roc Filella. Madrid: Ediciones Morata, S. L, 2002.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. Educação e Cidadania: quem educa o cidadão? São Paulo: Editora Cortez, 2001.

CALDAS, Maria das Graças Conde. *O latifúndio no ar* (mídia e poder na Nova República). São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

CARMONA, Beth. TV se faz com cultura. *Revista Comunicação e Educação*. São Paulo: [5]109-112, jan/abr de 1996. Seção Serviços.

CARNEIRO, Vânia Lúcia Quintão. Integração da TV na prática, na formação do professor: desejos, propostas, desconfianças, aprendizados. In: *26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2003*, Poços de Caldas/MG. *Anais*. Grupo de Trabalho 16, Educação e Comunicação Goiás: Gráfica Editora Vieira, 2003, p. 11-34.

_____. Programas educativos na TV. *Revista Comunicação & Educação*. São Paulo: [15], maio/ago 1999.

CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Tradução: Emid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 1995. coleção Travessia do século.

COMPARATO, Fábio Konder. É possível democratizar a televisão? In: NOVAES, Adauto (org.) *Rede Imaginária, televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1991. p. 300-308.

CROCOMO, Fernando Antônio. *O uso da edição não-linear digital: as novas rotinas no telegornalismo e a democratização de acesso à produção de vídeo*. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da UFSC.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEMO, Pedro. *Questões para a teleducação*. São Paulo: Vozes, 1998.

DUARTE, Regina A. M. *A televisão como veículo educativo*. Rio de Janeiro, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1982. Coleção Debates.

_____. Como se faz uma tese. 17ª ed. Trad. Gilson C. Cardoso. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FERRÉS, Joan. *Televisão e Educação*. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FÍGARO, Roseli. TV se faz com cultura (entrevista com Bete Carmona). *Revista Comunicação e Educação*. São Paulo [11]: 68-79, jan/abr de 1998, Seção Entrevista.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Televisão & Educação: fruir e pensar a TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. (Coleção Temas & Educação, 1)

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Problematização sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. in *Revista Brasileira de Educação/ANPED*, n. 20, Maio/Jun/Ago 2002, 83-94

FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Seleção de textos coletada da pesquisa diária do Epcom - Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação, enviadas por e-mail. www.fndc.org.br

FRADKIN, Alexandre. *História da Televisão Pública/Educativa*. Artigo disponível em: <<http://www.redebrasil.Br>>. Acesso em: 13 ago 2003.

FREIRE, Paulo, et al. O processo educativo segundo Paulo Freire e Pichon-Rivière. Trad. Lúcia M. E. Orth. 2ª. In Seminário promovido e coordenado pelo Instituto Picho de São Paulo. Petrópolis, RJ: 1989.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado & Sociedade*. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*; tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora Unesp, 1991. - (Biblioteca Básica)

GIRARDELLO, Gilka E. P.. *Televisão e Imaginação Infantil: histórias da Costa da Lagoa*. São Paulo: 1998. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Ciências de Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

GUIMARÃES, Glaucia. *TV e Escola: discursos em confronto*. 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 74)

HAUSSEN, Doris Fagundes (org.). *Mídia, imagem e cultura*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2000. (Coleção Comunicação, 8)

IBGE. Censo demográfico 2000, Características da população e dos domicílios; resultados do universo. Rio de Janeiro, 2000. 519p. 1 CD-room.

IBGE. Censo demográfico 2000; primeiro resultado da amostra. Rio de Janeiro, 2000. 2v. 1CD-room.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. A TV pública. In BUCCI, Eugênio (org.). *A TV aos 50 anos: Criticando a TV brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2000. p. 153-165

_____. *A Cultura da TV*. São Paulo: 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Pontifícia Universidade Católica.

_____. O modelo britânico de rádio e televisão: a convivência entre o público e o privado. Tese (Livre Docência) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

_____. TV, um poder sem controle. *Revista Comunicação & Educação*. São Paulo: Ano VI, nº 16, 75-80, set/dez 1999.

_____. A responsabilidade de quem faz TV. Artigo disponível em <<http://www.tver.org.br>> Acesso em: set/2001.

LÈVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Lauro de Oliveira. *Mutações em Educação segundo McLuhan*. 15ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1982. (Série Cosmovisão)

LIMA, Jorge da Cunha. A TV pública no Brasil. *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo: 21 de julho de 2000. Pág. 3.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Loyola, 2001. 5ª ed.

MACHADO, Arlindo. *Máquina e imaginário: o desafio das poéticas tecnológicas*. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

MANACORDA, Mário Alighiero. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. Tradução de Gaetano Lo Mônaco; revisão da tradução Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MARCO, Benhur de. *A radiodifusão em Santa Catarina - O controle do Rádio e da TV como estratégia política da elite estadual*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

MARTÍN-BARBERO, Jesús, REY, Germán. Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva; trad. De Jacob Gorender. - São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Chaves do debate: televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. In RINCON, Omar (Org.), *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. Tradução: Dolores Montero e Maria Carbajal. São Paulo: FES/SSRG, 2002. p. 41-80 PROYECTO LATINOAMERICANO DE MEDIOS DE COMUNICACIÓN, Ecuador.

_____. Desafios culturais da comunicação à educação. *Revista Comunicação & Educação*. São Paulo: [18], p. 51-61, maio/ago 2000. Artigos Internacionais.

_____. *De los medios a las mediaciones: Comunicación, cultura y hegemonia*. 3ª Ed. Barcelona, Espanha: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1993.

MATTELART, Armand e Michèle. História das teorias da comunicação. 5ª ed Tradução: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2002.

MENEZES, Mariana. Uma televisão para ser vista (e não apenas consumida). Matéria de Capa da Revista Imprensa, Ano 14, nº 154, de novembro de 2000. p. 18-28.

MIRANDA, Márcia. Serviços de Comunicação no Movimento de Direitos Humanos. *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis: (7): 5-15, setembro, 1985

MOTA, Maria Regina de Paula. *TV pública a democracia no ar*. Minas Gerais, 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

MORAES, Dênis de. (org.) *Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder*. - Rio de Janeiro: Record, 2003.

NEUMANN, Laurício. *Educação e comunicação alternativa*. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

NOVAES, Adauto (org.). *Rede Imaginária, televisão e democracia*. - São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

NUNES, Maria Helena Rennó. *Televisão e Educação; Dois caminhos tortuosos e paralelos; Uma proposta de vídeo aplicado ao Método Paulo Freire*. São Paulo, 1987. Tese (Departamento de Cinema, Rádio e Televisão) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

OROZCO, Guillermo. Uma pedagogia para os meios de comunicação. Entrevista concedida a Roseli Fígaro. *Revista Comunicação e Educação*. São Paulo: n. 12, p. 77-88, maio/ago 1998.

O'SULLIVAN, Tim, e outros. *Conceitos-chave em estudos de comunicação e cultura*. Tradução de Margaret Griesse e Amós Nascimento. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2001.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A produção do currículo na televisão: que discurso é esse? *Revista Educação e Realidade*. 26(1):141-160, jan-jul. 2001.

PENTEADO, Heloísa Dupas. *Televisão e escola: conflito ou cooperação?* 2. ed. - São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Televisão, Escola, Democracia: este intrigante triângulo*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado em Educação) Departamento de Metodologia e Educação Comparada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

PORTO, Tania Maria Esperon (Coordenadora do GT). *Anais*. Grupo de Trabalho 16, Educação e Comunicação Goiás: Gráfica Editora Vieira, 2003. 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2003, Poços de Caldas/MG.

RINCON, Omar (Org.), *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. Tradução: Dolores Montero e Maria Carbajal. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung/SSRG, 2002. PROYECTO LATINOAMERICANO DE MEDIOS DE COMUNICACIÓN/FES, Ecuador, 2002.

SANTANA, Neuza Maria. *TV, a rica escola dos pobres* (Estudo do caso dos filhos dos pescadores artesanais da Z-1, Corumbá). Campo Grande/MS, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado*. São Paulo: Hacker Ed., 2001.

SANTOS, Cássia Regina G. dos. *Uma TV Educativa para o Brasil - Dimensões da trajetória da TV Cultura de São Paulo*. São Paulo: 1998. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica.

THOMPSON, John B.. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*; tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. *In* *Jornalismo - Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 8. Lisboa: CECL/UNL, 1988, p. 29-39.

TORNERO, José Manuel Pérez. *Crisis de educación, crisis de comunicación*. Artigo disponível em <<http://www.uab.es>>. Acesso em: 30 jul 2003.

TOURAINE, Alain. *Crítica à Modernidade*. São Paulo: Vozes, 1998. 5ª ed.

WHITE, David Manning. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. *In* TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo, questões, teorias, estórias*. Lisboa: Vega, 1993, p. 142-151.

WILLIAMS, Raymond. *Television: technology and cultural form*. Londres: Routledge, 1975.

WINCK FILHO, João Batista de Mattos. *Educação à distância: uma pedagogia no ar – pressupostos para uma pedagogia que utiliza a televisão como tecnologia educacional*. São Paulo: 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica.

SOUZA, Francisco das Chagas de. *Escrevendo e normalizando trabalhos acadêmicos; um guia metodológico*. 2. ed. - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001

ANEXOS

1. Estatuto da Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho.
2. Projeto Político-Filosófico.
3. Portaria 742 do Ministério das Comunicações que outorga permissão para executar serviços de repetição VHF.